

1. Atividades do Emissor

1.1 – Histórico do emissor

A história da Companhia começou em 1982, quando a Mills S.A criou a unidade de negócios de serviços industriais focada em montagem de acessos em plantas industriais. Foi essa unidade de negócios que deu início a presença da Priner no ambiente offshore na década de 80.

Em 2013, a Mills S.A realizou o *spin-off* da unidade de negócios (UN) de serviços industriais, vendendo 100% dessa UN para um Fundo de Investimento em Participações (FIP) gerido pela Leblon Equities. A empresa adotou o nome MILLS SI SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A. até o ano de 2015, quando então passou a se chamar Priner Serviços Industriais S.A. ("Companhia").

Em janeiro de 2017, a Companhia adquiriu 51% das quotas representativas do capital social da R&R Indústria, Comércio e Instalação de Isolantes Removíveis e Reutilizáveis Ltda. ("R&R"), a qual foi criada em dezembro de 2010 e tem como atividade principal o projeto e a fabricação de isolamentos térmicos, acústico e de proteção passiva contra fogo. A R&R, a qual utiliza o nome fantasia de Isolafácil, paga royalties para a empresa inglesa Darchem Engineering e é certificada DNV, ABS e Lloyds Register. Após a aquisição da R&R, a Companhia conquistou novos contratos no segmento offshore de fornecimento de sistemas de isolamento, consolidando sua estratégia de verticalização do âmbito dos serviços de isolamento removível. Em setembro de 2020, a Companhia adquiriu os 49% das quotas representativas do capital social da R&R remanescentes, tornando-se titular de 100% do capital social da R&R.

Em julho de 2017, a Companhia adquiriu 75% das ações representativas do capital social da *Smartcoat Serviços em Revestimentos S.A.* ("Smartcoat"), cuja atividade principal é a pintura industrial e a locação de equipamentos de hidrojato no ambiente offshore. Em agosto de 2020, a Companhia adquiriu 8,33% do capital social da Smartcoat e em julho de 2021 expandiu sua participação acionária para 99,9%.

Em outubro de 2017, a Priner se tornou uma companhia aberta, listada na B3 no segmento BOVESPA+.

Em fevereiro de 2020, a Priner realizou seu IPO (Oferta Pública Inicial de Ações) no segmento Novo Mercado da B3, tendo suas ações negociadas sob o código PRNR3.

Em outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da *Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda.* ("Poliend"), dando o primeiro passo na jornada de se tornar a maior empresa de inspeção e engenharia de integridade com atuação no Brasil.

Em fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu 55% das quotas representativas do capital social da *Brito&Kerche Inspeções S.A.* ("Brito&Kerche"). Em dezembro do mesmo ano a Companhia exerceu uma opção de compra, adquirindo os 45% das quotas representativas do capital social da Brito&Kerche remanescentes, tornando-se titular de 100% do capital social da Brito&Kerche.

Em maio de 2022, a Companhia adquiriu ações representativas de 51% do capital social da *Construtora G-Maia S.A.* ("gmaia"). Essa aquisição inaugurou a expansão das atividades da Priner no segmento de infraestrutura. Nos termos do contrato que regula a compra e venda desta participação societária, a Companhia possui uma opção de compra das ações representativas de 49% do capital social da gmaia, que poderão ser exercidas pela Companhia pelo prazo de 30 dias contados da data da publicação das demonstrações financeiras com apuração do resultado do exercício social a ser encerrado em 2025.

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou a incorporação da Poliend, a reestruturação societária esta que visou simplificar a estrutura do grupo econômico da Companhia, por meio da consolidação de determinadas atividades e, consequentemente, reduzir os custos financeiros e operacionais, garantindo maior eficiência administrativa e otimizando sua estrutura operacional.

Em janeiro de 2023, a Companhia adquiriu 100% do capital social da *Soegeo Soluções e Engenharia Geotécnica Ltda.* ("Soegeo"), por meio da sua controlada gmaia. A Soegeo trouxe a

complementaridade de algumas atividades de geotecnia para o portfólio da gmaia, fortalecendo a presença da Priner no segmento de infraestrutura.

Em fevereiro de 2023, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão das empresas *Labteste Análises e Ensaios de Materiais Metálicos Ltda.* ("Labteste") e da *Tresca Engenharia e Integridade Ltda.* ("Tresca"), tornando a Priner a mais completa empresa de engenharia de integridade de capital brasileiro. A Labteste é um avançado laboratório de metalurgia localizado e a Tresca é um tradicional grupo de engenheiros dedicados em simulações computacionais para verificação de integridade de equipamentos e mecânica da fratura.

Em setembro de 2023, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Semar Inspeções Ltda., reafirmando o objetivo de agrupar as melhores empresas de engenharia de integridade e inspeção do país.

Em junho de 2024, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Welding Inspeções, Engenharia e Análise de Materiais Ltda., dedicada à excelência da engenharia de materiais por meio dos serviços de inspeções técnicas, modelagens computacionais e ensaios laboratoriais.

Em agosto de 2024, a Companhia anunciou a celebração do Contrato de Compra e Venda da Real Estruturas e Construções Ltda., onde a efetivação da operação esteve sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, como a obtenção de aprovação junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Priner ("AGE").

Em setembro de 2024, a operação foi concluída e a Companhia anunciou a conclusão de aquisição de 100% do capital social da Real Estruturas e Construções Ltda. Essa aliança não apenas solidificará nossa presença no mercado nacional, como também ampliará nossas oportunidades de crescimento e inovação.

Em fevereiro de 2025, a Companhia constituiu 100% de uma nova empresa nos Estados Unidos, estabelecida no estado da Flórida, com o objetivo de expandir internacionalmente nossos negócios, sendo que o foco estratégico inicialmente será o serviço de engenharia de integridade e inspeção e fornecimento de produtos desenvolvidos pela subsidiária R&R Isolafácil (projeto e fabricação de isolamentos removíveis).

Em outubro de 2025, após aprovação do CADE e AGE, a Companhia concluiu a aquisição de 60% da SEMEP Logística e Construção S.A., referência nacional em soluções de intralogística, movimentação de solo, operação e implantação de minas.

Em abril de 2026, a Companhia adquiriu aproximadamente 49% das quotas remanescentes do capital social da Construtora G-Maia S.A. ("gmaia"), tornando-se titular de 99,9% do capital social da gmaia.

Em resumo, a história da Companhia nasce em uma divisão de montagem de andaimes que usa sua experiência de décadas em manutenção industrial para criar uma robusta plataforma de serviços cruciais no OPEX da indústria, das unidades de produção offshore e da infraestrutura por meio de soluções criativas de alta produtividade.

1.2 – Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

O “Grupo Priner” reúne diferentes empresas que se complementam nas suas áreas de atuação e operam sob gestão executiva única. O resumo abaixo ilustra a composição atual da Companhia:

Empresa	Especialidade	Sede
Priner Serviços Industriais S.A.	Manutenção Industrial	Rio de Janeiro, RJ
<i>Priner Locações</i>	Locação de andaimes, habitat	Rio de Janeiro, RJ
<i>R&R Industria Ltda</i>	Projeto e fabricação de isolamentos removíveis	Mogi das cruces, SP
<i>Smartcoat Serv. Revestimento.</i>	Pintura Offshore, locação de equipamentos	Rio de Janeiro, RJ
<i>Construtora gmaia S.A.</i>	Recuperação estrutural, reforço estrutural, impermeabilização, tamponamento de galerias, injeção de resinas, entre outros (https://gmaia.com.br/obras-realizadas/)	Belo Horizonte, MG
<i>Soegeo Soluções em Engenharia Geotécnica Ltda.</i>	Execução de tirantes, fundações, pressoancoragem, microancoragem, contenção em taludes de solo e rocha. http://www.soegeo.com.br/	Belo Horizonte, MG
<i>Welding Inspeções, Engenharia e Análise de Materiais Ltda.</i>	Inspeções técnicas, modelagens computacionais e ensaios laboratoriais. https://welding.com.br/	Sertãozinho, SP
<i>Real Estruturas e Construções Ltda.</i>	Soluções completas e integradas em engenharia, especialmente no campo das obras industriais e montagens eletromecânicas. https://www.realestruturas.com.br/	Belo Horizonte, MG
<i>Priner USA, LLC</i>	Engenharia de Integridade e Inspeção; Fornecimento de produtos de isolamento removível	Flórida, USA
<i>SEMEP Logística e Construção S.A.</i>	Soluções de intralogística, movimentação de solo, operação e implantação de minas.	Contagem, MG

*Nota: a Poliend Inspeções Ltda. foi incorporada pela Companhia em dezembro/22; Brito e Kerche Inspeções S.A,

Labteste Análises e Ensaios de Materiais Metálicos Ltda. e Tresca Engenharia e Integridade Ltda. foram incorporadas em dezembro/23 e Semar Inspeções Ltda. foi incorporada em abril/25, mas suas marcas continuam ativas.

De acordo com a revista “O Empreiteiro”, edição bimestral de agosto/setembro de 2022 n.º 587, página 187, somos a maior empresa **dedicada** a engenharia de manutenção industrial no Brasil. Nosso foco é a prestação de serviços conectados a manutenção e a extensão da vida útil de ativos industriais ou de infraestrutura. Atendemos serviços de acesso, pintura (tratamento anticorrosivo), isolamento térmico, proteção passiva contra fogo, isolamento acústico, inspeção (END – ensaios não destrutivos), ensaios destrutivos feitos em laboratório e simulação computacional para estudo da integridade física de ativos industriais. Mais recentemente, a Companhia, por meio das aquisições da Gmaia e da Soegeo, passou a ser importante prestador de serviços no segmento de infraestrutura onde tem coberto as atividades de pressão ancoragem, estacas injetadas, recuperação e reforço estrutural, injeções de resinas, tamponamento de galerias e impermeabilizações.

Nos segmentos de pintura, a Companhia possui certificação AMPP QP-1 e ISO. Em 2020 a SSPC e a NACE, certificadoras americanas de qualidade, se fundiram criando a AMPP (<https://www.ampp.org/home>), tornando-se a mais importante certificadora do mundo no segmento de tratamento anticorrosivo, com foco na preservação de estruturas metálicas industriais e marítimas por meio da pintura. A certificação QP-1, internacionalmente reconhecida pelo alto nível de qualidade, avalia empresas que realizam serviços de revestimentos em estruturas complexas. Haja vista a relevância da certificação AMPP, suas referências e cobertura mundial no segmento de tratamento corrosivo, a Companhia acredita ser a mais avançada empresa de pintura com atuação no Brasil.

A Companhia possui aproximadamente 3.000 km em sistemas de acesso (andaimes e pisos), importante frota de perfuratrizes de diferentes especificações, 72 unidades bombas d’água de ultra alta pressão (UHP), 10 unidades robóticas que operam em UHP e 24 unidades de jato úmido (média pressão com água e abrasivo) para trabalhos em navios, esferas, tubovias, estruturas metálicas diversas, concreto, equipamentos e tanques, além de todo o portfólio de material para suporte aos seus projetos. Ao longo dos últimos anos, a Companhia tem trazido aos seus clientes várias soluções de engenharia que resultam em menor uso de mão de obra, maior produtividade e mínimo impacto ambiental.

A Companhia presta serviços de engenharia e manutenção para importantes clientes de diversos setores e acredita que será beneficiada por um crescimento expressivo nos setores para os quais presta serviços, sendo os principais: (1) Óleo & Gás, (2) Petroquímico & Químico, (3) Mineração, (4) Papel e Celulose, (5) Infraestrutura e (6) Terminais, estaleiros entre outros.

A Companhia possui histórico de relacionamento com grandes e renomadas empresas que atuam no Brasil, tais como: Dow, Braskem, Klabin, MODEC, Equinor, SBM, BASF, UltraCargo, International Paper, Petrobras, VALE, Samarco, Gerdau, Arcelor Mittal, Actemium, Acelen, Bracell, Suzano, Metso, Andritz, Tronox, Unipar, Unilever, Offshore, Siemens Gamesa, Yara, AngloGold Ashanti e Prio.

A Companhia acredita que confiabilidade, eficiência, agilidade e experiência são fatores críticos para o bom desempenho dos seus serviços, os quais são consequência de uma equipe experiente, vasto uso de tecnologia de ponta, procedimentos de segurança eficientes e manutenção de certificações de primeira linha. A Companhia argumenta que além de possuir essas vantagens competitivas, há um alto custo de troca de prestador de serviços para os clientes (*high switching cost*), o que resulta em uma dinâmica de receitas recorrentes.

Nos últimos dez anos, a Companhia investiu em soluções que reduzem a intensidade da mão de obra direta, aumentando a produtividade e reduzindo o custo variável das obras. Como exemplo a Companhia cita: 1) máquinas de jato autopropeleada, 2) mesas de corte automatizadas Autometrix Cutter e Schwartmanns Maschinenbau para confecção de isolamentos removíveis e convencionais 3) SafeCool, equipamento para refrigeração dos Habitats pressurizados, 4) diversos equipamentos de acesso feitos em alumínio, 5) máquinas de hidrojato UHP; 6) sistemas de acesso suspensos, 7) vários robôs para trabalho com ultra alta pressão, 8) ampla frota de

equipamentos de jato úmido, 9) unidades de perfuração modernas entre outros.

A Companhia possui histórico recente de aquisições estratégicas e consolidação de ativos, tendo adquirido, desde 2017, um total de 11 empresas que objetivaram a diversificação da atuação por meio de ampliação de portfólio e do número de segmentos atendidos.

O mercado de engenharia de manutenção é marcado pela presença de muitas empresas menores e focadas em poucas atividades, sendo intenso em especialidades. O crescimento orgânico da Companhia tem tido maior peso na receita bruta consolidada do que o crescimento por meio de aquisições, i.e., os valores de CAPEX tem sido superiores aos investimentos em M&As. A rota inorgânica, por meio de aquisições, é a escolha da companhia para atingir a complementaridade planejada dos seus serviços, sempre buscando potencializar sinergias comerciais e operacionais.

Atividades das Controladas

No ano de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram sua reestruturação societária, por meio da cisão parcial da Companhia, na qual os ativos da divisão de locação de equipamentos foram conferidos ao capital social de uma nova sociedade em 9 de janeiro de 2017, denominada Priner Locação de Equipamentos S.A. ("Priner Locação"), que é uma sociedade controlada pela Companhia.

A Priner Locação tem basicamente dois tipos de equipamentos locáveis: andaimes (feitos em aço ou alumínio) e habitáculos pressurizados. A Companhia paga royalties para duas empresas de origem escocesa: WEB Rigging Services, pelo uso dos sistemas suspensos e a SafeHouse do Grupo Stam, pelo uso dos habitáculos pressurizados. A Companhia é proprietária de 100% desses ativos e não depende de transferência de tecnologia.

Pontos Fortes da Companhia

A Companhia acredita que os seus principais pontos fortes incluem:

Liderança em serviços de engenharia industrial no Brasil com qualidade comprovada por prêmios e certificações

A Companhia acredita que a sua liderança de mercado a posiciona de maneira única para se beneficiar das oportunidades em setores estruturalmente resilientes e com alta perspectiva de crescimento no país, como exemplo Óleo & Gás, Mineração, Papel e Celulose, sucoenergético e infraestrutura.

A Companhia acredita ser a única empresa de engenharia manutenção com tamanha diversidade de atividades que se complementam. Essa se constitui uma vantagem competitiva frente a nossos concorrentes. A Companhia vem construindo essa diversificação gradativamente desde 2017 e acredita que se tornou referência técnica de alcance nacional em vários deles, como: projetos de acessos, pintura industrial, técnicas com uso de hidrojato em ultra alta pressão, isolamento removível, estacas injetadas, inspeção e engenharia de integridade

A Companhia possui sistema de gestão integrado em Qualidade, Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho. Possuímos filiais certificadas nas normas internacionais ISO 45001, ISO 9001, ISO 14001, ISO 37301, ISO 17025, e por entidades internacionais AMPP QP2, DNV, ABS e Lloyd's Register. Periodicamente realizamos auditorias internas para verificação das conformidades dos nossos processos de acordo com as ISO's, Auditorias externas são realizadas pelos organismos certificadores, com os respectivos certificados emitidos para as filiais. Além disso, a Companhia é reconhecida nos quesitos de qualidade, saúde, segurança e meio ambiente, tendo recebido as seguintes premiações.

- Prêmio Capacete de Ouro /Dow – SP 2017;
- Reconhecimento da Chevron em SSMA– 2017;
- Colaborador Destaque em SSMA Petrobras -2018;

- Prêmio Performance em SSMA DOW ARATU – 2018;
- Reconhecimento em SSMA - Ultracargo RJ – 2018;
- Reconhecimento em excelência de SSMA na Rhodia – 2018/2019;
- Reconhecimento em SSMA - Villares – 2019;
- Prêmio Desempenho Geral de EH&S Dow Guarujá – 2019;
- Reconhecimento em SSMA – Rohdia – 2019;
- Prêmio EPS BASF AWARDS 2019 - Digitalização em Segurança – Guaratinguetá – 2019;
- Prêmio EPS BASF AWARDS 2020 - Digitalização em Segurança – Guaratinguetá – 2020;
- Reconhecimento em SSMA – Rohdia – 2020;
- 10 anos sem acidentes no Site de Jacareí – Corteva – 2021; e
- Prêmio EPS BASF AWARDS 2021 - Digitalização em Segurança – Guaratinguetá – 2021.

Capacidade de oferecer, em tempo hábil, soluções inovadoras em engenharia e equipamentos de qualidade

O histórico de entrega de soluções únicas e em tempo hábil aos clientes da Companhia é uma vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes, muitos dos quais não possuem a escala, o escopo de serviços e o diferencial técnico da Companhia ao mesmo tempo. A Companhia acredita que seus principais diferenciais são a capacitação técnica de seus profissionais, a capacidade desses de prestar serviços confiáveis e a flexibilidade de se ajustar rapidamente às necessidades mutáveis dos clientes da Companhia. A Companhia acredita que, apesar do crescimento, tem conseguido manter a cultura de pronto atendimento de quando era muito menor.

A Companhia é empresa de engenharia de manutenção no Brasil e acredita possuir escala e portfólio de serviços necessários para atender as crescentes demandas de seus clientes de grande porte. Adicionalmente, as parcerias da Companhia com grandes grupos internacionais propiciaram, e a Companhia acredita que continuarão a propiciar, acesso a novas técnicas e tecnologias que potencializarão a capacidade da Companhia de introduzir inovações importantes no mercado brasileiro. Por exemplo, a Companhia foi pioneira na introdução dos habitáculos pressurizados no Brasil e na fabricação de isolamentos removíveis. A Companhia foi pioneira na utilização de telas corta-vento no segmento offshore e foi a primeira a combinar pisos suspensos por cabos tensionados. Por meio da Smartcoat, a Companhia foi uma das pioneiras no uso de sistema de UHP (Ultra Alta Pressão) no Brasil, a Companhia acredita possuir a maior frota de equipamentos de UHP do mundo.

Fidedignidade e relacionamentos de longo prazo com clientes

Confiabilidade, eficiência, agilidade e experiência são fatores críticos, e é por isso que os clientes escolhem a Companhia como parceiro preferencial para executar seus projetos. A credibilidade da Companhia e o relacionamento de longo prazo com clientes também é evidenciado pelo seu currículo, que inclui uma extensa lista de projetos realizados com empresas brasileiras e multinacionais líderes em seus setores por décadas.

Capacidade comprovada de realizar sinergias de empresas adquiridas e alta resiliência, mesmo em tempos de crise

Em 2021, o primeiro ano com alívio das restrições sanitárias da pandemia do coronavírus (Covid-19), as receitas da Companhia cresceram 78,8%, quando comparamos com o ano anterior, período mais fortemente afetado pela pandemia. No mesmo período o EBITDA expandiu 143,4%, corroborando com a tese de alta resiliência da Companhia. No ano seguinte, 2022, a receita da Companhia cresceu 64,1% e o EBITDA expandiu 111,1% (comparação utilizando números ajustados).

Parcerias estratégicas com grandes companhias internacionais de serviços industriais



A Companhia possui parcerias com multinacionais que trouxeram expertise e qualidade adicional para os serviços que presta:

- SafeHouse: empresa escocesa fundada em 2001, atuando em mais de 35 países. O principal serviço prestado em conjunto é o *Habitat*.
- Web Rigging Services: empresa escocesa fundada em 2006, especializada em soluções inovadoras de acesso, como alternativas para andaimes suspensos, em áreas *underdeck*. A parceria com a Companhia foi iniciada em 2016.
- Darchem Engineering: empresa inglesa fundada em 1954, especializada em tecnologia de isolamentos e sistemas corta-fogo, líder em tecnologia para altas temperaturas em diversas áreas. A parceria existe desde 2011 com a Companhia.

Equipe de gestão experiente e compromisso com práticas de governança corporativa

A equipe da Companhia tem significativa experiência nos segmentos em que atua, tendo comprovado histórico de desempenho operacional e financeiro, com sólidos resultados e reconhecimento dos clientes pelos serviços de qualidades prestados. Os diretores estatutários da Companhia trabalham juntos desde 2013 e possuem uma média de 26 anos de experiência nos setores em que atuam. Adicionalmente, há uma participação ativa do Conselho de Administração da Companhia, que conta com três conselheiros independentes, um dos quais com mais de 40 anos de atuação nesse segmento e investidores liderados pela Leblon Equities, gestora fundada em 2008. A Companhia é auditada desde a sua criação em 2013 e é uma companhia aberta desde 2017, demonstrando seu comprometimento com a boa governança corporativa, o que capacita a Companhia a construir uma sólida credibilidade perante seus clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Estratégia de Crescimento da Companhia

Nos últimos quatro anos, incluindo uma queda de 31% em 2020, período afetado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), a Companhia entregou um CAGR da sua receita líquida em 21,4% ao ano com contínuo incremento do retorno sobre o capital empregado. Esses resultados refletem o forte crescimento orgânico da Companhia, bem como o desenvolvimento de novos serviços por meios próprios ou por meio de aquisição de outras sociedades. A Companhia fez e continua fazendo investimentos em pessoas, tecnologia e novos equipamentos que resultem na oferta de serviços diferenciados, i.e., mais rápidos, mais seguros, mais eficientes e de melhor qualidade; para seus clientes. A estratégia de crescimento passa por três “motores”:

1. Impulso do portfólio: Expansão da presença para segmentos não atendidos, assim como a agregação de novos serviços, desde que sempre sejam conectados com a engenharia de manutenção. A entrada em ambas as rotas, mais serviços ou novos segmentos, depende do valor agregado a Companhia. Nem todos os setores da economia demandam todos os serviços da Companhia. É comum haver indústrias que demandam apenas serviços de inspeção, ou de recuperação estrutural ou de isolamento, por exemplo.
2. Fusões & Aquisições: Agregação de serviços ou expansão geográfica de serviços realizados por meio de aquisição de outras empresas.
3. Aumento de participação: Atingimento de excelência operacional que resulte no deslocamento de concorrentes e na conquista de mais contratos junto a clientes já existentes.

Aumento do portfólio de clientes e obras em segmentos de mercado que a Companhia já atua e que possuem significativo potencial de crescimento

A Companhia pretende aumentar sua participação em setores que já atua e que possuem grande potencial de crescimento nos próximos anos. Esses setores incluem: (i) Óleo & Gás, que é impulsionado investimentos da Petrobras, Equinor e PetroRio, Trident, Perenco e 3R Petroleum,

além dos vários operadores de unidades de produção e de perfuração; (ii) Petroquímico, que deve passar por uma reestruturação do principal *player* brasileiro, podendo resultar em mais investimentos em manutenção; (iii) Mineração, setor que não apenas vem investindo mais em manutenção desde os acidentes de Mariana e Brumadinho, como também possui vários novos projetos para extração de metais mais raros para a cadeia de fabricação de baterias.

Apesar da receita da Companhia derivar totalmente de atividades conectadas a manutenção (OPEX), todo o portfólio de serviços da Companhia é também aplicado a projetos de CAPEX. Ao longo dos últimos anos a Companhia trabalhou em projetos de CAPEX, como a construção do projeto Star da Bracell. A Companhia acredita que retomada do CAPEX da indústria brasileira abrirá espaço para crescimento e geração nesse segmento.

De acordo com o Plano Estratégico da Petrobras de 2023-2027 (disponível no link <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/25fdf098-34f5-4608-b7fa-17d60b2de47d/58e08d23-0a80-c619-035f-e4745f71cea6?origin=1>, págs. 33 e 63), existem perspectivas favoráveis no *offshore*, com a implantação de 18 novos FPSOs (*floating, production, storage and offloading*) e um investimento de US\$ 78 bilhões. A Companhia atende todas as Petroleiras e Operadoras de FPSOs no Brasil.

Entrada em novos setores de forma orgânica

A Companhia pretende expandir sua presença para tradicionais setores da economia que ainda não atende ou atende muito pouco, tais como: (i) sucroenergético, (ii) infraestrutura, o qual vem aumentando a participação do capital privado devido à privatização de grandes empresas de saneamento, geradoras de energia, aeroportos, rodovias e terminais portuários; (iii) siderurgia, (iv) mineração, onde a participação da Companhia ainda é muito baixa comparativamente ao tamanho do potencial desse setor e (v) O&G downstream (refino) e upstream (exploração e produção).

Aumento no portfólio de serviços organicamente e via M&A, buscando oportunidades de investimento e aquisições estratégicas

A Companhia pretende realizar aquisições estratégicas e buscar oportunidades de investimentos em mercados atraentes, observadas as condições econômicas, para incrementar seu portfólio de serviços e cobertura geográfica. Para tanto a Companhia mapeou mercados e serviços complementares e planeja entrar em um maior número de atividades no segmento de infraestrutura, inspeção em unidades de perfuração offshore, refratários, serviços de metalmeccânica. Também planeja sua expansão para as regiões Norte, Sul, Centro-Oeste e Nordeste para além do Estado da Bahia.

A Companhia possui histórico bem-sucedido de aquisições. A experiência no setor e o rigor nos processos de M&A contribuíram para que todas as empresas adquiridas crescessem e gerassem valor acima do custo de capital, o que comprova ótima assertividade da alocação de capital.

Investimentos em tecnologia, recursos humanos, gerenciamento de projetos e políticas de segurança

A Companhia acredita que investimentos em equipamentos, tecnologia, pessoas e softwares são fundamentais para a sua capacidade de oferecer serviços únicos e de alto valor agregado de forma mais segura e mais eficiente. A Companhia possui departamento de informática robusto, que contribui com o desenvolvimento de sistemas, visando a automação de atividades e controles das equipes do apoio estratégico e operações.

A Companhia manterá sua agressiva política de treinamento, investindo na contínua formação dos seus profissionais, pois acredita que esse caminho é essencial para garantia de crescimento sustentável. Os custos e despesas da Companhia permanecerão impactados pela realização de constantes treinamentos para desenvolvimento de seus colaboradores por, no mínimo, três anos.

Resiliência dos negócios frente ao ambiente macroeconômico

A Companhia apresenta sólido crescimento de receita frente ao PIB, com expansão de margem EBITDA, durante longos períodos com cenários políticos e econômicos diversos. Além disso, possui capacidade comprovada de rápida recuperação em situações adversas (ex. pandemia Coronavírus, em 2020).

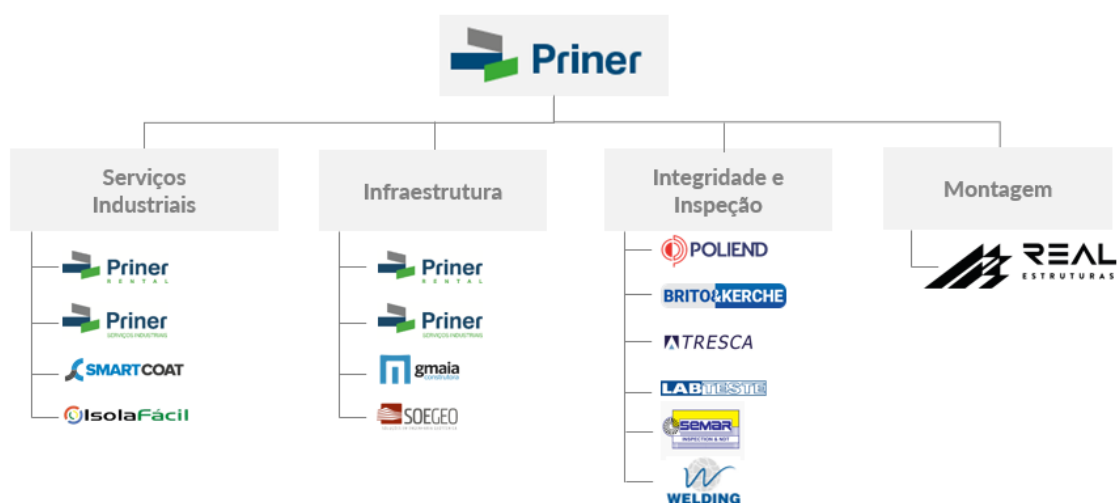
1.3 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Segmentos de negócio da Companhia

Até o segundo trimestre de 2024, a Companhia oferecia seus serviços por meio de três unidades de negócios: (i) Serviços Industriais; (ii) Infraestrutura; e (iii) Engenharia de Integridade e Inspeção. A partir do terceiro trimestre de 2024, com a entrada da Real Estruturas e Construções, uma quarta unidade de negócio foi criada.

Atualmente, a Companhia oferece seus serviços por meio de quatro unidades de negócios: (i) Serviços Industriais; (ii) Infraestrutura; (iii) Engenharia de Integridade e Inspeção; e (iv) Montagem.



Segmento de negócio: UN Serviços Industriais.

Serviços Industriais compreendem soluções em acesso – andaimes de encaixe de aço e de alumínio, acessos suspensos e alpinismo industrial; pintura industrial – preparação de superfície e tratamento anticorrosivo por meio de várias técnicas; isolamento térmico convencional e removível – acústico; refratário em caldeiras e habitáculo pressurizado.

Isolamento Removível compreende o projeto e a fabricação de isolantes térmicos ou acústicos, sempre removíveis, assim como capas PFP (proteção passiva contra fogo). A fabricação é um processo industrial, com intensivo uso de mecanização onde equipamentos realizam corte de isolantes e tecido e desenham a identificação das peças. A montagem dos isolamentos removíveis no ambiente fabril dos clientes pode ser feita pelos próprios clientes ou por colaboradores da Companhia.

Segmento de negócio: UN Infraestrutura

A UN de Infraestrutura compreende serviços acesso que utilizam o sistema de andaimes suspensos, chamado de PrinerDeck, para obras infraestrutura, e uma série de serviços dedicados a grandes obras, como: impermeabilização, reforço estrutural, tamponamento de galerias de barragens, recuperação de estruturas, pressoancoragem, microancoragem, cortinas atirantadas e injeção de resinas.

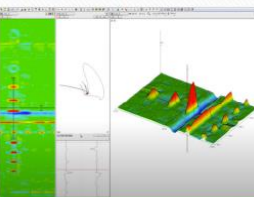
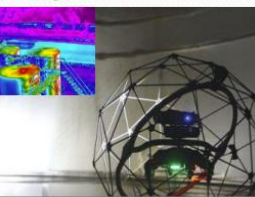
Segmento de negócio: UN Engenharia de Integridade e Inspeção

Compreende as áreas de Ensaios Não Destrutivos (END) e Engenharia de Integridade de ativos industriais e bens de manufatura, utilizando as melhores práticas de disponíveis para mapear não-conformidades e a leitura precisa do estado de operação de equipamentos.

A Companhia conta com laboratório metalúrgico para realização da maioria dos ensaios mecânicos, metalográficos e químicos aderentes ao segmento industrial, chamados de ensaios destrutivos.

Os dados obtidos por meio de ensaios não-destrutivos (END), tabela 1 abaixo, e destrutivos – obtidos no laboratório metalúrgico, alimentam as equipes dedicadas a engenharia de integridade. Esses, por sua vez, usam as técnicas descritas na tabela 2 para emissão de laudos.

Inspeção e Ensaios Avançados – Tabela 1

			
Eixo A Técnicas para Mapeamento de corrosão	Eixo B Técnicas para detecção de descontinuidades	Eixo C Técnicas para inspeção de feixes tubulares	Eixo D Outras técnicas avançadas
Ultrassom manual A/B/C-Scan Ultrassom automático A/B/C-Scan Phased Array semiautomático A/B/C-Scan Phased Array automático A/B/C-Scan Correntes Parasitas Pulsadas – PEC Correntes Parasitas Pulsadas Array – PECA MFL (inspeção das chapas do fundo de tanques) Ondas Guiadas de Curto Alcance – SRGW Medição de espessura da camada de Magnetita EMAT Escaneamento 3D a laser	Ultrassom A-Scan para inspeção de soldas Phased Array para inspeção de soldas Phased Array – TFM/FMC Phased Array – HTHA TOFD TOFD TULA Correntes Parasitas (metal de base e solda) Correntes Parasitas Array (metal de base e solda) Correntes Parasitas Array para detecção de SCC ACFM Emissão Acústica até 40 canais	IRIS Correntes Parasitas (tubing) Correntes Parasitas Array (tubing) Campo Remoto – RFT (tubing) MFL (tubing) Reflectometria de Pulso Acústico – RPA	Videoscopia Termografia Identificação Positiva de Material – PMI Drones (inspeção visual interna e externa, Termografia, Medição de espessura) Medição de dureza por Ultrassom

Engenharia de Integridade – Tabela 2

Eixo A Simulação computacional e mecânica aplicada	Eixo B Análise de falha e ensaios dos materiais	Eixo C Engenharia de integridade de equipamentos
Análise de tensões pelo método dos elementos finitos Projeto por análise Análise fluidodinâmica computacional (CFD) Avaliação de criticidade conforme BS 7910 e API 579-1 (corrosão localizada e generalizada, cavas e moissas, deformações, fratura frágil, fadiga, corrosão sob tensão, corrosão sob isolamento (CUI) e muitas outras aplicações) Cálculo de flexibilidade de tubulação com CAESAR II V.13 Projeto, cálculo e análise de fluidez e estabilidade de tetos flutuantes para tanques de petróleo por simulação computacional	Análise química Ensaios de tração, compressão, dobramento, dureza, microdureza e impacto Análises micrográfica, macrográfica e réplica metalográfica Microscopia eletrônica de varredura (MEV) Ensaio de corrosão e névoa salina Espectroscopia por energia dispersiva Ensaios de achatamento, alargamento, arrancamento e embutimento Ensaio de temperabilidade Jominy Tratamento térmico Análise de falha e causa raiz	Elaboração de planos de inspeção Reconstituição de documentação técnica e prontuário de equipamentos Projeto de Alteração e Reparo (PAR) de equipamentos de processo Assessoria e implantação de programa de RBI (Risk Based Inspection) Projeto, instalação, operação e manutenção de sistemas de SHM (Structural Health Monitoring) para a predição e monitoramento de danos Serviços consultivos em engenharia de inspeção de equipamentos por profissionais certificados no escopo das normas API 510 (vasos), API 570 (tubulações), API 571 (mecanismos de dano), API 580 (inspeção baseada em risco) e API 653 (tanques)

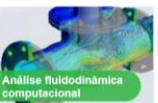
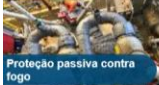
Segmento de negócio: UN Montagem

Especializada em serviços de montagem de estruturas metálicas e pré-fabricadas. Além disso, oferecemos soluções completas para obras, incluindo planejamento, execução e gerenciamento de projetos.



Visão geral dos serviços da Companhia.

O quadro abaixo resume, por famílias, o portfólio dos serviços prestados pela Companhia. Somando todas as três unidades de negócio.

		■ Até 2020		■ A partir de 2020		
						
Solução em Acessos	Habitáculo Pressurizado	Plugagem de galerias	Cortina atirantada	Inspeção com emissão acústica	Análise fluidodinâmica computacional	Microscopia eletrônica de varredura
						
Tratamento e revestimento anticorrosivo	Hidrodemolição	Injeção de resinas	Concreto projetado	Ensaios com ultrassom	Avaliação de criticidade e Análise de falhas	Análise de falha e causa raiz
						
Isolamento térmico	Impermeabilizações	Microancoragem	Ensaios com eletromagnetismo	Ensaios mecânicos	Análise química	Mecânica da fratura
						
Proteção passiva contra fogo	Reforço estrutural	Pressoancoragem	Inspeção com Drones, videoscopia, termografia	Análise tensões por elementos finitos	Análise metalográfica	Montagem eletromecânica

b. receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

<i>Valores expressos em milhares de reais</i>	Receita Exercício Social (31/12/2024)	% na Receita Líquida	Receita Exercício Social (31/12/2023)	% na Receita Líquida
Serviços Industriais	686.441	62,4%	815.726	78,0%
Infraestrutura	157.804	14,3%	148.071	14,1%
Fabricação de Isolamento Removível (1)	-	-	-	-
Engenharia de integridade e inspeção	131.147	11,9%	82.614	7,9%
Montagem Industrial (2)	125.191	11,4%	-	-
Total	1.100.583	100,0%	1.046.411	100,0%

Nota (1) – O segmento de fabricação de isolamento removível foi incorporado ao segmento de serviços industriais em 2023.

Nota (2) – O segmento de montagem industrial foi criado em 2024.

Nota (3) – Valores de 2024 referem-se ao resultado contábil, que inclui a UN de Montagem Industrial a partir de set/24.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações relativas ao lucro líquido por segmento operacional em suas demonstrações contábeis.

1.4 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. Características do processo de produção

Existem dois processos de produção: i) a Companhia terceiriza todo o processo de fabricação de pisos e sistemas de andaimes, ao passo que máquinas e equipamentos são adquiridos no Brasil e no exterior; e ii) a antiga unidade de negócio de Isolamento Removível compreende a fabricação de isolantes térmicos e acústicos removíveis e reutilizáveis, e PFP (proteção passiva contra fogo). A fabricação é um processo industrial, com intensivo uso de mecanização onde equipamentos realizam corte de isolantes e tecido e desenham a identificação das peças.

As demais unidades de negócio da Companhia e serviços prestados estão descritos no item “b”, em seguida.

b. Características do processo de distribuição

I. SERVIÇOS INDUSTRIAIS

O propósito da Companhia é construir e preservar ativos industriais, por meio do desenvolvimento de pessoas, protegendo vidas e o meio ambiente.

Nos segmentos *Onshore* e *Offshore* (*Onshore* refere-se ao trabalho realizado em terra, em áreas como refinarias, terminais de petróleo e gás, usinas de geração de energia, entre outros. *Offshore* é o trabalho realizado em plataformas de petróleo e gás localizadas no mar, geralmente a uma grande distância da costa), a Companhia presta serviços e realiza locação de equipamentos especializados nas seguintes disciplinas: acesso industrial, tratamento de superfícies e pintura industrial, isolamento térmico, proteção passiva contra fogo, habitáculos pressurizados, caldeiraria leve, refratários, inspeções (ensaios não-destrutivos) e avaliação de integridade de ativos. Já exclusivamente no ambiente *onshore* a Companhia presta serviços de recuperação e reforço de estruturas de concreto, impermeabilização, injeção de resinas poliméricas, plugagem de galerias de escoamento de águas, microangoragem, cortinas atirantadas, estacas injetadas, pressoancoragem entre outras tecnologias de geotecnia.

No intuito de contextualizar os serviços e a sua natureza recorrente, é importante tecermos esclarecimentos.

Os clientes da Companhia possuem unidades expostas a intempéries, tais como maresia, em alto mar e regiões litorâneas, além de cloro, salmoura e diversos gases corrosivos. Dado que a totalidade das unidades industriais são feitas em aço, a corrosão é um fenômeno frequente e é intensificado por tais intempéries. A corrosão causa alterações nas estruturas de aço e levam a perda de espessura, comprometendo a integridade estrutural dos ativos, pois eles perdem características básicas de seus projetos originais. Essa deterioração pode causar acidentes e, no limite, condenar esses ativos de forma definitiva. A Companhia presta serviços de tratamento de superfícies e pintura, que é a forma mais adequada de combate a corrosão, usando diversas técnicas e com amplo uso de mecanização.

Adicionalmente, as plantas industriais são geralmente altas, o que exige a montagem de acessos (andaimes, por exemplo), atividade essencial para suporte às atividades de manutenção rotineiras, tais como mecânica, pintura, elétrica, caldeiraria e inspeção. Além disso, o transporte de vapor ou produtos em altas temperaturas por *tubovias*, demandam isolamentos para reduzir a perda de calor e o consumo de energia. Dependendo da área industrial, pode ser necessário que as peças de aço sejam protegidas por PFP (*passive fire protection*), pois são elementos estruturais feitos em aço que, em caso de exposição ao fogo, em poucos minutos perderiam a resistência como elemento estrutural. A atividade de produção de isolamento térmico (em alumínio e removível) está descrita no item “a”, acima.

Como podemos notar, há fenômenos que alteram as propriedades físicas do aço, tais como corrosão, fadiga, calor ou acidentes. As atividades de inspeção e engenharia de integridade endereçam exatamente esse ponto, a diferença entre o estado atual do equipamento e suas características originais, i.e., quando da sua fabricação. Por meio de sofisticados equipamentos

e vários métodos não destrutivos, a inspeção técnica permite antecipar um acidente, condenar um ativo, prorrogar a sua troca (vida útil) e planejar intervenções de manutenção. A extensão da vida útil de unidades industriais e de infraestrutura é mais importante pilar da estratégia de crescimento da Companhia.

O calor gerado nas unidades industriais é feito por meio da queima de combustíveis em caldeiras e fornos revestidos de materiais refratários, os quais demandam manutenção ou troca frequente.

Por fim, existe a indústria de infraestrutura que, assim como as plantas industriais, também estão expostas ao tempo e demandam frequentes reparos. A Companhia vem buscando se estabelecer como importante *referência* nesse nicho, com especial atenção a barragens, ferrodutos, pontes, estradas, jazidas minerais à céu aberto, píers, elementos de aço, túneis e outras obras de arte especiais.

O ciclo de serviços compreende: 1) visita a planta e delineamento dos serviços; 2) elaboração de projeto; com estimativa da quantidade de pessoas, máquinas e equipamentos, 3) apresentação de soluções de engenharia, sendo comum ocorrer uma defesa técnica da proposta idealizada, 4) entrega de proposta comercial e, em caso de sucesso, 5) a mobilização das equipes.

Nos segmentos de pintura Offshore, a Companhia detém extensa frota de equipamentos para tratamento anticorrosivo e completo laboratório de controle de qualidade, com presença em diversas unidades operacionais em produção. Em 2022, a Companhia atendia a quase totalidade dos navios de produção de petróleo operados por empresas privadas no Brasil, tendo iniciado sua presença nesse setor ainda na construção das primeiras unidades de produção de petróleo em alto mar na década de 80. Desde então, vem aprimorando seu conhecimento em projetos e na gestão, com utilização de tecnologia de ponta. Neste segmento, a excelência do projeto de acesso é fator crucial para a decisão de contratação. A Companhia acredita ter a com maior quantidade de andaimes de aço e alumínio do país para atendimento de serviços de acesso, além de contar com projetistas experientes e altamente qualificados.

A união de equipamentos de acesso de ótima qualidade (quanto mais leves e versáteis, melhor) e extensa frota de equipamentos de tratamento de superfície e pintura, além de completo laboratório de qualidade, se constituiu importante vantagem competitiva, tendo consolidado a Companhia como referência de qualidade e produtividade nas atividades fins.

A totalidade dos projetos são vencidos em licitações abertas e públicas. No caso dos clientes privado, é feito convite para quantidade limitada de empresas, pois esses demandam certificações e processos internos que restringem a ampla concorrência. No caso da Petrobras, é publicado edital no site Petronect, canal pelo qual as empresas interessadas enviam suas propostas.

Os equipamentos do tipo andaimes de encaixe podem ser fabricados no Brasil, com projetos próprios, ou serem importados. A decisão de fabricar localmente ou importar é tomada em função da quantidade, do prazo de entrega e do preço. Os acessórios de montagem do sistema PrinerDeck tem origem em vários países, com maior presença da Inglaterra e Alemanha, ao passo que os pisos dessa solução (parte mais onerosa) são fabricados no Brasil por dois fornecedores desenvolvidos pela Companhia, sendo o projeto protegido por patente.

As máquinas para serviços de fabricação de isolamento são importadas da Alemanha. Os habitats são importados da Escócia, sem similares nacionais. Finalmente, os equipamentos de hidrojateamento e tratamento de superfícies são majoritariamente importados dos EUA. Adicionalmente, para fins de novas aquisições de equipamentos, a Companhia identificou fabricantes com excelente know-how no segmento de ultra alta pressão na Alemanha, Suécia e Holanda. Finalmente, os equipamentos utilizados para os serviços de inspeção são importados dos seguintes países: Canadá, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Suíça e Inglaterra.

II. LOCAÇÃO

Nesta atividade, a Companhia aluga máquinas de hidrojateamento, andaimes de aço e alumínio,

pisos em alumínio, pistolas de pinturas e máquinas de jato úmido. Em tempo, a quase totalidade das locações são feitas em conjunto com a prestação de serviços.

A locação ocorre em dois cenários distintos: 1) no segmento *Onshore*, quando o cliente possui a mão-de-obra ou paga a equipe da Companhia em contratos separados; 2) no *Offshore*, onde geralmente o pagamento de pessoal e equipamentos é realizado por diárias (*man and material*). Atualmente, todos os Contratos na modalidade de diárias estão no ambiente offshore.

A gestão de andaimes é centralizada, com apoio de três depósitos, localizados em Camaçari (BA), Macaé (RJ) e Barueri (SP). Os equipamentos locáveis de pintura e tratamento de superfície estão lotados na filial de Macaé. Os equipamentos e materiais, assim como a gestão das equipes de offshore, são geridos por software desenvolvido e customizados para a Companhia. A logística de distribuição de equipamentos é de responsabilidade do Diretor da Unidade de Serviços Industriais

c. Características do mercado de atuação, em especial:

I. Participação em cada um dos mercados

A Companhia acredita ser um dos maiores prestadores de serviços especializados de engenharia de acesso do segmento industrial brasileiro. A Companhia é líder na prestação de serviços de tratamento de superfícies e de acesso entre as unidades de produção offshore operada por empresas privadas. A Companhia é líder na fabricação de isolamentos removíveis no Brasil. Além disso, a Companhia é líder no mercado brasileiro de locação de habitáculos pressurizados.

Com a aquisição de 100% da Poliend, Brito&Kerche, Labteste, Tresca, Semar e Welding, a Companhia está aumentando sua participação no mercado de engenharia de integridade e tem intenção de ocupar posição de liderança no curto prazo. Apesar desse segmento ser altamente pulverizado, há uma quantidade menor de empresas atuando no nicho de ensaios avançados e de engenharia de integridade, fazendo com que a Companhia seja a maior empresa de capital nacional no segmento, de forma que a Companhia entende que, neste segmento, suas principais concorrentes são Mistras e a Applus, integrantes de grupos estrangeiros.

II. Condições de competição nos mercados

A Companhia enfrenta significativa concorrência em todos os mercados em que atua, exceto os seguintes serviços: a) locação de habitáculos pressurizados, b) andaimes suspensos (PrinerDeck), c) fabricação & montagem peças de isolamento removível e a d) atividade de inspeção quando vista apenas a demanda por ensaios avançados & engenharia de integridade. Os maiores concorrentes da Companhia no Brasil são as empresas Reframax, Actemium – Grupo Vinci, Manserv, Rohr, Mistras, GPS, Estrutural e RIP Kafer. Nenhuma das empresas acima citadas possuem todas as atividades da Companhia e vice-versa.

A Companhia tem intensificado, gradativamente, a diversificação das atividades prestadas aos seus clientes (pacote multiserviços), visando a construção de importante vantagem competitiva em relação à concorrência. Desta forma, aumentou a quantidade de “portas de entrada” em novos clientes e, ao mesmo tempo, incrementou suas chances de permanência por mais tempo nos clientes atuais e novos.

III. Atualização sobre os principais setores de atuação

A Companhia presta serviços industriais a diversos setores da cadeia produtiva nacional e acredita que seu principal motor de crescimento advém do fato desses setores serem essenciais para o PIB brasileiro, sendo que alguns são estruturalmente competitivos em escala global como os segmentos de mineração, produção de petróleo, sucoenergético e papel&celulose.

Os principais setores de atuação da Companhia são: Óleo e gás, petroquímico, químico, papel e celulose, mineração, siderurgia e infraestrutura. A diversidade dos segmentos atendidos pela Companhia promove maior resiliência corporativa, dado ser pouco provável que ocorra queda

da atividade simultânea e relevante em todos os setores.

d. eventual sazonalidade

Excluindo-se períodos atípicos na economia nacional, historicamente observa-se redução do nível de atividades da Companhia no primeiro e no quarto trimestre, em face de férias coletivas e da lentidão da retomada das atividades de manutenção entre o final do ano e o mês de fevereiro. Também é comum haver movimentos sindicais nos meses de junho e julho em algumas localidades.

e. principais insumos e matérias-primas (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável (ii) eventual dependência de poucos fornecedores (iii) eventual volatilidade em seus preços

As principais matérias-primas necessárias para a fabricação dos equipamentos utilizados pela Companhia são chapas de aço, tubos de aço e perfis de alumínio, cujos preços tendem a acompanhar a oscilação de tais *commodities*. Apesar da Companhia possuir opções de fornecedores de matérias-primas, o preço possui referência internacional. A escolha dos fornecedores é influenciada, principalmente, pelo prazo de entrega e qualidade oferecida. Nenhum equipamento ou material necessário ao desempenho das atividades da Companhia é sujeito a regulações governamentais.

O processo de produção dos equipamentos de acesso utilizados pela Companhia é terceirizado. Devido a qualidade que os mesmos devem apresentar, a Companhia possui lista restrita de empresas homologadas para realizar a transformação e montagem dos referidos equipamentos. Até meados de 2016, a Companhia adquiria as matérias-primas necessárias para produção de seus equipamentos (aço e alumínio) e as entregavam a terceiros, responsáveis pela sua industrialização e transformação. A partir do segundo semestre de 2016, a Companhia negociou condições comerciais com fornecedores de aço e alumínio. Deste então, após concorrência e seleção de empresas fabricantes dos produtos que utiliza em seu processo produtivo, as mesmas passaram a adquirir a matéria-prima diretamente dos fornecedores de aço e alumínio, com base nas condições comerciais negociadas pela Companhia.

Habitualmente, os compromissos da Companhia com fornecedores são de curto prazo e os preços cobrados sofrem volatilidade em função dos preços da mão de obra e das *commodities* que são usadas na fabricação de seus equipamentos, principalmente o acesso, em função da demanda por aço e alumínio.

A pandemia causou dois efeitos indesejados na cadeia de suprimentos: (1) incapacidade dos fornecedores em atender a demanda, especialmente em 2020, reduzida em 2021 e totalmente recuperado em 2022, (2) aumento de preços de consumíveis, matéria-prima e equipamentos. Os consumíveis mais representativos da empresa são as tintas, solventes, isolantes e tecidos a prova de fogo. Todos tiveram expressivo aumento de preço nos últimos 2 anos, especialmente as tintas, por possuírem produtos importados em sua composição básica.

A fim de compensar esse efeito indesejável, a Companhia tem adotado estratégia que tem se mostrado acertada, ajustando preços de novos projetos e requerido compensações extraordinárias em seus contratos, tanto em serviços pontuais quanto de longo prazo.

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

- a. Montante total de receitas provenientes do cliente**
- b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

O quadro a seguir demonstra a receita líquida, o segmento e a participação dos clientes que representaram, individualmente, valor superior a 10% das receitas líquidas nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

<i>Valores expressos em milhares de reais, para clientes com participação superior a 10%</i>	31/12/2024		
	Receita	% da receita líquida total	Segmento
Maior cliente	72.526	17,94%	- Serviços Industriais; - Infraestrutura; e - Montagem Industrial.

<i>Valores expressos em milhares de reais, para clientes com participação superior a 10%</i>	31/12/2023		
	Receita	% da receita líquida total	Segmento
Maior cliente	150.718	14,40%	- Serviços Industriais; e - Engenharia de Integridade/ Inspeções
2º maior cliente	145.563	13,91%	Serviços Industriais
3º maior cliente	120.938	11,56%	- Serviços Industriais; e - Engenharia de Integridade/ Inspeções

A Companhia esclarece que todos os clientes acima possuem diversos contratos com serviços/atividades variados e em múltiplas localidades. Desta forma, a Companhia entende que os riscos de concentração são fortemente diluídos.

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. *necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

Nossas atividades não contam com um regulador específico, ou seja, não dependem de autorizações específicas para condução de seu regular exercício. A despeito de não haver necessidade de autorizações e/ou licenças de reguladores, e/ou de qualquer outro tipo de poder concedente, estamos sujeitos à outras regulações, que serão detalhadas abaixo.

A incapacidade de cumprir com as normas aplicáveis ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações entre outros.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema privacidade e proteção de dados, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Poder Judiciário, tendo como base as mencionadas normas.

Ainda, o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes. Com a evolução da tecnologia de processamento e tratamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais, e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados. A Lei do Cadastro Positivo foi alterada em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas. A LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, mas, a vigência quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) somente ocorreu a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD trouxe um novo sistema de regras com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, incluindo, mas sem se limitar às empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD é aplicada independentemente da indústria ou negócio, desde que exista dados pessoais tratados por essas indústrias ou ramos de negócios, nos termos da LGPD.

A título exemplificativo, a LGPD prevê, dentre outras providências, o dever de transparência por parte do controlador dos dados, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigação de designar um encarregado pelo tratamento de dados, regras relacionadas a incidentes de segurança envolvendo dados pessoais, requisitos e obrigações relacionadas à transferência e compartilhamento de dados, com regime especial relacionado à transferência internacional de dados.

O descumprimento de disposições legais relacionadas à proteção de dados antes da entrada em vigor da LGPD, bem como o descumprimento de disposições da LGPD anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, conforme indicado anteriormente, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, após a entrada em vigor da LGPD, caso nossas operações de tratamento de dados estejam em desconformidade com as disposições previstas em referida lei, estaremos sujeitos às seguintes sanções administrativas previstas na LGPD: (i) advertências, com obrigação de prazo para adoção de medidas; (ii) obrigação de divulgar incidentes; (iii) bloqueio temporário ou eliminação de dados pessoais; (iv) multa diária até o limite referido no item (v); (v) multa simples de até 2% de receita da Companhia, do grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício fiscal, excluindo tributos, até um valor agregado de R\$ 50 milhões por infração; (vi) suspensão parcial da base de dados a que se refere a infração por um período de até 6 meses, prorrogável pelo mesmo período, até à regularização do tratamento dos dados pessoais; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refira a infração por um período de até 6 meses, prorrogável pelo mesmo período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao processamento de dados.

Não obstante, em fevereiro de 2023, a ANPD publicou o seu Regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas (Regulamento CD/ANPD nº 4), que estabelece regras, parâmetros e critérios para a aplicação de sanções administrativas aos agentes de tratamento de dados que não estejam em conformidade com a LGPD.

Assim, com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia adaptou suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos na LGPD. Consequentemente, realizou ajustes em algumas políticas, processos internos e práticas comerciais.

Licenciamento Ambiental

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981 (“Política Nacional do Meio Ambiente”), a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. As diretrizes gerais destinadas ao órgão ambiental competente para estabelecer as regras aplicáveis ao licenciamento estão disciplinadas na Lei Federal no. 6.938/1981, além de outras legislações esparsas sobre o tema.

O processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três etapas cada uma correspondendo a uma fase particular do empreendimento, a saber: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou empreendimentos potencialmente poluidores ou geradores de impacto ambiental. Em geral, o licenciamento ambiental estabelece medidas condicionantes a serem cumpridas para mitigar e compensar o impacto gerado pelo empreendimento.

As licenças e cadastro ambientais devem ser periodicamente renovados. A irregularidade de tais obrigações pode impactar na continuidade das operações e sujeitar a Companhia a penalidades nas esferas (i) administrativa, (ii) civil e (iii) criminal, bem como na pretensão de reparação de eventuais danos ambientais causados pela atividade (responsabilidade civil), conforme

detalhado abaixo:

Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer nas esferas civil, administrativa e criminal. Conforme dispõe o artigo 225, §3º da Constituição Federal, qualquer pessoa física ou jurídica que cause danos ao meio ambiente estará sujeita a sanções administrativas e criminais, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados. Tais disposições são reguladas no nível federal principalmente por três normas: (i) a Lei Federal nº 6.938/1981 ("Política Nacional do Meio Ambiente"); (ii) a Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais") e (iii) o Decreto Federal nº 6.514/2008 (Sanções Administrativas ao Meio Ambiente).

Na esfera civil, a responsabilidade é solidária, objetiva e integral. Isto significa que a obrigação de reparar e/ou indenizar a degradação causada se aplica a todos que estejam direta ou indiretamente envolvidos na atividade causadora de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente), independentemente da aferição de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre aquele e a atividade para que seja configurada a obrigação de reparação e/ou indenização ambiental dos agentes.

Ademais, de acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental integralmente, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro. Vale ressaltar, também, que a obrigação de reparar danos ambientais na esfera civil possui natureza "propter rem", de modo que acompanha o imóvel com degradação ambiental. Dessa forma, o comprador de área degradada também responde por dano ambiental. Ou seja, caso a Companhia seja proprietária ou possuidora de um imóvel no qual há identificação de um passivo ambiental (e.g., contaminação de solo e água subterrânea ou desmatamento irregular), poderá ser responsabilizada pela remediação, recomposição ou indenização de tal passivo.

A legislação ambiental prevê, ainda, que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente (artigo 4º da Lei Federal nº 9.605/1998).

Por fim, cabe mencionar que, apesar de não haver referência expressa na lei, segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição, tampouco à limitação de valores.

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). Referida lei estabelece sanções aplicáveis tanto às pessoas jurídicas (multas, restrição de direitos, suspensão de atividades, etc.) quanto às pessoas físicas envolvidas na materialização do fato danoso, tais como gerentes e diretores da companhia (detenção e reclusão, na medida de sua culpabilidade individual). Além disso, as sanções de restrição de direitos podem ser suspensão parcial ou total da atividade, interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade, proibição em contratar com o Poder Público, bem como obter subsídios, subvenções ou doações.

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, dispõe que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, cujo descumprimento é passível de advertência, de multas de R\$ 500,00 a R\$ 50 milhões, embargo, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, demolição de obra, suspensão temporária ou definitiva de atividades, apreensão de animais, produtos, entre outros utilizados na infração proibição de contratar com o poder público e dele obter subsídios, além de sanções restritivas de direito como suspensão de registro, licença ou autorizações e perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais, entre outras sanções. A configuração de responsabilidade administrativa ambiental depende de prova da culpa ou do dolo.

Uso de recursos hídricos

A Lei Federal nº 9.433/1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (“PNRH”). Esta legislação estabelece que os usos de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos pelas empresas estão sujeitos à outorga de direito de uso por parte do Poder Público por prazo determinado.

A intervenção em recursos hídricos sem as devidas autorizações e outorgas pode caracterizar infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”), contém instrumentos importantes para permitir o enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. A referida lei dispõe acerca da (i) prevenção e redução na geração de resíduos, com um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos; (ii) instituição de instrumentos de planejamento; e (iii) imposição que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”).

O PGRS é um documento que pode ser integrante ou independente do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da não geração de resíduos e na minimização da geração de resíduos, que aponta e descreve as ações relativas ao seu manejo, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

A PNRS dispõe que estão sujeitos à elaboração de PGRS os geradores de resíduos industriais, gerados nos processos produtivos e instalações industriais. Nesse caso, considerando a atividade desenvolvida pela Companhia, a elaboração de um PGRS é obrigatória. A disposição inadequada dos resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos), seja ela realizada pela própria Companhia, seja por meio de empresas contratadas para a prestação de tais serviços, bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa (que podem incluir, dentre outras, embargo da atividade e multas que podem variar entre R\$ 5 mil e R\$ 50 milhões), penal (com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa) e cível, além da possibilidade de contaminação de solo e de águas subterrâneas, que envolvem, geralmente, despesas significativas e podem durar vários anos até que a área seja declarada como remediada ou apta ao uso pretendido pela autoridade ambiental competente (possíveis restrições ao uso do imóvel podem ser aplicáveis).

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Em 2022, o Grupo Priner estabeleceu sua Política de Gestão Ambiental, que reitera o respeito ao meio ambiente como um compromisso fundamental da Companhia, de modo a permear todas as suas atividades, nos diversos setores e regiões em que atua. Aprovado pelo Conselho de Administração, o documento direciona diretrizes para assegurar a melhoria contínua da gestão ambiental, com foco na minimização dos impactos negativos, bem como na potencialização dos positivos, decorrentes das operações da Companhia. Os quatro eixos da Política são:

1. Conformidade e Gestão de Riscos
2. Uso Racional de Recursos Naturais
3. Monitoramento Ambiental
4. Fomento a Boas Práticas

O Grupo Priner não apenas implementa iniciativas internas para a conservação ambiental, mas também contribui para a sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor. Isso ocorre porque as soluções oferecidas pelo grupo ajudam a prolongar a vida útil de equipamentos e instalações, melhorar a infraestrutura industrial e promover ganhos de eficiência energética, redução no consumo de recursos naturais e minimização do descarte de materiais.

Devido ao rápido crescimento do Grupo Priner, tem sido necessário realizar constantes adaptações nos sistemas de gestão. Isso é feito para identificar e avaliar os aspectos e impactos ambientais nas diferentes áreas de atuação e regiões. Através desse processo, os procedimentos são regularmente revisados com o objetivo de reduzir os impactos das atividades no meio ambiente e garantir a conformidade legal.

A Companhia cumpre as leis e regulamentos municipais, estaduais e federais relacionados à proteção do meio ambiente. Isso inclui obtenção de licenças ambientais obrigatórias nos municípios onde é exigido e monitorar periodicamente o cumprimento dessas leis. A Política de Gestão Ambiental do Grupo também reflete esse compromisso e orienta os objetivos estratégicos do programa de Sustentabilidade da empresa.

Algumas empresas do nosso grupo são isentas do cumprimento de condicionantes ambientais devido à inexigibilidade de licenciamento ambiental em suas atividades. Essas empresas seguem rigorosamente as regulamentações aplicáveis e estão em conformidade com as leis ambientais vigentes. A isenção é resultado de uma análise cuidadosa e detalhada, demonstrando que suas atividades não requerem licenciamento ambiental devido ao baixo potencial de impacto ambiental. Continuamos comprometidos em garantir a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente em todas as nossas operações.

O Grupo destaca que realiza um controle rigoroso das licenças e documentações ambientais dos fornecedores das empresas do nosso grupo. Temos o compromisso de trabalhar apenas com fornecedores que estejam em conformidade com as leis e regulamentos ambientais aplicáveis. Ao realizar essa supervisão, garantimos que nossos fornecedores atendam aos requisitos legais, demonstrando responsabilidade ambiental em suas operações. Estamos empenhados em manter parcerias sustentáveis e conscientes, promovendo práticas de negócios que respeitem e protejam o meio ambiente.

Independentemente da necessidade de obtermos licença, nossos estabelecimentos estão sujeitos ao controle do destino final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde que prestamos. Essa questão é regulada pela legislação ambiental e sanitária. Embora contratemos empresas especializadas ou utilizemos os serviços municipais de coleta quando disponíveis, ainda assim somos responsáveis por toda a cadeia de gerenciamento de resíduos, desde sua geração até a disposição final. Isso significa que somos responsáveis pelos danos ambientais que possam ser causados pelos resíduos que geramos, conforme a legislação vigente.

O Grupo realiza o monitoramento contínuo dos indicadores de consumo de água e energia, geração de resíduos sólidos e efluentes. Esse acompanhamento nos permite identificar oportunidades de otimização e redução desses recursos, bem como promover práticas mais sustentáveis em nossas operações.

Além disso, temos o compromisso de desenvolver o inventário de emissões de gases de efeito estufa das atividades do nosso grupo referente ao ano de 2023. Esse inventário será uma ferramenta importante para mensurar e compreender o impacto ambiental das nossas operações, permitindo-nos estabelecer metas de redução e implementar estratégias eficazes para mitigar as emissões de gases de efeito estufa.

Ainda, foi aprovada, em dezembro de 2022, a Política de Gestão de Pessoas, levando em consideração que nossos colaboradores são o nosso diferencial competitivo e o desenvolvimento humano está no centro da cultura e da estratégia corporativa. Dessa forma, a referida política direciona as estratégias destinadas ao desenvolvimento contínuo dos colaboradores e reforça compromissos para o alcance de resultados sustentáveis, sucesso dos negócios e impacto social positivo em ambiente de respeito e valorização das pessoas.

Suas principais diretrizes dizem respeito a: (i) ética e integridade; (ii) saúde e segurança no trabalho; (iii) diversidade, equidade e inclusão; (iv) atração e seleção; (v) desenvolvimento humano organizacional e carreira; (vi) remuneração; e (vii) plataforma de comunicação interna e educação corporativa.

Dessa forma, nossa atuação social varia de assumirmos compromissos e promovermos programas e ações contínuas de caráter preventivo, por meio do mapeamento de riscos de lesões e doenças, favorecendo a conscientização para que todos os colaboradores reconheçam a exposição existente e contribuam para a promoção de um ambiente e uma cultura de saúde e segurança do trabalho, a partir do engajamento e comprometimento de todos, até a providenciar ações que promovam uma cultura cada vez mais inclusiva, com equidade de oportunidades para todos, no intuito de minimizar obstáculos decorrentes de questões sociais ou individuais, a exemplo de gênero, etnia, faixa etária, deficiência, orientação sexual e quaisquer outras características (ou escolhas) individual. Acreditamos na diversidade como um fator de estímulo à criatividade e à inovação, capaz de proporcionar experiências positivas e promover um clima organizacional que reflita o respeito, a valorização e o desenvolvimento de potencialidades.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de 10 anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o uso da marca por seu titular e o pagamento das taxas aplicáveis. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

As patentes também são adquiridas mediante concessão pelo INPI. Para obter proteção patentária, um inventor ou detentor de uma inovação deve submeter um pedido de patente ao INPI, detalhando a descrição técnica da invenção, seu funcionamento e aplicabilidade. O processo de exame inclui a análise da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial da inovação. Caso a invenção atenda aos critérios estabelecidos, é concedida a patente, garantindo ao titular o direito exclusivo de explorar comercialmente a invenção por um período determinado, geralmente 20 anos a partir da data do pedido.

Desde a sua constituição, a Companhia utilizava a marca “Mills SI”, nos termos de contrato de licença de uso de marca firmado com a Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. A partir de outubro de 2016, a Companhia passou a utilizar a marca “Priner”, de sua titularidade.

O desenvolvimento de suas atividades não depende de marcas secundárias, patentes, concessões, franquias e contratos de royalties. Não obstante, a Companhia possui parcerias com algumas das maiores companhias no mundo, trazendo expertise e qualidade adicional para os serviços que presta.

Possuímos contrato de licença com a empresa escocesa Safehouse Habitats (Scotland) Ltd, através do qual fomos autorizados a comercializar e prestar serviços com exclusividade os produtos da licenciante, em sistema o Sistema Safehouse Habitat, o qual inclui habitáculos pressurizados e outros equipamentos e materiais complementares para uso nas plataformas *offshore*, refinarias *onshore* e plantas petroquímicas, no Brasil e pagamos um percentual sobre a receita líquida da comercialização dos produtos, além de outros valores acordados de acordo com o produto fornecido.

Não podemos distribuir, vender, revender, locar ou manufaturar bens que concorram diretamente ou indiretamente com os produtos objeto do contrato, durante o prazo de vigência deste contrato.

A Companhia possui contrato de licença com a empresa escocesa WEB Systems International Ltd, através do qual a Companhia foi autorizada a fabricar e comercializar com exclusividade pisos do andaime de acesso suspenso Web PrinerDeck (WEB Deck™) no Brasil utilizando a tecnologia da licenciante e pagando um percentual sobre a receita líquida baseado no total de pisos fabricados e comercializados no Brasil.

Por fim, a Companhia possui contrato de licença com a empresa inglesa Darchem Engineering Limited, através do qual foi autorizada a fabricar e comercializar com exclusividade isolamentos

térmicos no Brasil utilizando a tecnologia da licenciante e pagando um percentual sobre a receita líquida baseado no total de produtos comercializados no Brasil. A Companhia não pode desenvolver, usar ou distribuir bens que concorram com os produtos objeto do contrato, bem como fabricar e comercializar os produtos licenciados fora do território brasileiro.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável. Conforme diretrizes da Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno e do Código de Ética e Conduta da Companhia, não é permitido realizar, em nome do Grupo Priner, qualquer contribuição para campanhas ou partidos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável. Conforme diretrizes da Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno e do Código de Ética e Conduta da Companhia, não é permitido realizar, em nome do Grupo Priner, qualquer contribuição para campanhas ou partidos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável. Conforme diretrizes da Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno e do Código de Ética e Conduta da Companhia, não é permitido realizar, em nome do Grupo Priner, qualquer contribuição para campanhas ou partidos.

1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. *receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia*

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, majoritariamente, as receitas foram provenientes de clientes situados no Brasil.

b. *receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia*

Não aplicável, tendo em vista que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, majoritariamente, as receitas foram provenientes de clientes situados no Brasil.

1.8 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 – Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim. A Companhia divulga informações ASG em seu Relatório de Sustentabilidade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A Companhia segue o padrão GRI – *Global Reporting Initiative* para elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações contidas no Relatório de Sustentabilidade são consolidadas e revisadas por consultoria independente e ainda não são auditadas para esse fim.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O documento pode ser encontrado no link: <https://prinersustentabilidade.com.br/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Relatório considera a divulgação da materialidade e indicadores-chave orientados pela GRI. Os indicadores materiais são:

Conduta Ética

3-3 Gestão dos temas materiais

205-2 Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

418-1 Queixas comprovadas relativas à violação da privacidade e perda de dados de clientes

Fomento à Sustentabilidade

3-3 Gestão dos temas materiais

204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais

413-1 Operações com engajamento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local

414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Saúde e Segurança das Equipes

3-3 Gestão dos temas materiais

403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de risco e investigação de Incidentes

403-3 Serviços de saúde do trabalho

403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho

403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho

403-6 Promoção da saúde do trabalhador

403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios

403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

403-9 Acidentes de trabalho

403-10 Doenças profissionais

Promoção do Desenvolvimento Humano

3-3 Gestão dos temas materiais

- 401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados
- 401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial
- 401-3 Licença-maternidade/paternidade
- 404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado
- 404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de Carreira
- 405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados
- 406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas

Gestão Ambiental

- 3-3 Gestão dos temas materiais
- 302-1 Consumo de energia dentro da organização
- 303-5 Consumo de água
- 305-1 Emissões diretas (Escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE)
- 305-2 Emissões indiretas (Escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia
- 306-3 Resíduos gerados
- 306-4 Resíduos não destinados para disposição final
- 306-5 Resíduos destinados para disposição final

Excelência Operacional

- 3-3 Gestão dos temas materiais
- 203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços

Desempenho Financeiro

- 3-3 Gestão dos temas materiais
- 201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à Materialidade do Grupo são:

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar
- ODS 4 – Educação de Qualidade
- ODS 5 – Igualdade de Gênero
- ODS 6 – Água Potável e Saneamento
- ODS 7 – Energia Acessível e Limpa
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 10 – Redução das Desigualdades
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e Produção Sustentáveis
- ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima
- ODS 14 – Vida na Água
- ODS 15 – Vida Terrestre
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Nesse momento, o Relatório não considera recomendações específicas relacionadas a questões climáticas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se

for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza inventário de gases de efeito estufa, considerando os escopos 1 e 2. Os dados do inventário podem ser encontrados nos Relatórios de Sustentabilidades, por meio do link: <https://prinersustentabilidade.com.br/>

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, visto que a Companhia divulga as informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, visto que a Companhia adota a matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, visto que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, visto que as informações ASG divulgadas são revisadas por uma consultoria externa especializada.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

As ações realizadas pela Companhia até o ciclo de 2024 estão em linha com o processo de evolução da Jornada ESG.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável, visto que a Companhia realiza inventário de emissão de gases de efeito estufa, ano base 2023.

1.10 - Informações específicas de sociedades de economia mista

a. *interesse público que justificou sua criação*

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. *atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando*

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. *processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas*

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 - Aquisição ou alienação de ativos relevantes

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e foram devidamente descritos no item 1.12 deste Formulário de Referência.

1.12 - Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Aquisição da Brito e Kerche Inspeções S.A.

Em fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu 55% do capital social e obteve controle da Brito e Kerche Inspeções S.A. (“B&K Inspeções”), mediante os termos e condições estabelecidos no “*Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças*”. A B&K Inspeções, que havia sido fundada há 11 anos à época da aquisição, e com sede no Estado do Rio de Janeiro, tem como foco principal a atuação nas áreas de ensaios não destrutivos e engenharia de integridade mecânica de ativos industriais, utilizando a melhor tecnologia e inovação disponíveis atualmente no segmento de inspeção.

Aquisição da Construtora gmaia S.A.

Em maio de 2022, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Participação Societária, por meio do qual adquiriu 51% do capital social e obteve controle da Construtora gmaia S.A. (“gmaia”). Nos termos do contrato que regula a compra e venda desta participação societária, a Companhia possui uma opção de compra das ações representativas de 49% do capital social da gmaia, que poderão ser exercidas pela Companhia pelo prazo de 30 dias contados da data da publicação das demonstrações financeiras com apuração do resultado do exercício social a ser encerrado em 2025. A gmaia, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, é uma sociedade anônima de capital fechado, com atuação de destaque no mercado de infraestrutura, sendo especializada em impermeabilização, proteção, reforço e recuperação de estruturas. Atuante desde 2002, já contabilizou mais de 300.000 litros de resina injetadas, 180.000 m² de área impermeabilizadas, 30.000 m² de recuperação e reforço estrutural, bem como mais de 8.000 m³ de galerias tamponadas.

Aquisição Total da Brito e Kerche Inspeções S.A.

Em dezembro de 2022, a Companhia, por meio de opção de compra, outorgada nos termos e condições estabelecidos no “*Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças*”, celebrado em 18 de fevereiro de 2022, adquiriu os 45% restantes das cotas representativas do capital social da B&K Inspeções, passando a deter 100% do capital social da empresa.

Incorporação da Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda.

Em dezembro de 2022, a Companhia reportou-se ao Fato Relevante publicado em 28/11/2022 para comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/12/2022 aprovou a proposta de incorporação da empresa Poliend Soldagem Treinamento e Inspeções em END Ltda. (“Poliend”), o que foi previamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28/11/2022. Com isso, a reestruturação societária visou simplificar a estrutura do grupo econômico da Companhia, por meio da consolidação de determinadas atividades e, consequentemente, reduzir os custos financeiros e operacionais, garantindo maior eficiência administrativa e otimizando sua estrutura operacional.

Aquisição da Soegeo Soluções em Engenharia Geotécnica Ltda., por meio da gmaia

Em janeiro de 2023, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Soegeo Soluções em Engenharia Geotécnica Ltda. (“Soegeo”), por meio da sua controlada gmaia. Desde a sua fundação, a Soegeo tem se diferenciado como uma empresa de notoriedade técnica, criadora de inovações e excelência em suas entregas, tendo como uma de suas principais tecnologias a execução de estacas injetadas ou press ancoragem, o que ajudou a Companhia a incrementar seu portfólio de serviços e a reforçar sua posição no mercado de engenharia de manutenção.

Aquisição da Labteste Análises e Ensaios de Materiais Metálicos Ltda e da Tresca Engenharia e Integridade Ltda

Em fevereiro de 2023, a Companhia concluiu a aquisição das empresas Labteste Análises e Ensaios de Materiais Metálicos Ltda (“Labteste”) e Tresca Engenharia e Integridade Ltda (“Tresca”), no equivalente a 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social de cada uma das sociedades. A Labteste é um avançado laboratório de metalurgia localizado e a Tresca é um tradicional grupo de engenheiros dedicados em simulações computacionais para verificação de integridade de equipamentos e mecânica da fratura.

Aquisição da Semar Inspeções Ltda.

Em setembro de 2023, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa Semar Inspeções Ltda. (“Semar”). O valor da transação foi de R\$ 3,5 milhões, a ser pago em três parcelas de, aproximadamente, (i) 50% do valor total em 05/09/2023; (ii) 25% do valor total em 12 meses; e (iii) 25% do valor total em 24 meses. A Semar foi fundada em 2011 com a união de profissionais com ampla experiência em ensaios não destrutivos avançados e logo ocupou posição de destaque técnico nas áreas de óleo e gás, geração de energia e construções industriais.

Parte das ações e quotas adquiridas pela Companhia, conforme o caso, da B&K Inspeções, Labteste, Tresca e Semar, encontram-se alienadas fiduciariamente em garantia à conclusão do pagamento das parcelas acordadas nos respectivos contratos de compra e venda de participação societária celebrados no âmbito de cada operação.

Para mais informações sobre as transações acima, acessar os fatos relevantes divulgados pela Companhia no site de RI, na aba “Informações aos Investidores” e, em seguida, “Documentos CVM”, através do link www.ri.priner.com.br.

Incorporação da Brito e Kerche Inspeções S.A., Tresca Engenharia e Integridade Ltda. e Labteste Análises e Ensaios de Materiais Metálicos Ltda.

Em 27 dezembro de 2023, a Companhia comunicou a aprovação da proposta de incorporação das sociedades controladas B&K Inspeções, Tresca e Labteste, o que foi previamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 01/12/2023. A reestruturação societária visou simplificar a estrutura do grupo econômico da Companhia, por meio da consolidação de determinadas atividades e, conseqüentemente, reduzir os custos financeiros e operacionais, garantindo maior eficiência administrativa e otimizando sua estrutura operacional.

Realização de Oferta Pública Subsequente (Follow-on) de distribuição de ações da Companhia

Em fevereiro de 2024, a Companhia realizou uma Oferta Pública Subsequente de distribuição de ações da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 7.812.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, considerando a colocação das Ações Adicionais perfazendo o total de R\$89.375.000,00.

Sendo assim, o novo capital social da Companhia é de R\$339.562.363,48 (trezentos e trinta e nove milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos), dividido em 46.720.757 (quarenta e seis milhões, setecentas e vinte mil, setecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aquisição da Welding Inspeções, Engenharia e Análise de Materiais Ltda.

Em junho de 2024, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Welding Inspeções, Engenharia e Análise de Materiais Ltda., dedicada à excelência da engenharia de materiais por meio dos serviços de inspeções técnicas, modelagens computacionais e ensaios laboratoriais.

Aquisição da Real Estruturas e Construções Ltda.

Em agosto de 2024, a Companhia anunciou a celebração do Contrato de Compra e Venda da Real Estruturas e Construções Ltda., onde a efetivação da operação esteve sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, como a obtenção de aprovação junto ao

Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Priner ("AGE").

Em setembro de 2024, a operação foi concluída e a Companhia anunciou a conclusão de aquisição de 100% do capital social da Real Estruturas e Construções Ltda. Essa aliança não apenas solidificará nossa presença no mercado nacional, como também ampliará nossas oportunidades de crescimento e inovação.

Incorporação da Semar Inspeções Ltda.

Em 2 abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia comunicou a aprovação da proposta de incorporação da sociedade controlada Semar Inspeções, o que foi previamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 01/08/2024. A reestruturação societária visou simplificar a estrutura do grupo econômico da Companhia, por meio da consolidação de determinadas atividades e, conseqüentemente, reduzir os custos financeiros e operacionais, garantindo maior eficiência administrativa e otimizando sua estrutura operacional.

Realização de Aumento de Capital via Colocação Privada

Em julho de 2025, a Companhia anunciou o aumento de capital dentro do limite do capital autorizado, no montante mínimo de R\$80.000.010,00, com emissão de 5.333.334 de novas ações e máximo de R\$150.000.000,00, mediante emissão de 10.000.000 de novas ações, ao preço unitário de R\$15,00.

Em setembro de 2025, a Companhia concluiu com sucesso a totalidade do aumento de capital. Em decorrência da Homologação, o capital social da Companhia passou de R\$339.562.363,48, dividido em 46.720.757 Ações, para R\$489.562.363,48, dividido em 56.720.757 Ações.

Aquisição da SEMEP Logística e Construção S.A.

Em outubro de 2025, após aprovação do CADE e AGE, a Companhia concluiu a aquisição de 60% da SEMEP Logística e Construção S.A., referência nacional em soluções de intralogística, movimentação de solo, operação e implantação de minas.

Aquisição Total da Construtora gmaia S.A.

Em abril de 2026, a Companhia adquiriu aproximadamente 49% das quotas remanescentes do capital social da Construtora G-Maia S.A. ("gmaia"), tornando-se titular de 99,9% do capital social da gmaia.

1.13 – Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, visto que, na data deste Formulário de Referência, não há qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

1.14 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.15 - Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas

Não aplicável, uma vez que a Companhia e suas controladas não celebraram, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, qualquer contrato relevante que não estivesse relacionado com as atividades operacionais da Companhia.

1.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 1 do Formulário de Referência.

2. Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas neste item, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as quais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A análise da Administração esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas, pelo corpo diretivo da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

Certas tabelas da seção 2 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Os valores constantes deste item 2.1 foram extraídos das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que estão disponíveis no site da Companhia (www.ri.primer.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

2025 foi um ano de transição, com resultados aquém do nosso potencial, pressionados pela alavancagem e pela retração da UN Montagem. Em paralelo, consolidamos um posicionamento único no maior ciclo de investimentos em mineração da história do Brasil, com as unidades maduras gerando valor e uma carteira crescente de contratos de longo prazo.

O ano de 2025 exige um estudo mais profundo do que apenas observar variações numéricas ao longo dos anos. De um lado, os efeitos conjunturais decorrem do custo da alavancagem e da queda do resultado operacional em uma vertical. Do outro, houve conquistas estruturais que lançaram as bases de uma Companhia pronta para capturar um ciclo de crescimento inédito na mineração brasileira.

Para 2026, trabalhamos com a expectativa de margens consolidadas mais elevadas, redução da alavancagem, crescimento da receita em linha com o nosso histórico e retorno do ROIC acima do custo de capital. Essa perspectiva é ancorada na nossa carteira de contratos, firmados e em negociação, cuja composição de preços e prazo médio reforça a visibilidade de geração de valor.

Índice de liquidez corrente

O índice de liquidez corrente da Companhia é calculado pela divisão de seu ativo circulante por seu passivo circulante.

Valores expressos em R\$ mil

Indicadores Financeiros	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Ativo Circulante	846.970	609.764
Passivo Circulante	573.925	546.806
Índice de liquidez corrente	1,48	1,12

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de liquidez corrente era de 1,48, representando um aumento de 32,2% em relação ao ano anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à reclassificação da dívida com o Banco Itaú BBA do passivo circulante para o passivo não circulante.

A reclassificação realizada em 2024 ocorreu porque a Companhia não atendeu à cláusula restritiva estabelecida pela instituição financeira, que exige a manutenção da relação entre Dívida Líquida Consolidada e EBITDA limitada a 2,25x.

b. Estrutura de Capital

Na tabela abaixo, consta a estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Valores expresso em R\$ mil			
	31 de dezembro de			
	2025		2024	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Patrimônio Líquido	562.334	29,7%	354.742	28,9
Passivo total	1.328.309	70,3%	874.512	71,1
Total	1.890.643	100,0	1.229.254	100,0

Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido consolidado da Companhia totalizava R\$ 562,3 milhões, comparado a R\$ 354,7 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento decorre, principalmente, do aporte de capital no montante de R\$ 150 milhões, realizado em 1 de setembro de 2025, e do reconhecimento de R\$ 71.161 mil em participações de não controladores decorrentes da aquisição da Semep, que impactaram positivamente o patrimônio líquido consolidado.

Capital de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo total da Companhia totalizava R\$ 1.328,3 milhões, comparado a R\$ 874,5 milhões em 31 de dezembro de 2024. O aumento decorre, principalmente, da captação de novos empréstimos, em linha com a estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia. Apenas a rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures contribuiu com um acréscimo de R\$ 347,0 milhões no período.

A Administração acompanha continuamente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, buscando manter uma estrutura de capital equilibrada, que maximize o retorno aos acionistas sem comprometer a liquidez e a sustentabilidade financeira da Companhia no longo prazo.

c. Capacidade de Pagamento em Relação aos Compromissos Financeiros Assumidos

A Companhia tem honrado todas as suas obrigações referentes aos seus compromissos financeiros até a data de publicação desta Proposta da Administração, bem como tem mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos. Por isso, e considerando o seu capital circulante líquido abaixo descrito, a Companhia acredita que será capaz de manter a sua liquidez e capacidade de realizar os pagamentos.

O capital circulante líquido consolidado da Companhia (correspondente à subtração do ativo circulante pelo passivo circulante) foi de R\$ 273,0 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$

63,0 milhões em 31 de dezembro de 2024.

O aumento do capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2025 decorre, principalmente, da reclassificação realizada em 2024 da dívida com o Banco Itaú BBA, do passivo não circulante para o passivo circulante, em atendimento ao item 74 do CPC 26 (R1) – *Apresentação das Demonstrações Contábeis*.

Diante desse contexto, a Companhia entende que mantém condições financeiras suficientes para honrar seus compromissos assumidos, preservando sua liquidez e a continuidade operacional.

d. Fontes de Financiamento Utilizadas para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não circulantes

Em 2025 e 2024, a Companhia manteve a estratégia de utilização de capital de terceiros para financiar a necessidade de capital de giro, aquisições (M&As) e investimentos em equipamentos operacionais.

A alavancagem financeira da Companhia pode ser medida pela divisão entre sua dívida líquida e seu patrimônio líquido, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	638.325	380.505
Patrimônio Líquido	562.334	354.742
Alavancagem Financeira	1,14	1,07

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes potenciais para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos para a necessidade de capital da Companhia que se pretende utilizar no curso regular de seus negócios são a geração de caixa das operações, empréstimos bancários e recursos advindos do mercado de capitais. A Administração entende que essas disponibilidades são suficientes para atender as necessidades regulares de capital da Companhia.

f. Níveis de endividamento e características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 999,4 milhões e R\$ 630,4 milhões, respectivamente.

A dívida líquida da Companhia, calculada pela soma de seus empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante inclui o saldo líquido de instrumentos derivativos financeiros e mútuo com pessoas físicas, deduzidos dos valores registrados como caixa, equivalentes de caixa e valores mobiliários, totalizou um valor positivo de R\$ 638,3 milhões e R\$ 380,5 milhões, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Vale ressaltar que o cálculo da dívida líquida não considera os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na tabela a seguir:

Tipo	Taxa de juros (%) ¹	Consolidado – em R\$ mil	
		31/12/2024	31/12/2024

Financiamento com Instituições	CDI + 1,9% a.a. a CDI + 3,0% a.a.	76.801	95.294
FINAME	CDI + 2,90% a.a.	-	12.696
Nota Comercial	CDI + 2,00% a.a.	31.659	37.988
FRN	CDI + 1,70% a.a.	28.717	30.334
4131 c/ Swap	CDI + 1,80% a.a. a 2,83% a.a.	311.496	287.271
Pré Fixado	8,96% a.a. a 19,36% a.a.	154.518	-
Debêntures	CDI + 2,10% a.a. a 2,40% a.a.	207.418	-
SWAP		(7.188)	(2.685)
Dívidas referentes às aquisições (Sellers Loan)	95% a 100% do CDI	196.060	166.158
Dívida Bruta		999.481	630.426
Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo e depósito judicial – dívida de aquisição Smartcoat		(361.156)	(249.921)
Dívida Líquida (Caixa líquido)		638.325	380.505

¹ As informações relativas a taxa de juros (%) referem-se aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2025.

Endividamento

O objetivo da gestão da estrutura de capital da Companhia é proteger o seu patrimônio e contribuir para a geração de retorno satisfatório aos nossos acionistas. Esse objetivo se baseia em três pilares: (1) apoio a continuidade e constante ganhos de produtividade das operações, (2) garantia da oferta de boas condições de trabalho e desenvolvimento para seus colaboradores e (3) adequado e equilibrado atendimento aos anseios das partes interessadas.

A Companhia utiliza dois indicadores para avaliar sua alavancagem financeira, conforme demonstrado abaixo. O cálculo do endividamento foi determinado considerando os saldos de empréstimos, instrumentos derivativos, mútuos e debêntures, não tendo sido considerados os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento.

A tabela a seguir ilustra a evolução do endividamento da Companhia, que está detalhado na seção 2.5 do Formulário de Referência, ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida bruta circulante	278.797	331.711
Dívida bruta não circulante	720.684	298.715
Dívida bruta	999.481	630.426
(-) Caixa, equivalentes de títulos e valores mobiliários (curto e longo prazo)	(361.156)	(246.551)
Dívida líquida (caixa mínimo)	638.325	380.505

Indicadores Financeiros	Valores expressos em R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de	
	2024	2024
Dívida Líquida(Caixa Líquido)	638.325	380.505
Patrimônio Líquido	562.334	354.650
Índice de endividamento	1,13	1,07

Abaixo, a Companhia apresenta os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados pela Companhia durante o exercício de 2025:

Contrato – Banco Itaú (Debêntures)

Em 28 de março de 2025, a Companhia concluiu a oferta pública de distribuição de 200.000 debêntures simples, com garantia real, emitidas em duas séries (individualmente, “Série” e, em conjunto, “Séries”), no âmbito de sua 2ª emissão (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente). As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data de emissão, ocorrida em 15 de março de 2025 (“Data de Emissão”), totalizando o montante de R\$ 200.000.000,00 na Data de Emissão, sendo a oferta destinada exclusivamente a investidores profissionais.

A remuneração das Debêntures corresponde à variação do indexador aplicável, acrescida de spread de: (i) 2,10% ao ano, base 252 dias úteis, para as Debêntures da Primeira Série (“Remuneração da Primeira Série”); e (ii) 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, para as Debêntures da Segunda Série (“Remuneração da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, “Remuneração”).

Contrato – Banco do Brasil

Em 19 de maio de 2025, a companhia, celebrou contrato de empréstimo com o Banco do Brasil. No valor de R\$75 milhões, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 2,30% ao ano.

Contrato – Banco Bradesco

Em 23 de junho de 2025, a companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Bradesco. No valor de R\$75 milhões, com juros remuneratórios mensais, correspondentes à variação acumulada da taxa CDI, acrescido de uma sobretaxa de 1,80% ao ano

ii. Outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía limites de financiamento não utilizados junto a instituições financeiras no montante de R\$ 260.000, em função da posição de caixa confortável para honrar com seus compromissos financeiros e operacionais, além dos níveis de geração de caixa real e previsto.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia contam com diversas modalidades de garantia, incluindo a alienação fiduciária de ativos nas operações realizadas via FINAME.

Em 31 de dezembro de 2025, as principais garantias vinculadas aos empréstimos contratados eram:

- (i) cessão simples de contratos firmados com clientes;
- (ii) aval da controladora, acrescido do próprio bem financiado; e
- (iii) aplicação financeira vinculada a um percentual do valor contratado.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, observando a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

As dívidas financeiras da Companhia, existentes no último exercício social, não possuem cláusula específica contratual de subordinação e, assim, não há relação de preferência. Logo, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o disposto na legislação em vigor e nas eventuais garantias constituídas abaixo descritas.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía financiamentos totais junto a instituições financeiras de R\$810,6 milhões. Na ocasião, a Companhia possuía limites de financiamento não utilizados junto a instituições financeiras no montante de R\$ 260 milhões, em função da posição de caixa confortável para honrar com seus compromissos financeiros e operacionais, além dos níveis de geração de caixa real e previsto.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os exercícios indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia disponíveis no site da Companhia (<https://ri.priner.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO (CONSOLIDADO)

A seguir são descritos cada um dos itens analisados:

Receita operacional de vendas

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos líquidos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita.

Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

Apresentam-se, a seguir, as explicações sobre as principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia, a partir de suas demonstrações financeiras:

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações de resultados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Valores expressos em R\$ mil				
	Em 31 de dezembro de				
	2025		2024		Variação
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2025/2024 (%)
Receita Líquida de vendas e serviços	1.563.623	100,00%	1.100.583	100,00%	42,07%
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.253.275)	-80,2%	(854.080)	-77,60%	46,74%
Lucro Bruto	310.348	19,85%	246.503	22,40%	25,90%
Despesas operacionais/ administrativas/gerais	(214.686)	-13,73%	(156.653)	-14,23%	37,05%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	95.662	6,12%	89.850	8,16%	6,47%
Receitas financeiras	54.170	3,46%	23.016	2,09%	135,36%
Despesas financeiras	(142.151)	-9,09%	(74.984)	-6,81%	89,58%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.681	0,49%	37.882	3,44%	-79,72%
Correntes	(31.909)	-2,04%	(28.336)	-2,57%	12,61%
Diferidos	32.632	2,09%	18.274	1,66%	78,57%
Lucro Líquido do exercício	8.404	0,54%	27.820	2,53%	-69,79%

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia atingiu R\$ 1.563,6 milhões, correspondente a um aumento de 42,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento se deve tanto ao crescimento orgânico consistente dos principais segmentos de atuação quanto à contribuição da aquisição realizada em 2025.

A receita líquida orgânica, excluindo o efeito da aquisição da SEMEP adquirida em 2025, apresentou crescimento de 21,1% em 2025.

O segmento de Óleo & Gás registrou expansão de 32,4%, impulsionado principalmente pelo aumento da atividade offshore e pelo início dos serviços de inspeção subsea a partir de novembro de 2025. No segmento de Siderurgia & Mineração, o crescimento foi de 34,5%, refletindo a evolução orgânica e a contribuição inicial da Unidade de Negócio de Operações Minerárias, incorporada ao portfólio a partir da metade de outubro de 2025.

O segmento de Outros apresentou crescimento de 9,4%, decorrente da conquista de novos contratos onshore e da expansão das atividades no setor sucroenergético.

No quarto trimestre de 2025, a Companhia alcançou R\$ 2,8 bilhões em novos contratos, fortalecendo o backlog e reforçando a confiança em um desempenho sólido para 2026.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 1.253,3 milhões, correspondente a um aumento de 46,74% em relação ao mesmo período de 2024. Esse aumento deriva, principalmente, do aumento do volume de atividades.

A consolidação da UN de Operações Minerárias, intensa em equipamentos pesados, contribuirá para a redução estrutural da participação do Custo de Pessoal no CPV, bem como para a melhora gradual da razão Pessoal/ROL ao longo dos próximos períodos.

Lucro Bruto

O lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 310,3

milhões, correspondente a um aumento de 25,90% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, refletindo principalmente, a expansão do segmento de Óleo & Gás, que registrou aumento de +19,8% no ano, impulsionada pela aceleração das operações offshore, combinada ao início de novos contratos onshore.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Operacionais, Administrativas e Gerais foram de R\$ 214,7 milhões, o que representa crescimento 37,05% em relação ao ano anterior. Elas representaram 13,73% da Receita Líquida em 2025, uma redução de 0,50 ponto percentual em relação ao ano anterior, quando foram de 14,23%.

As novas despesas são compostas principalmente pelos impactos contábeis do Stock Options e da amortização de intangível das empresas adquiridas.

Resultados Financeiros

Os resultados financeiros líquidos em 2025 foram de R\$ 88,0 milhões (despesas) em comparação a R\$ 52,0 milhões (despesas) do exercício anterior, o que representa aumento de 69,23% em relação ao ano anterior. No 1º trimestre de 2025, foi realizada a 2ª emissão de debêntures, o que gerou um aumento de R\$ 25,3 milhões de juros acumulados no exercício. Por fim, a SELIC acumulou alta de quase 3 pontos percentuais desde janeiro, o que também contribuiu para o aumento da despesa financeira

Imposto de renda e contribuição social correntes

O valor do imposto de renda e contribuição social correntes aumentou 12,61% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação se deve basicamente à chegada da SEMEP, que apurou lucro fiscal em 2025, e pelo aumento no lucro da controlada Priner Locações em 2025.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor do imposto de renda e contribuição social diferidos reduziu 78,57% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução é resultado principalmente pelo aumento do prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, Priner Serviços.

Lucro Líquido do Período

O resultado contábil consolidado da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 atingiu lucro líquido de R\$ 8,4 milhões, comparativamente ao lucro de R\$ 27,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A redução no lucro líquido decorre, principalmente, do maior impacto das despesas financeiras, em razão do aumento da taxa de juros e do maior nível de endividamento ao longo do período.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2025 comparadas a 31 de dezembro de 2024.

Análise comparativa dos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Valores expressos em R\$ mil					
	Em 31 de dezembro de					
	2025		2024		Variação	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2025/2024	(%)
Ativo Circulante						

Caixa e Equivalentes de caixa/ Títulos e valores mobiliários	354.580	18,75%	243.739	19,83%	45,48%
Contas a receber - terceiros e partes relacionadas	429.397	22,71%	319.533	26,00%	34,38%
Estoques	8.908	0,47%	5.778	0,47%	54,17%
Tributos a recuperar	28.171	1,49%	20.037	1,63%	40,59%
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	9.564	0,51%	2.685	0,22%	256,20%
Outros ativos circulantes	16.350	0,86%	17.992	1,46%	-9,13%
Total do ativo circulante	846.970	44,80%	609.764	49,61%	38,90%
Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	2.928	0,15%	2.812	0,23%	4,13%
Contas a receber - terceiros	5.714	0,30%	5.100	0,41%	12,04%
Tributos diferidos	82.176	4,35%	71.891	5,85%	14,31%
Depósitos judiciais	16.856	0,89%	5.689	0,46%	196,29%
Outros ativos não circulantes	1.513	0,08%	1.091	0,09%	38,68%
Imobilizado e direito de uso	572.092	30,26%	301.842	24,56%	89,53%
Intangível	362.170	19,16%	230.973	18,79%	56,80%
Total do ativo não circulante	1.043.673	55,20%	619.398	50,69%	68,50%
Total do ativo	1.890.643	100,00%	1.229.162	100,00%	53,82%

Ativo Circulante

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários

O saldo combinado de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários totalizou R\$ 354,6 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 45,48% em relação aos R\$ 243,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2024. Esse crescimento decorre, principalmente, da geração de caixa operacional no período, da captação de recursos junto a terceiros para financiamento do capital de giro e de investimentos, bem como da entrada do caixa proveniente da SEMEP, empresa adquirida pelo Grupo em outubro de 2025.

Contas a receber – terceiros e partes relacionadas

O saldo de contas a receber apresentou aumento de 34,38%, passando de R\$ 319,5 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 429,4 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse crescimento decorre, principalmente, da expansão do volume de operações, impulsionada pela celebração de novos contratos, com destaque para o segmento de infraestrutura, bem como pela consolidação das empresas recentemente adquiridas pelo Grupo, incluindo os contratos oriundos da SEMEP.

Estoque

O saldo de estoque apresentou aumento de 54,17%, passando de R\$ 5,7 milhão em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. O maior impacto está relacionado a matéria prima do estoque da controlada R&R.

Tributos a recuperar

O saldo de tributos a recuperar apresentou aumento de 40,59%, passando de R\$ 20,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 28,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento se refere ao IRRF e CSLL retidos na fonte, que poderão ser compensados por outros tributos federais através de PERD-COMPS.

Instrumentos Derivativos Financeiros (Swap)

O saldo de instrumentos derivativos financeiros (swap) representa a diferença (valor a receber ou a pagar) entre a variação cambial de empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira e a variação de juros em moeda nacional, tendo sido constatada variação ativa expressiva em 31 de dezembro de 2025. A Companhia adota estratégia de proteção total do risco cambial decorrente de dívidas contratadas em moeda estrangeira.

Outros ativos

O saldo de outros ativos apresentou redução de 9,13%, passando de R\$ 17,9 milhões em 31 de

dezembro de 2024, para R\$ 16,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. A redução refere-se, basicamente, aos custos para mobilização de contratos que são reconhecidos como despesas antecipadas até o início das atividades dos referidos contratos. A redução foi ocasionada, principalmente, pela apropriação desses custos durante o exercício de 2025.

Ativo não circulante

Títulos e valores mobiliários

O saldo se refere a debêntures recebidas pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Contas a receber - terceiros

O saldo se refere a nota promissória recebida pela Companhia em atendimento aos termos do plano de recuperação judicial de clientes da Companhia.

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos apresentou aumento de 14,31%, passando de R\$ 71,8 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 82,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. A variação foi o aumento do reconhecimento de provisões sobre adições e exclusões temporárias no período e pelo reconhecimento do ativo diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais existente.

Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais apresentou aumento de 196,29%, passando de R\$ 5,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 16,8 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento decorre, substancialmente, do saldo da controlada SEMEP, adquirida em outubro de 2025, que possui liminar em ação judicial relacionada à exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se sobrestado, aguardando o julgamento do Tema 118 pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Imobilizado e ativo de direito de uso

O saldo de imobilizado e ativos de direito de uso apresentou aumento de 89,53%, passando de R\$ 301,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 572,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse crescimento decorre, principalmente, do reconhecimento dos ativos da controlada SEMEP, adquirida em outubro de 2025, que, à época da aquisição, possuía saldo de imobilizado de aproximadamente R\$ 262 milhões.

Intangível

O saldo de intangível apresentou aumento de 56,8%, passando de R\$ 230,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 362,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Este aumento se deve basicamente aos ativos intangíveis identificados na aquisição da SEMEP.

Valores expressos em R\$ mil						
Em 31 de dezembro de						
	2025		2024		Variação	
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2025/2024	(%)
Passivo Circulante						
Fornecedores – Terceiros e partes relacionadas	62.183	3,29%	44.567	3,63%	39,53%	
Empréstimos e financiamentos	202.682	10,72%	267.358	21,75%	-24,19%	
Instrumentos financeiros – Swap	2.376	0,13%	-	-	-	
Arrendamentos a pagar – Direito de Uso	7.485	0,40%	5.817	0,47%	28,67%	
Salários e encargos sociais	121.016	6,40%	100.936	8,21%	19,89%	
Tributos a recolher	18.266	0,97%	16.443	1,34%	11,09%	
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	41.000	2,17%	13.590	1,11%	201,69%	
Contas a pagar por aquisição societária	83.303	4,41%	67.038	5,45%	24,26%	
Provisões	26.770	1,42%	29.883	2,43%	-10,42%	
Outros passivos	8.844	0,47%	1.174	0,10%	653,42%	
Total do passivo circulante	573.925	30,36%	546.806	44,49%	4,96%	

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos	607.927	32,15%	196.225	15,96%	209,81%
Arrendamentos a pagar – Direito de uso	23.312	1,23%	19.108	1,55%	22,00%
Contas a pagar e outras contas a pagar por aquisição societária	108.473	5,74%	102.490	8,34%	5,84%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.380	0,44%	7.492	0,61%	11,85%
Outros passivos não circulantes	6.292	0,33%	2.391	0,19%	163,15%
Total do passivo não circulante	482.834	39,90%	546.806	44,49%	37,96%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	468.180	24,76%	318.284	25,89%	47,10%
Reserva de capital	24.910	1,32%	19.790	1,61%	25,87%
Reserva de lucros	24.478	1,29%	36.289	2,95%	-32,55%
Ajuste de avaliação patrimonial	(34.734)	-1,84%	(33.621)	(2,74%)	3,31%
	482.834	25,54%	340.742	27,72%	41,70%
Participações de não controladores	79.500	4,20%	13.908	1,13%	471,61%
Total do patrimônio Líquido	562.334	29,74%	354.650	28,85%	58,56%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.890.643	100,00%	1.229.162	100,00%	53,82%

Passivo circulante

Fornecedores – terceiros e partes relacionadas

O saldo a pagar de fornecedores apresentou aumento de 39,53%, passando de R\$ 44,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 62,1 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esta variação refere-se principalmente ao aumento no volume de operações da Companhia. O saldo de fornecedores refere-se basicamente à aquisição de materiais para consumo diversos, dentre outros, a compra de EPI's, peças e ferramentas, material de pintura, material de escritório, serviços prestados, fretes, viagens e bens do ativo imobilizado, adquiridos no curso normal dos negócios.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentou redução de 24,19%, passando de R\$ 267,3 milhão em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 202,6 milhões em 31 de dezembro de 2025. O maior aumento nesta rubrica contábil se deve basicamente às novas captações de empréstimos ocorridas durante o exercício de 2025.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em curto prazo apresentou aumento de 28,67% passando de R\$ 5,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2025. O aumento refere-se a inclusão nas controladas de novos contratos sujeitos ao CPC 06 – R2.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais apresentou aumento de 19,89%, passando de R\$ 100,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 121,0 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi causado, principalmente, pelo aumento do número de colaboradores na Companhia, fruto da expansão do volume de atividades e da nova aquisição (SEMEP). Encerramos o ano de 2025 com 7.984 colaboradores (vs 7.144 ao final de 2024).

Tributos a recolher

O saldo de Tributos a recolher de R\$ 18,2 milhões em 31 de dezembro de 2025 refere-se a valores a pagar dos impostos devidos sobre o faturamento ref. ao ISS, ICMS, Pis e Cofins, apurados na competência de dezembro.

Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar

O saldo de Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar apresentou aumento de 201,69%, passando de R\$ 13,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 41,0 milhões em 31 de dezembro de 2025. O aumento se refere basicamente à distribuição de lucros das empresas Gmaia e SEMEP.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária apresentou aumento de 24,26%, passando de R\$ 67,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 83,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento foi causado, principalmente, pela aquisição da nova controlada SEMEP, em outubro de 2025.

Provisões

O saldo de provisões apresentou redução de 10,42%, passando de R\$ 29,8 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 26,7 milhões em 31 de dezembro de 2025. Essa redução foi causada basicamente, pela provisão para fornecedores diversos.

Outros passivos

O saldo de outros passivos apresentou aumento de 653,42%, passando de R\$ 1,2 milhão em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2025. Esse aumento decorre, principalmente, de receitas faturadas antecipadamente a clientes, cujos serviços ainda não foram prestados.

Passivo não circulante

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou aumento de 209,81%, passando de R\$ 196,2 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 607,9 milhões em 31 de dezembro de 2025. Este aumento se deve às novas captações feitas no exercício de 2025, e também pelo fato, de que em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atendeu à cláusula restritiva presente em seus contratos de empréstimos bancários e financiamentos com o Banco Itaú BBA, que exige a manutenção da relação entre a Dívida Líquida Consolidada e o EBITDA limitada a 2,25x. Apesar de ter sido concedido um waiver, a Companhia optou por dar cumprimento ao item 74 do CPC 26, e divulgou a dívida com o Banco Itaú BBA no passivo circulante, conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Arrendamento a pagar

O saldo de arrendamento a pagar em longo prazo apresentou aumento de 22,0% passando de R\$ 19,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 23,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. Este aumento refere-se à reclassificação das parcelas que serão realizadas dentro do exercício de 2025. O aumento refere-se a inclusão nas controladas de novos contratos sujeitos ao CPC 06 – R2.

Contas a pagar por aquisição societária

O saldo de contas a pagar por aquisição societária em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 108,4 milhões teve seu incremento, principalmente, em função da aquisição da nova empresa do Grupo, SEMEP.

Provisão para risco

O saldo de provisões para riscos apresentou aumento de 11,85%, passando de R\$ 7,5 milhões em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2025. O incremento se deve basicamente aos processos de perda provável da nova empresa do Grupo, SEMEP.

Patrimônio líquido

Capital social

O aumento na rubrica se deve ao aporte de capital, no montante de R\$ 84,6 milhões.

Reserva de Capital

O aumento na rubrica se refere ao impacto contábil da compra da nova empresa do Grupo, SEMEP, e pelo plano de opções da Companhia.

Reserva de lucros

De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia, após a dedução do montante relativo à reserva legal e do pagamento dos dividendos obrigatórios aos acionistas, o lucro líquido restante será destinado à constituição de reserva de investimento para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou o reforço do capital de giro, sendo que a reserva de investimento não excederá 80% do capital social da Companhia, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo de reserva de lucros da Companhia no montante de 36,3 milhões é composto de R\$ 2,9 milhões para reserva legal e R\$ 33,4 para reserva de expansão conforme estatuto da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Análise comparativa das principais variações nas demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em R\$ mil, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	AH
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	99.978	107.751	-7,21%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(124.914)	(93.599)	33,46%
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	135.645	92.494	46,65%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	110.709	106.646	3,81%

Atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais da Companhia foi positivo em R\$99,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor positivo de R\$ 107,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação na geração de caixa operacional é explicada pela redução do lucro líquido apurado pela Companhia em 2025.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento da Companhia foi negativo em R\$ 124,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor negativo de R\$ 93,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação na geração de caixa de investimento foi pela aquisição de participações em outras sociedades (M&As) e aquisição de equipamentos produtivos.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento da Companhia foi positivo em R\$ 135,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado ao valor positivo de R\$ 92,4 milhões no exercício social em 31 de dezembro de 2024. Essa variação na geração de caixa de financiamentos foi fruto da captação de novos empréstimos para incremento da liquidez de curto prazo e do aporte de capital ocorrido no exercício de 2025.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é integralmente denominada em reais e provém da prestação de serviços de engenharia de acesso, tratamento de superfície, pintura industrial, isolamento térmico, serviços de inspeção, habitáculos pressurizados e locação, venda e indenização de equipamentos não devolvidos ou danificados pelos clientes da Companhia.

A tabela a seguir apresenta a participação de cada uma dessas categorias no total de sua receita de bens e serviços nos períodos indicados:

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025 - Contábil	2024 – Pro forma (1)	2024 - Contábil
Prestação de serviços e cessão	1.518.801	1.194.001	1.050.246
Locação de equipamentos	146.824	122.859	122.859
Vendas	38.614	32.497	32.496
Indenização e recuperação	13.764	6.815	6.815
Total Receita Bruta	1.718.003	1.356.172	1.212.416
Impostos sobre vendas e serviços	-143.152	-108.232	-97.953
Cancelamentos, descontos e devoluções de vendas	-11.228	-13.880	-13.880
Total Receita Líquida	1.563.623	1.234.060	1.100.583

Nota (1) – Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, não auditados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados são custos de execução de obras, que incluem aqueles relativos a (i) pessoal para prestação dos serviços, montagem e desmontagem dos bens próprios locados, quando feitas pela Companhia; (ii) equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque é insuficiente para atender à demanda; (iii) despesas com materiais consumidos nas obras, tais como equipamentos de proteção individual (EPIs), madeira, tintas e isolantes térmicos; e (iv) fretes de transporte de equipamento entre filiais e, eventualmente, para os clientes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (pro forma e contábil), os custos de execução de obras representaram 77% em 2025; e 75% no contábil e proforma em 2024, do total dos principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Companhia, excluindo-se a depreciação. Essa representatividade dos custos de execução de obras é típica no negócio da Companhia, visto sua atividade ser intensiva no uso de mão de obra. Como parte de seu Plano Estratégico, a Companhia investe em equipamentos para automatizar algumas atividades operacionais, visando gerar aumento de produtividade, e investe em novas linhas de negócios (atividades) com rentabilidades mais atrativas.

As principais despesas operacionais são despesas com coordenação de contratos, que compreendem aquelas relativas às equipes de projetos e de engenheiros da área comercial responsáveis pela prospecção de novos negócios, gestão e acompanhamento de cada um dos

contratos da Companhia, incluindo salários, encargos e benefícios, viagens, representações e comunicação. Dada a natureza dos negócios da Companhia, não existe uma equipe exclusivamente voltada para vendas. Além das despesas já descritas, as despesas operacionais incluem aquelas relativas a QSMS, serviços gerais, marketing, suprimentos e provisões para devedores duvidosos. Outras despesas operacionais, gerais e administrativas relevantes incluem: (i) despesas administrativas, que compreendem aquelas incorridas com a área financeira, de relações com investidores, recursos humanos e presidência, inclusive salários e benefícios, (ii) participação dos empregados nos resultados e despesas com planos de opções de compra de ações, e (iii) outras despesas administrativas, que compreendem, principalmente, atualizações e ajustes de provisões para contingências.

O resultado financeiro compreende o total das despesas financeiras da Companhia, líquido do total das receitas financeiras da Companhia. As principais despesas financeiras são juros e variação monetária passiva sobre debêntures, empréstimos, duplicatas descontadas e contas a pagar relativo à aquisição de participações societárias. As principais receitas financeiras correspondem a juros sobre aplicações financeiras, variação monetária ativa sobre créditos e juros sobre títulos eventualmente pagos em atraso pelos clientes da Companhia.

As despesas com imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,0% para o imposto de renda e de 9,0% para a contribuição social.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações dos preços e dos volumes dos serviços prestados e dos equipamentos locados aos seus clientes, e também são impactadas pela introdução de novos produtos e serviços. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes ocorrem na renovação ou no fechamento de novos contratos, refletindo a inflação passada. Atualmente, a receita da Companhia não tem correlação com a flutuação de taxas de câmbio.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As despesas da Companhia estão sujeitas a impactos decorrentes da inflação via reajustes salariais de seu pessoal, aumento de valor dos serviços que contrata, tais como fretes e insumos utilizados na prestação dos serviços, dos quais destacam-se tintas e materiais para isolamento térmico, além das despesas financeiras. Adicionalmente, os equipamentos nos quais a Companhia investe para utilizar em sua prestação de serviços também estão sujeitos a aumentos por inflação e por variação do preço das commodities, principalmente aço e alumínio.

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve alteração de práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas nas demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício de 2025, com a aquisição da controlada SEMEP Logística e Construção S/A, a Companhia criou uma Unidade de Negócios Operacionais chamada “Operações Minerárias” que faz parte do segmento de negócios Mineração e Siderurgia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As informações relevantes sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico foram disponibilizadas no item 1.12 do Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(f) do Formulário de Referência.

c. eventos ou operações não usuais

No último exercício social, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 – Medições não contábeis

A seguir, apresentamos as principais medições não contábeis utilizadas pela administração da Companhia

a. Valor das medições não contábeis;

(i) EBITDA

EBITDA: medição não contábil calculada por nós e conciliada com nossas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Resolução CVM Nº 156, de 24 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"). O cálculo do EBITDA é realizado como resultado líquido, adicionado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS. Divulgamos o EBITDA porque o utilizamos para medir nosso desempenho. O EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos, nem possui um significado padrão e pode não ser comparável com as medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Margem EBITDA: A margem EBITDA é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do EBITDA, anteriormente descrito, pela receita líquida. A margem EBITDA é expressa em formato percentual e pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

Abaixo, são apresentados os valores do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾	2024 contábil
EBITDA	184.649	160.615	138.583
Margem EBITDA	11,8%	13,0%	12,6%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, não auditados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordo firmado entre a Companhia e os vendedores.

(ii) DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras, e consiste no valor da dívida bruta (empréstimos e financiamentos, contas a pagar por aquisição societária, instrumento derivativo (swap) passivo, debêntures e mútuo com pessoas físicas a pagar, e não considera os valores de fornecedores, operações de risco sacado, duplicatas descontadas e passivos de arrendamento), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários vinculados, (ii) títulos e valores mobiliários e mútuo com pessoas físicas a receber e (iii) instrumento derivativo (swap) ativo. A dívida líquida é um indicador financeiro utilizado para

avaliar a solvência e capacidade de uma companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima).

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Bruta	999.480	630.427
Dívida Líquida	638.325	380.506
Dívida Líquida/ EBITDA LTM Contábil	2,3	1,8

(iii) **MARGEM BRUTA**

A margem bruta é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro bruto pela receita líquida. A margem bruta é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade direta dos contratos firmados entre a Companhia e seus clientes. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾	2024 contábil
MARGEM BRUTA	19,8%	22,2%	22,3%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024.

(iv) **MARGEM LÍQUIDA**

A margem líquida é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do lucro líquido pela receita líquida. A margem líquida é expressa em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a rentabilidade final da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾	2024 contábil
MARGEM LÍQUIDA	0,5%	3,4%	2,5%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

(v) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO

O ROIC ajustado é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com nossas demonstrações financeiras e consiste na divisão do NOPAT pelo capital investido. O ROIC é expresso em formato percentual e é um indicador financeiro utilizado para avaliar a lucratividade e o desempenho da Companhia. Ela pode ser apurada para diversos períodos, como por exemplo, mês, trimestre, semestre, ano, dentre outros.

<i>(Em milhares de reais, exceto %)</i>	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024 Proforma ⁽¹⁾
ROIC	14,1%	14,3%

Nota (1): Indicadores de 2024 Pro forma referem-se a resultados ajustados, considerando a aquisição da controlada Real Estruturas em 01 de julho de 2024, conforme acordado entre a Companhia e os vendedores.

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Seguem os eventos subsequentes às nossas informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Em fevereiro de 2026, a controladora realizou pagamento aos vendedores da controlada Semep referente a ajuste de preço da dívida de aquisição da empresa, no montante de R\$ 4.964;

No mesmo período, a controlada Semep formalizou a contratação de novas operações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 43.600. Os recursos captados serão destinados ao investimento em bens de capital (CAPEX), visando sustentar a expansão das operações da Companhia.

2.7 – Política de destinação dos resultados

	31/12/2025	31/12/2024
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo do lucro líquido restante após a destinação para a reserva legal e para os dividendos obrigatórios, o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento, que não deverá exceder 80% do capital social. No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	De acordo com o artigo 28, inciso (i) do estatuto social da Companhia, o montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo do lucro líquido restante após a destinação para a reserva legal e para os dividendos obrigatórios, o restante deverá ser destinado à constituição de reserva de investimento, que não deverá exceder 80% do capital social.
a.i. Retenções de lucros	Não houve retenção , tendo em vista que a Companhia não apurou lucro contábil.	Houve constituição de reserva legal no montante de R\$ 507 mil e constituição de reserva estatutária no montante de R\$ 7.233 mil no exercício findo em 31/12/2024.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 71,3% foram destinados à Reserva Estatutária da Companhia, em relação ao lucro total declarado. Além disso, a Companhia destinou 5% em relação ao lucro total declarado para a reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.	De acordo com o artigo 28, inciso (ii) do estatuto social da Companhia os acionistas da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024 fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações.

	O saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar. No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	O saldo do lucro líquido ajustado (após a destinação para a reserva legal, pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e destinação da reserva estatutária) será distribuído aos acionistas como dividendo complementar.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberara sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 14, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2025, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório. No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil, portanto, não haverá distribuição de lucros.	Os dividendos são distribuídos aos acionistas conforme deliberação da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberara sobre a destinação do lucro líquido do exercício. De acordo com o artigo 14, inciso (xviii) do Estatuto Social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024, a Companhia pode distribuir juros sobre capital próprio por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, e imputar o valor distribuído ao dividendo obrigatório.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	No período acima, a Companhia não esteve sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, com exceção de restrição a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nos termos de determinados contratos financeiros. No entanto, no exercício findo em 31/12/2025, a Companhia não apurou lucro contábil.	No período acima, a Companhia não esteve sujeita a restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, com exceção de restrição a distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nos termos de determinados contratos financeiros..

e. Política de destinação de resultados	A Companhia possui os critérios de destinação de resultados previstos no Estatuto Social.	A Companhia possui os critérios de destinação de resultados previstos no Estatuto Social.
--	---	---

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Plano de Negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados: (i) para operações de aquisições ("M&A") que reforçam a tradição da Companhia de assertividade na escolha de serviços de alto valor agregado e de seleção de empresas que possuem sólida cultura de excelência; (ii) investimentos em equipamentos para atender o crescimento orgânico almejado; (iii) substituir equipamentos locados de terceiros e; (iv) automatizar processos operacionais, visando melhoria de produtividade e consequente redução na intensidade de uso de mão de obra.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu em M&As, o montante de R\$ 200,4 milhões referente a aquisição de 60% do capital social da SEMEP.

A distribuição dos investimentos em CAPEX durante o exercício de 2025, excluindo os M&As mencionados acima, foi a seguinte: equipamentos para atividade de mineração (19%), equipamentos de locação e uso operacional (1%), equipamentos de acesso (12%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (14%), inspeções e soldagens (12%), equipamentos para atividades de infraestrutura (7%), computadores e software (16%), benfeitorias (17%) e diversos (3%). Os investimentos em imóveis de terceiros foram realizados, basicamente, em uma nova unidade operacional localizada em Macaé, cujo objetivo é atender à crescente demanda do segmento offshore, o qual apresenta margens bastante atrativas.

Em 2024, a distribuição dos investimentos realizados pela Companhia foi a seguinte: benfeitorias em imóveis de terceiros (27%), equipamentos de acesso (25%), equipamentos para tratamento de superfície e pintura industrial (21%), inspeções e soldagens (12%), equipamentos para atividades de infraestrutura (6%), computadores e software (7%) e diversos (3%). Cabe aqui o mesmo comentário referente aos investimentos em imóveis de terceiros feito no parágrafo anterior.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia são suportados principalmente (i) pela geração de caixa oriunda das operações da Companhia; (ii) pelas operações de empréstimos e financiamentos captados com instituições financeiras; e (iii) obtenção de crédito de longo prazo no mercado local com emissão de debêntures.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novas pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desenvolvimento de novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

O Planejamento Estratégico da Companhia tem, dentre suas prioridades empresariais, o compromisso em exercer papel de agente transformador socioambiental, cumprindo nosso propósito e fortalecendo nossos valores, impactando de forma positiva a vida das pessoas; desenvolver equipe inclusiva com integrantes protagonistas, inovadores, que sejam exemplo para todos, prezando pela saúde e segurança, dentro de um ambiente de confiança, saudável e positivo. Nesse sentido, como oportunidades citamos:

- Ampliar e acelerar a agenda ESG
- Garantir ciclo anual de planejamento estratégico
- Fortalecer a identidade Priner favorecendo cultura organizacional
- Potencializar a melhoria contínua em SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente)

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Comentado [CV1]: Ana e Aline, poderiam confirmar se esse texto se mantém no planejamento estratégico da Companhia?

2.11 – Outros fatores com influência relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste item

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3. Projeções

3.1 – Projeções divulgadas e premissas

a. *objeto da projeção*

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração não tenha divulgado projeções e estimativas. A Companhia, não tendo divulgado projeções e estimativas até o momento, optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

b. *período projetado e o prazo de validade da projeção*

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração não tenha divulgado projeções e estimativas. A Companhia, não tendo divulgado projeções e estimativas até o momento, optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

c. *premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle*

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração não tenha divulgado projeções e estimativas. A Companhia, não tendo divulgado projeções e estimativas até o momento, optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

d. *valores indicadores que são objeto da previsão*

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração não tenha divulgado projeções e estimativas. A Companhia, não tendo divulgado projeções e estimativas até o momento, optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

3.2 – Na hipótese de a Companhia ter divulgado, nos últimos três exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. *informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário*

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. *quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções*

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. *quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas*

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4. Fatores de risco

4.1 – Descrições dos fatores de risco

Investir nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a riscos. Por isso, antes de tomar a decisão de investir em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo, as demonstrações e informações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas e demais documentos divulgados pela Companhia.

Nesta seção, são mencionados riscos que devem ser analisados pelos potenciais investidores em conjunto com as demais informações deste Formulário de Referência, bem como as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas. As atividades, os negócios presentes e futuros, participação de mercado, situação financeira, resultados operacionais, reputação, perspectivas, margens, condição societária, fluxo de caixa e liquidez da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou pelas informações contidas nos documentos acima mencionados.

O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de quaisquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipótese em que os potenciais investidores poderão perder total ou substancialmente o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente. Ainda assim, a Companhia também pode ser afetada de maneira negativa por riscos adicionais não conhecidos por ela ou considerados irrelevantes neste momento.

Para os fins da seção “4. Fatores de Risco” deste Formulário de Referência, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter “efeito adverso” ou “negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios e operações, presentes e futuros, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, na reputação e imagem e/ou reputação da Companhia e/ou das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia, exceto se expressamente indicado ou se o contexto assim o exigir. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas da mesma maneira. Os riscos podem materializar-se de forma individual ou cumulativamente e, não obstante à subdivisão desta seção, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

Nos termos da Resolução CVM 80, os fatores de risco descritos em todo este item “4.1. Fatores de Risco”, incluindo em seus subitens, estão expostos em ordem decrescente de relevância dentro de cada subitem (ou seja, do mais relevante para o menos relevante de acordo com o que a Companhia conhece e acredita, na data deste Formulário de Referência).

Os riscos descritos abaixo se aplicam não somente a Companhia, mas também às suas controladas.

a) Emissor

Caso a Companhia seja incapaz de contratar e reter mão de obra qualificada e treinar seus profissionais, o potencial de expansão dos negócios poderá ser afetado.

Parte substancial do sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar e reter profissionais capacitados para a condução de seus negócios. Há competição na atração de profissionais qualificados no setor de engenharia e prestação de serviços industriais com diversas outras empresas e não se pode assegurar que a Companhia será capaz de reter os profissionais em seus quadros, incluindo na hipótese de a Companhia não ser capaz de manter sua cultura corporativa e um patamar de remuneração atrativo ou, em caso de expansão de suas atividades, atrair pessoal qualificado em número suficiente para acompanhar seu crescimento.

Para apoiar suas operações, a Companhia deve contratar e manter um número suficiente de trabalhadores e pagar uma remuneração adequada. A operação da Companhia pode ser prejudicada pela falha da Companhia em recrutar ou reter o número de trabalhadores necessário para sua operação em níveis adequados. Se a Companhia for forçada a executar suas operações significativamente abaixo de sua capacidade, os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente. Além disso, se a Companhia operar com um número reduzido de trabalhadores, pode não conseguir atender seus clientes em tempo e qualidade esperados, o que pode afetar sua reputação e ter um impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

A contratação e retenção de mão de obra qualificada é fator fundamental para o sucesso dos negócios e da estratégia de crescimento da Companhia. O insucesso da contratação e retenção de mão de obra qualificada, poderá resultar em impacto adverso nas suas operações, resultados operacionais e, conseqüentemente, na precificação das ações da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de identificar e concluir aquisições estratégicas, seu crescimento inorgânico pode ser prejudicado. Dificuldades na integração de empresas adquiridas pela Companhia podem afetar seus resultados operacionais. O processo de due diligence para aquisições estratégicas pode não ser suficiente para identificar corretamente todos os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, o que poderá ter impactos reputacionais negativos.

A Companhia integra mercado consideravelmente fragmentado, com acesso restrito a crédito. Acredita-se, portanto, que o setor atravessará processo de consolidação nos próximos anos, cujo resultado poderá alterar de forma substancial a posição de mercado das empresas atualmente atuantes nesse setor. Especificamente com relação à estratégia de crescimento da Companhia, considera-se que fusões e aquisições constituem uma das maneiras de expandir os negócios. Todavia, caso a Companhia não seja capaz de identificar fusões e aquisições estratégicas, de concluir tais aquisições em termos favoráveis e/ou de concretizar tais fusões e aquisições em si, essa estratégia de expansão poderá ser prejudicada. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir promover, nos prazos e nas condições determinados pela Administração, a integração das operações de novos negócios que venha a adquirir, o que pode comprometer o retorno de tais operações para os negócios e o aproveitamento de sinergias e, conseqüentemente, afetando de forma adversa suas operações e resultados operacionais, gerando impactos desfavoráveis na precificação das ações da Companhia.

Ainda, a Companhia pode não ser capaz de identificar novas oportunidades que sejam atrativas em razão de condições e preços não aceitáveis ou menos favoráveis, da atuação de seus principais concorrentes, entre outros fatores. Alguns dos concorrentes da Companhia podem também possuir mais recursos financeiros ou, de outras formas, estar em posição mais vantajosa para adquirir sociedades ou outros ativos estratégicos.

A geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os planos de expansão inorgânica da Companhia, sendo necessário que a Companhia incorra em dívidas ou emita ações adicionais para financiar seu crescimento inorgânico. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os planos de negócios e de crescimento inorgânico da Companhia tenham que ser revisados, afetando adversamente os resultados operacionais e condições financeiras da Companhia, bem como o valor de mercado das ações de emissão da Companhia.

Ademais, no contexto de determinadas aquisições recentes da Companhia que contam com a previsão de pagamento a prazo, ações/quotas das respectivas empresas adquiridas constam atualmente alienadas em garantia em favor dos acionistas/quotistas vendedores para garantir o cumprimento, pela Companhia, de tais pagamentos a prazo. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir todas as obrigações financeiras previstas nos contratos dessas operações, as garantias poderão ser executadas e a Companhia pode não conseguir concluir tais aquisições em termos favoráveis e/ou de concretizar tais aquisições em si. Para mais informações, ver item 1.12 deste Formulário de Referência.

A estratégia de aquisição envolve riscos, dentre os quais se incluem:

- avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar;
- a Companhia pode realizar aquisições que não contribuam para a sua estratégia de crescimento;
- a Companhia pode pagar mais do que o real valor do negócio;
- as empresas adquiridas poderão não atingir o potencial esperado;
- o processo de auditoria (*due diligence*) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar todos os passivos contingentes do ativo adquirido;
- a Companhia poderá não concluir as aquisições nas condições que vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno, incluindo em razão de eventual perda das participações societárias atualmente alienadas em garantia, na hipótese da Companhia não ser capaz de cumprir todas as obrigações financeiras previstas nos contratos dessas operações;
- a Companhia pode não obter aprovações, incluindo regulatórias e de antitruste (e.g., o CADE) de autoridades governamentais para as aquisições; e
- o processo de identificação, avaliação e negociação de novas aquisições e de operacionalização das empresas adquiridas pode exigir tempo e esforço significativos dos seus administradores.

A ocorrência de quaisquer dos fatores acima ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

Aquisições também podem expor a Companhia ao risco de responsabilidade de sucessão em relação a ações ajuizadas anteriormente envolvendo uma empresa adquirida, ou obrigações contingentes incorridas antes da aquisição. O processo de auditoria conduzido em associação à aquisição e quaisquer garantias contratuais ou eventuais indenizações que a Companhia receber dos vendedores das empresas adquiridas podem não ser suficientes para proteger a Companhia ou compensá-la por obrigações efetivas adversas.

Nesse contexto, podemos, ainda, ser responsáveis por contingências decorrentes de fusões e aquisições realizadas no passado e/ou por indenizações devidas aos compradores de ativos e/ou sociedades adquiridas. Além disso, eventuais indenizações que possamos vir a receber dos vendedores de sociedades e/ou ativos adquiridos podem não ser suficientes à proteção ou compensação de contingências e responsabilidades ou não serem cumpridas.

Os processos de *due diligence* que conduzimos no contexto dessas operações no passado, bem como outros que possamos vir a realizar em relação a uma aquisição e/ou operações estratégicas, bem como quaisquer garantias contratuais (ou de outra natureza) para nos proteger de passivos e contingências podem não ser suficientes à identificação proteção ou indenização de tais passivos e contingências. Ademais, as eventuais garantias outorgadas podem vir a perecer, desvalorizar-se, ou ser afetadas em caso de insolvência ou de existência de credores que tenham preferência sobre nosso direito de indenização.

Eventuais condutas que sejam classificadas pelas autoridades competentes como violação de quaisquer leis pela sociedade adquirida (mesmo que realizadas anteriormente à aquisição da sociedade pela Companhia) podem impactar a nossa condição econômica e financeira, bem como causar danos reputacionais.

Aquisições, especialmente aquelas que envolvam empreendimentos de grande porte, podem apresentar desafios, tanto de gestão, quanto operacionais, como o desvio da atenção da Administração do negócio existente e dificuldades na integração de operações e pessoal. Qualquer falha em novos negócios ou na administração de quaisquer alianças novas pode vir a afetar negativamente o negócio e o desempenho financeiro da Companhia. Adicionalmente, alguns dos maiores concorrentes da Companhia podem buscar crescimento por meio de aquisições e alianças, o que pode diminuir a probabilidade de a Companhia obter sucesso na conclusão de aquisições e alianças.

Além disso, as novas operações estratégicas podem resultar em dificuldades na operacionalização/exploração das empresas adquiridas, bem como no desvio de capital e da atenção da administração da Companhia para outras oportunidades de negócios. A operacionalização de quaisquer empresas adquiridas, ou que venham a ser adquiridas, e seus impactos financeiros podem afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

A Companhia atua em um segmento que envolve riscos para seus empregados e para os empregados de terceiros, inclusive risco de vida.

Nos termos da legislação vigente, a Companhia é obrigada a oferecer equipamentos de proteção individual aos empregados diretos e terceirizados alocados nas suas instalações e a fiscalizar a utilização dos equipamentos de proteção individual por todos empregados, sob pena de ser responsabilizada por eventuais acidentes de trabalho.

Caso haja falhas no fornecimento de equipamentos de proteção individual ou na fiscalização da utilização desses equipamentos por todos os empregados, pela Companhia, ou, ainda, pelas empresas terceirizadas, a Companhia pode ser considerada responsável pela ocorrência de acidentes de trabalho nas suas instalações, o que, além de diminuir a força de trabalho disponível, pode sujeitar a Companhia ao pagamento de pensões, multas e indenizações aos colaboradores afetados.

Mudanças introduzidas na regulamentação acerca de procedimentos de segurança no trabalho podem impor obrigações adicionais e representar aumento dos custos decorrentes de investimentos em equipamentos e práticas de segurança do trabalho. A Companhia não tem como garantir que as mudanças introduzidas na legislação aplicável não serão relevantes. Por exemplo, alterações que imponham a redução da jornada de trabalho por motivos de segurança de trabalho podem acarretar em redução na produtividade dos seus colaboradores diretos e terceirizados e podem obrigar a Companhia a contratar mais colaboradores e a adotar regras exigindo componentes adicionais de segurança, o que pode aumentar os custos com mão de obra e equipamentos, afetando negativamente os custos operacionais e os resultados financeiros da Companhia, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de crescimento e negócios.

O crescimento da Companhia depende de diversos fatores, muitos deles fora do controle da Companhia. Em particular, a estratégia para a expansão de suas atividades e seu crescimento depende, principalmente, do desempenho do setor industrial no Brasil nos próximos anos, sujeito a investimentos públicos e privados para fomentar o setor de infraestrutura brasileira em diversas áreas, tais como energia, saneamento, agronegócio, transportes, dentre outros. Caso tais investimentos não sejam realizados ou sejam realizados em volume inferior ou em prazos superiores aos esperados pela Companhia, de forma a comprometer negativamente a demanda esperada para seus produtos e serviços, a Companhia poderá não ser capaz de implementar adequadamente sua estratégia de expansão.

Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de estabelecer com sucesso sua estratégia de crescimento regional, em razão da ocorrência de diversos fatores, dentre eles a escassez de mão de obra especializada, ausência de fornecedores confiáveis, concorrência de empresas locais, indisponibilidade e custo de locação de terrenos e de aquisição de equipamentos e prazo para obtenção de licenças. Ainda que a Companhia consiga expandir seus negócios para outras cidades e regiões, ela estará sujeita aos riscos da economia local nas novas regiões em que venha a atuar, os quais poderão, em razão de suas particularidades, não serem contornados satisfatoriamente pela Companhia.

Além disso, o crescimento e a expansão em seus mercados atuais e potenciais poderão requerer adaptações na estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando a investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia

poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

Neste sentido, o desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade para gerenciamento do crescimento de suas operações e negócios. Não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento será bem-sucedida ou que não interferirá adversamente na estrutura já existente. Caso não seja capaz de gerenciar o crescimento de forma satisfatória, a Companhia poderá perder participação de mercado, o que poderá ter efeito adverso relevante sobre sua condição financeira, resultados operacionais e, consequentemente, influenciar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Caso a análise de indicadores de performance (financeiro, operacional e negócios) não seja feita de forma satisfatória poderá haver desequilíbrio na alocação de capital entre as unidades de negócio.

Além dos fatos já mencionados, o crescimento das operações pode tornar o espaço das atuais instalações insuficientes para armazenar, manter e movimentar os equipamentos da Companhia de forma eficiente, o que pode acarretar aumento dos custos operacionais e/ou a necessidade de mudança para novas instalações. Isso poderá resultar, inclusive, na sujeição da Companhia ao pagamento de multas rescisórias em relação aos contratos de locação celebrados e necessidade de realização de investimentos em benfeitoras nas novas instalações, o que poderá causar impacto negativo e adverso em sua condição financeira.

O ciclo de prestação de serviços leva a Companhia a aplicar significativos recursos financeiros e técnicos antes mesmo de sua contratação.

Os serviços prestados pela Companhia requerem relevante investimento inicial, direcionado ao desenvolvimento de novos processos, à aquisição das máquinas e equipamentos que serão empregados na prestação de serviços ou na locação aos seus clientes, além dos custos com treinamentos e reciclagem de seus funcionários. Alguns desses investimentos são realizados sem que haja a prévia contratação da Companhia por clientes através de contratos recorrentes para a prestação do serviço para o qual os custos foram empregados. Nestes casos, a Companhia poderá não ser capaz de recuperar os recursos despendidos ou recuperá-los em prazo superior ao esperado, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e condição financeira da Companhia. Sendo assim, a Companhia é particularmente vulnerável à redução da demanda habitual pelos serviços, que poderá significar aumento da ociosidade dos equipamentos, até que estes possam ser recolocados em projetos e atividades.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, da qualidade, treinamento de pessoal e segurança dos serviços e produtos.

O sucesso da Companhia depende, em grande parte, da qualidade e segurança das máquinas e equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços aos clientes, bem como do treinamento de pessoal. A esse respeito, a Companhia e/ou suas subsidiárias contam com certificações sobre as quais a Companhia entende que repousa parte significativa de sua confiabilidade, como, por exemplo, ISO 45001, ISO 9001, ISO 14001, ISO 37301, ISO 17025, sendo em parte certificações emitidas por entidades internacionais, entre elas a AMPP QP2, DNV, ABS e Lloyd's Register. Caso os produtos da Companhia sejam, de alguma forma, defeituosos, tenham defeitos de montagem, apresentem falhas de segurança, provoquem acidentes, causem atrasos nas operações dos clientes, não atinjam o padrão de qualidade e segurança esperado, ou, ainda, não seja possível manter suas certificações, o relacionamento com os clientes e parceiros poderá ser abalado, afetando a reputação e a força da marca. Neste caso, a Companhia poderá perder participação de mercado, além de estar sujeita ao pagamento de multas e indenizações e, ainda, a ser ré em processos administrativos ou judiciais, bem como a desembolsos financeiros. A ocorrência de qualquer desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e impactar negativamente seus resultados e sua reputação, gerando impactos desfavoráveis na precificação das ações da Companhia.

A ausência de processos e procedimentos adequados e atualizados para execução das atividades operacionais da companhia e/ou execução realizada em desacordo destes

documentos por inobservância ou ausência de conhecimento técnico poderá afetar a qualidade operacional e, conseqüentemente, a rentabilidade da companhia. Ainda, negligência, imprudência ou imperícia na execução das atividades poderá gerar riscos de execução inapropriada e conseqüente responsabilização técnica, fazendo com que a Companhia tenha que indenizar seus clientes, além de afetar negativamente a sua reputação, o que poderá afetar o fluxo de caixa da Companhia e sua condição financeira em geral.

Caso ocorram falhas de segurança que provoquem acidentes, causem atrasos nas operações dos clientes, ou ainda, que não atinjam o padrão de qualidade e segurança esperado, o relacionamento com os clientes e parceiros poderá ser abalado, afetando a reputação e a força da marca. Neste caso, a Companhia poderá perder participação de mercado, além de estar sujeita ao pagamento de multas e indenizações e, ainda, a ser ré em processos administrativos ou judiciais, bem como a desembolsos financeiros. A ocorrência de qualquer desses fatores poderá afetar adversamente as atividades da Companhia e impactar negativamente seus resultados e sua reputação, gerando impactos desfavoráveis na precificação das ações da Companhia.

Falhas na gestão de mão de obra e ativos poderão afetar a rentabilidade da Companhia.

As condições financeiras da Companhia dependem de gestão eficiente de sua mão de obra e equipamentos, bem como de sua capacidade de identificação da necessidade de investimentos e desinvestimentos serem realizados em ativos e equipamentos que devam ser utilizados pela Companhia na prestação de serviços a seus clientes.

A Companhia realiza seus investimentos e desinvestimentos em ativos e equipamentos baseados em projeção de demanda por seus produtos ou serviços. Caso tal projeção não se confirme ou se altere, a rentabilidade da Companhia poderá ser afetada em termos de retorno sobre o capital investido.

Adicionalmente, para a precificação dos valores a serem cobrados pela prestação de serviços a seus clientes, a Companhia contabiliza os equipamentos, mão de obra e demais materiais necessários para a execução dos trabalhos. Caso a Companhia não seja eficiente neste exercício de contabilização e controle, poderá ter sua rentabilidade afetada negativamente, que poderá resultar em efeito adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia.

Condições adversas nos mercados financeiro e de crédito ou a incapacidade da Companhia, de nossos clientes e fornecedores de obter financiamento adequado poderão prejudicar nossa capacidade de operar nossos negócios ou implementar nossa estratégia.

A implementação da estratégia da Companhia, bem como a manutenção de sua capacidade operacional, poderá demandar investimentos adicionais e acarretar aumento das necessidades de capital, o qual poderá não ser acompanhado por um crescimento equivalente das receitas operacionais.

Adicionalmente, poderá ocorrer aumento dos custos operacionais em decorrência, dentre outros fatores, da escassez de matérias-primas, insumos e mão de obra, além de aumento do custo dos equipamentos e do crescimento do grau de competição enfrentado pelas diversas unidades de negócio. Dessa forma, a Companhia poderá ser obrigada a recorrer a fontes adicionais de recursos, sob a forma de capital próprio ou dívida, para atender às futuras necessidades de capital, os quais poderão não estar disponíveis ou, ainda que disponíveis, não tenham condições favoráveis.

As futuras necessidades de capital dependerão de diversos eventos, incluindo a taxa de crescimento de suas receitas, o prazo médio de pagamento praticado pelo mercado, a disponibilidade e a relevância de futuras aquisições e a necessidade de expansão de suas unidades de negócio. Dependendo do volume de investimentos a serem efetuados ou dos custos que deverão ser suportados, a Companhia poderá ser obrigada a incrementar o fluxo de caixa e/ou buscar fontes alternativas de recursos, incluso por meio da celebração de parcerias estratégicas. Eventuais esforços para aumentar o fluxo de caixa, por meio do crescimento das vendas, redução dos custos operacionais, cobrança dos recebíveis de forma mais eficiente e/ou

redução de estoques poderão não ser bem-sucedidos. Adicionalmente, a Companhia poderá não conseguir obter crédito no mercado para financiar suas atividades em condições favoráveis.

Em função dos riscos descritos, a Companhia poderá se tornar incapaz de aproveitar futuras oportunidades, responder a pressões competitivas ou alongar o prazo de pagamento dos financiamentos já contratados. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderá acarretar um efeito adverso relevante nas operações, nos resultados e, conseqüentemente, no preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, alguns dos clientes da Companhia dependem da disponibilidade de crédito para financiar seus investimentos. Um cenário de escassez de crédito e/ou de altas taxas de juros poderá afetar negativamente a capacidade de tais clientes em custear seus projetos, gerando redução na demanda pelos serviços da Companhia, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre as operações e sobre a situação financeira da Companhia e/ou aumento no prazo de pagamento requerido, fato que poderá aumentar a necessidade de contratação de financiamento para capital de giro da Companhia.

A dificuldade no acesso ao crédito também pode afetar seus fornecedores, os quais, caso não sejam capazes de cumprir satisfatória e pontualmente as obrigações assumidas nos contratos celebrados com a Companhia, poderão causar prejuízos à Companhia e obrigá-la a buscar novos fornecedores. O atraso no recebimento dos produtos ou a dificuldade em encontrar novos fornecedores poderão impactar a qualidade e a pontualidade da prestação dos serviços pela Companhia a seus clientes, bem como resultar em litígios com os seus parceiros ou clientes, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a reputação, operações e condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, provocada por quaisquer fatores, pode dificultar tanto nosso acesso a novos financiamentos em termos aceitáveis, quanto a emissão de valores mobiliários em condições favoráveis.

Os acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, especialmente em mercados emergentes, podem afetar negativamente a cotação das Ações da Companhia.

O mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado em graus variados pelas condições de mercado em outros países emergentes. As condições econômicas são diferentes em cada país e, portanto, a reação dos investidores aos desenvolvimentos em um determinado país pode causar flutuação nos mercados de capitais de outros países. Acontecimentos ou condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram, por vezes, em saídas significativas de fundos e quedas na quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil. Além disso, crises econômicas e políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes podem afetar significativamente a percepção do risco inerente ao investimento na região, incluindo o Brasil.

Qualquer mudança significativa nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países nos quais a Companhia conduz negócios, incluindo suas ações ordinárias, o que pode afetar adversamente o preço de negociação de suas ações ordinárias, ou diminuir

a liquidez de suas ações ordinárias em geral, além de dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capital acionário e ao financiamento no futuro em termos aceitáveis.

Risco de deterioração das condições econômicas gerais.

Os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados por mudanças nas condições econômicas e políticas brasileiras e globais, o que pode resultar em maior volatilidade nos mercados e contribuir para perdas líquidas. A desaceleração econômica global e a instabilidade relacionada ao sistema financeiro internacional tiveram, e podem continuar a ter, um efeito negativo sobre o crescimento econômico no Brasil. A recessão econômica global reduz a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações de negócios em todo o mundo. Um declínio significativo no crescimento econômico ou na demanda por importações de qualquer um dos principais parceiros comerciais do Brasil, como Oriente Médio, China ou Japão, poderia ter impacto material adverso sobre as exportações e a balança comercial do Brasil e afetar adversamente o crescimento econômico do Brasil.

Além disso, como a reação dos investidores internacionais a eventos que ocorrem em um mercado emergente algumas vezes produz um efeito de “contágio”, onde toda uma região ou classe de investimentos é desfavorecida por investidores internacionais, o Brasil pode ser afetado adversamente por desdobramentos econômicos ou financeiros negativos em outros países. Tais desdobramentos podem afetar a economia brasileira no futuro e, conseqüentemente, os resultados operacionais da Companhia.

A incerteza sobre a implementação, por parte do governo brasileiro, de mudanças significativas na política pública no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros e nos títulos emitidos por empresas brasileiras. Como resultado, pode haver alta volatilidade nos mercados financeiros no curto prazo e a recuperação econômica no longo prazo pode ser prejudicada. Conseqüentemente, as melhorias no mercado de trabalho e o crescimento da renda podem ser limitados, o que poderia ter um efeito adverso sobre as operações e resultados financeiros da Companhia.

O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país, que, juntamente com as condições políticas e econômicas do Brasil, pode indiretamente afetar negativamente nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais e o preço de mercado das ações de nossa emissão

A economia brasileira tem se caracterizado por intervenções frequentes e eventualmente drásticas por parte do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis, o que se

espera que continue acontecendo no futuro. As modificações em leis e regulamentos feitas nos últimos anos, de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos, frequentemente envolveram, entre outras medidas, aumentos ou reduções das taxas de juros, alterações nas políticas fiscais e tributárias, controle de salários e preços, controles das taxas de câmbio, bloqueio de acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controles de capital e restrições à importação.

Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por essas ações que envolvem ou afetam certos fatores, como: inflação, políticas cambiais, baixo crescimento da economia interna, redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito, políticas monetárias, taxas de juros, instabilidades sociais ou políticas, políticas fiscais e mudanças na legislação tributária e previdenciária, e outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

A interferência do Governo Federal na economia brasileira abrange, historicamente, aprovação de medidas de controle da inflação, aumento nas taxas de juros, controle de preços, controles de capital, desvalorizações de moeda, limites sobre importações, aumento das taxas de importação e bloqueio ao acesso de contas, entre outras. Com os acontecimentos recentes descritos nos itens anteriores e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, além da própria regulamentação setorial, pode haver impactos adversos que não podemos prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos nossos negócios. Nossos negócios, nossa posição financeira, o resultado de nossas operações, nossas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de nossa emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- alteração na política de importação;
- racionamento de água e energia;
- risco de variações de preço de insumos;
- desapropriação de propriedades;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual atuamos;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro e de capitais. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão eventualmente prejudicar nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, podendo inclusive afetar adversamente a negociação das ações de nossa emissão.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal, por intermédio do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central, introduz periodicamente regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos, de regulação do prazo máximo dos financiamentos e imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas. Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. Não há nenhuma garantia de que no futuro o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez, estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo a nossa lucratividade, bem como a solvência dos nossos clientes.

Qualquer rebaixamento no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

Qualquer rebaixamento dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida pela Companhia, bem como afetar adversamente o preço de negociação de ações ordinárias da Companhia.

Questões trabalhistas podem vir a interromper as operações da Companhia.

A Companhia possui convenções com sindicatos, que são renegociadas anualmente. A renegociação pode tornar-se mais difícil à medida que os sindicatos busquem aumentos salariais. Caso não seja possível alcançar acordos nessas renegociações, as atividades e serviços prestados pela Companhia podem vir a ser interrompidos, com risco de descumprimento contratual junto aos clientes, o que pode gerar obrigações indenizatórias em desfavor da Companhia, resultando em impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, consequentemente, na precificação das ações da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter que arcar com remunerações maiores, tornando-se necessário repassar o custo aos clientes, o que também poderia impactar de forma adversa aos resultados da Companhia.

Caso não seja capaz de cumprir com as leis e normas destinadas a combater atos de corrupção governamental no Brasil, a Companhia pode ficar sujeita a multas, penalidades

ou outras sanções regulatórias, e suas vendas e lucratividade podem sofrer quedas significativas.

A Companhia, no curso de seus negócios, está sujeita à Lei nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022 (“Lei Anticorrupção”), à Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021 (“Lei de Improbidade Administrativa”), às Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021 (“Leis de Licitações”), a Lei nº 12.529/2011 (“Lei Antitruste”), à Lei nº 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), *U.S. Foreign Corruption Practices Act* – FCPA, *U.K. Bribery Act*, e outros dispositivos, sem limitação (em conjunto, as “Leis Anticorrupção”).

Diante disso, a Companhia pode vir a ser responsabilizada por atos cometidos por seus administradores, funcionários e terceiros que atuem em seu nome, caso estes venham a descumprir com suas políticas e procedimentos anticorrupção e/ou com as Leis Anticorrupção. Falhas nos procedimentos de auditoria da Companhia em relação a terceiros (clientes ou fornecedores) podem levar a Companhia a contratar com terceiros inidôneos, ocasião em que a Companhia poderá vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas e por sociedades adquiridas ou com as quais desenvolva negócios. Todas essas situações, podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Isto porque, a Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública. Deste modo, pessoas jurídicas, como a Companhia, podem ser afetadas por atos lesivos, ainda que praticados por terceiros agindo em seu interesse ou benefício, sujeitando a Companhia à aplicação de penalidades cíveis e administrativas.

A prática de ato em violação às leis de combate à corrupção ou condutas anticompetitivas, por qualquer funcionário ou administrador da Companhia, ou mesmo por um terceiro agindo no interesse ou benefício da Companhia, pode ensejar a instauração de investigações ou de processos de natureza administrativa ou judicial contra a Companhia, o que poderá impactar de forma adversa a sua imagem e reputação, afetar a sua capacidade financeira e as suas operações, acarretar a eventual aplicação de penalidades previstas nas leis aplicáveis – incluindo multas, suspensão ou impedimento de contratação com o poder público e de usufruir de benefícios fiscais, perda de autorizações e alvarás – e sujeitar seus administradores à inabilitação de suas funções e consequente afastamento da Companhia, bem como à responsabilização civil, administrativa e criminal.

No caso de infrações antitruste, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas a uma multa que pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto obtido no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, bem como a penalidades acessórias, que incluem (i) obrigação de publicação da decisão condenatória em jornal as custas da empresa; (ii) proibição para contratar com instituições financeiras públicas; (iii) proibição de participar em licitações públicas e contratar com o poder público; (iv) inscrição no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor; (v) cisão da sociedade, transferência de controle societário, venda de ativos e cessação parcial da atividade; (vi) proibição de exercer comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, pelo prazo de até 5 anos; e (vii) qualquer outro ato ou providência para eliminar os efeitos nocivos à concorrência. O CADE também poderia recomendar às autoridades competentes a (i) concessão de licença compulsória de direito de propriedade intelectual e (ii) que não seja concedido ao infrator parcelamento dos tributos federais ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

No caso de infrações à Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas envolvidas estão sujeitas às penalidades de (i) multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua

estimação; (ii) publicação extraordinária de decisão condenatória; (iii) reparação integral do dano causado; (iv) suspensão ou impedimento de contratação com o poder público; e (v) suspensão ou impedimento de usufruir de benefícios fiscais.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, conseqüentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas, seja em razão de cláusulas contratuais específicas em cada contrato, seja em razão de cláusulas de *cross-default* e *cross-acceleration* que vinculam a quase totalidade das dívidas da Companhia. Conseqüentemente, se a Administração da Companhia, funcionários ou terceiros, agindo em seu nome envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com seus negócios, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante, tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua imagem.

A Companhia está sujeita a riscos associados à incapacidade de cumprir com as leis de proteção de dados aplicáveis e pode ser negativamente afetada pela imposição de multas e outras formas de sanção.

Nós tratamos dados pessoais de clientes, terceiros, parceiros e colaboradores, no âmbito de nossas operações comerciais. Qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob nossa responsabilidade deverá estar de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, nós devemos observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis e diretrizes da Agência Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”).

A Lei nº 13.709/18 (“LGPD”) regula no Brasil as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral, sem prejuízo da aplicação de outras normas setoriais, e estabelece um marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, bem como prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados e sanções para o descumprimento de suas disposições.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a aplicação de sanções administrativas; (ii) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (iii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Desde a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, eventual não conformidade com a lei pela Companhia ou por nossas subsidiárias nos sujeita às sanções administrativas previstas no artigo 52 da LGPD, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança que afetem dados pessoais e quaisquer outras falhas na privacidade e proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e a suspensão da atividade de tratamento de dados, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e,

consequentemente, o valor de suas ações. Adicionalmente, não é possível prever como as autoridades brasileiras irão aplicar e interpretar a LGPD.

Destacamos, ainda, que alguns dos contratos firmados com terceiros não possuem cláusulas-padrão de proteção de dados e tal ausência pode acarretar prejuízo financeiro para nós na hipótese de descumprimento da LGPD por qualquer uma das partes.

A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas no futuro, as quais podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a fraudes e furtos em potencial por criminosos virtuais, que estão se tornando cada vez mais sofisticados, buscando obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir em sistemas de tecnologia. O monitoramento e desenvolvimento das redes e infraestrutura de tecnologia da informação para prevenir, detectar, tratar e mitigar riscos de acesso não autorizado, uso indevido, vírus de computador e outros eventos que podem ter um impacto de segurança podem não ser eficazes para proteger a Companhia contra ataques cibernéticos e outras violações relacionadas nos seus sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, dos quais dependem as operações da Companhia, podem ter efeito adverso sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia armazena informações altamente confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo, mas não se limitando a informações relacionadas aos seus produtos e serviços. Se os servidores da Companhia ou de terceiros nos quais os dados da Companhia são armazenados forem objeto de invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outros ataques cibernéticos, as informações confidenciais da Companhia poderão ser roubadas ou destruídas. Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores ou clientes da Companhia, seja por si ou por terceiros, pode (i) sujeitar a Companhia à aplicação de penalidades civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo na reputação da Companhia; e/ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, colaboradores, terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses desenvolvimentos pode ter um impacto adverso nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia, gerando impactos desfavoráveis na precificação das ações da Companhia. Não obstante, caso haja incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados pela Companhia, como, por exemplo, vazamento de dados pessoais, e a Companhia não tome as providências legais, as sanções administrativas e penalidades previstas na LGPD também poderão ser aplicáveis.

No caso de tais acontecimentos, a Companhia, seus fornecedores, clientes e terceiros podem estar expostos a possíveis responsabilidades, litígios, multas regulatórias e outras penalidades. Somado a isso, a Companhia poderá, ainda, estar sujeita à perda de clientes existentes ou potenciais, perda de vendas, danos à marca, reputação e outras perdas financeiras. Além disso, se a Companhia não for capaz de evitar violações aos dados pessoais que trata para realizar suas atividades, além de outras informações, poderá sofrer danos ou penalidades financeiras e de reputação devido à respectiva divulgação não autorizada, inclusive de informações confidenciais, referentes à Companhia ou aos seus parceiros, clientes, consumidores ou fornecedores. O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança da informação e implementar medidas de remediação podem ser significativos, e não estar cobertos por apólices de seguro. O risco de segurança cibernética da Companhia também depende de fatores como ações, práticas e investimentos de clientes, contratados, parceiros de negócios, fornecedores e terceiros.

Os esforços da Companhia para monitorar, identificar, investigar, responder e remediar incidentes de segurança, inclusive aqueles associados a ataques cibernéticos, que possam envolver dados pessoais ou não, podem não ser adequados ou suficientes. As medidas que a Companhia implementa quanto à segurança da informação e ao plano de recuperação de desastres podem não ser adequados ou suficientes. A Companhia não pode garantir que esses esforços e medidas serão bem-sucedidos na prevenção de ataques cibernéticos, ou de outros incidentes envolvendo questões de segurança da informação. A ocorrência de qualquer evento dessa natureza poderá ter um efeito adverso significativo sobre as operações, negócios e

reputação da Companhia. Além disso, à medida que os negócios da Companhia e o cenário de segurança da informação evoluem, a Companhia poderá necessitar realizar investimentos adicionais significativos para proteger os dados da Companhia e a sua infraestrutura tecnológica, o que pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

O ambiente regulatório e a quantidade de leis vigentes, relacionado às questões de segurança da informação, privacidade e proteção de dados pessoais é cada vez mais complexo e pode ter impactos nos negócios da Companhia, incluindo aumento de riscos, custos e aumento das obrigações de *compliance*. No Brasil, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 e eventual violação à essa pode resultar em sanções administrativas previstas na Lei (incluindo uma possível multa de até 2% do faturamento da Companhia no seu último exercício, limitada, no total, a R\$ 50 milhões). O crescente número de leis de proteção de dados em todo o mundo pode continuar a resultar em maiores custos e riscos de *compliance* às Leis aplicáveis. Os possíveis custos de *compliance*, impostos pelas atuais ou novas Leis e regulamentações aplicáveis podem afetar os negócios da Companhia e ter um impacto adverso relevante nos seus resultados operacionais.

Para mais informações sobre a influência da LGPD nos negócios da Companhia, ver a seção 1.6. desse Formulário de Referência.

Os auditores independentes da Companhia reportaram deficiência significativa nos seus controles internos. A incapacidade de identificar falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controle relacionados à prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente seus negócios e sua reputação.

Os nossos processos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros, fraudes, incluindo fraudes contábeis ou violações às leis ou nossas políticas internas, incluindo leis anticorrupção e normas de *compliance*, por parte de seus colaboradores, administradores, parceiros, agentes e fornecedores ou evitar que tais pessoas pratiquem ações violando as políticas e procedimentos da Companhia.

Conforme detalhado na seção 5.2 deste Formulário de Referência, os auditores independentes reportaram deficiência significativa com relação exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, referente ao prazo interno de atualização das normas e procedimentos operacionais da Companhia. Se os sistemas e controles internos da Companhia não estiverem operando de maneira efetiva, a Companhia poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes, o que poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia.

Adicionalmente, eventuais violações das leis e da regulamentação aplicável à Companhia por seus colaboradores, administradores, parceiros, agentes e fornecedores podem resultar na sua responsabilização, envolvendo multas ou sanções, em especial a Lei Anticorrupção e Lei de Improbidade Administrativa, que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores, além da responsabilidade criminal. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos, suspensão ou impedimento de contratar com o poder público, suspensão ou impedimento de usufruir de benefícios fiscais e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita. Qualquer violação a essas leis pode ter um efeito adverso relevante nos nossos negócios e reputação e, conseqüentemente, a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

A Companhia enfrenta competição significativa em todas as suas áreas de atuação.

A Companhia possui concorrentes em todas as áreas de atuação e está sujeita à competição adicional no caso de surgimento de novos competidores nacionais ou da entrada de novos competidores estrangeiros no mercado brasileiro. Diversos fatores influenciam a decisão dos

clientes no momento de contratar um prestador de serviços, incluindo a qualidade e confiabilidade dos serviços, o grau de inovação agregado pelo contratado e o preço cobrado. Os concorrentes da Companhia dedicam esforços para ampliar sua posição no mercado, estando a Companhia sujeita ao risco de perder clientes.

Adicionalmente, a Companhia integra um mercado fragmentado, com considerável potencial de crescimento de seus concorrentes, em razão da presença de empresas que oferecem serviços menos sofisticados e, portanto, de menor custo. Ainda, as indústrias podem desenvolver internamente áreas complementares às suas atividades principais, de forma a não mais demandar os serviços da Companhia ou mesmo a concorrer com ela.

Todos os eventos acima podem levar a uma redução no nível de demanda por serviços da Companhia ou um eventual aumento na competição, o que pode afetar seus resultados operacionais e, conseqüentemente, o preço de mercado das ações.

Caso a Companhia não consiga realizar ou acompanhar evoluções tecnológicas, a qualidade dos serviços da Companhia e sua reputação podem ser negativamente afetados.

O negócio da Companhia demanda constante evolução tecnológica. Para tanto, é fundamental que a Companhia conte com pessoal qualificado e infraestrutura adequada, além de manter e ampliar seu relacionamento com fornecedores que possuam histórico comprovado de inovação. Caso a Companhia não tenha sucesso em prover soluções de engenharia diferenciadas ou não seja capaz de adquirir ou licenciar novas tecnologias de terceiros em condições aceitáveis, os serviços poderão se tornar defasados em relação aos serviços dos concorrentes, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e, conseqüentemente, resultando em impacto adverso em suas operações, resultados operacionais e, conseqüentemente, na precificação das ações da Companhia.

O endividamento pode afetar negativamente a saúde financeira e a flexibilidade operacional da Companhia.

A Companhia obtém financiamentos de curto e longo prazos através de instrumentos de dívida bancária e/ou debêntures. Aumentos significativos do endividamento da Companhia podem comprometer sua liquidez. O endividamento também pode ter outras conseqüências significativas, tais como:

- aumentar a vulnerabilidade da Companhia às condições gerais adversas da economia;
- limitar a capacidade da Companhia de obter financiamento adicional no futuro, necessário para capital de giro, investimentos, serviço da dívida, aquisições, necessidades no curso ordinário dos negócios ou outras finalidades, em termos satisfatórios;
- exigir que a Companhia dedique parte substancial do fluxo de caixa das operações ao serviço da dívida, reduzindo os recursos disponíveis para operações, investimentos de capital e quaisquer oportunidades de negócio futuras;
- expor a Companhia ao risco de aumento das taxas de juros;
- limitar a flexibilidade de planejamento ou capacidade de reação a mudanças nos negócios e nas indústrias em que a Companhia opera;
- limitar a capacidade da Companhia de adaptação à evolução das condições de mercado e de reação às pressões concorrenciais e às alterações necessárias em função de regulamentação governamental;
- limitar a capacidade de refinanciamento da dívida ou aumentar seus custos;
- expor a Companhia ao risco de vencimento antecipado cruzado das suas dívidas em aberto; e
- exigir que a Companhia realize desinvestimentos.

Diversos contratos financeiros celebrados por nós (incluindo os contratos celebrados no âmbito de captação de recursos junto ao mercado de capitais) impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (“covenants”), além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam

descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos nossos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente de maneira relevante. Não há garantia de que a Companhia conseguirá renegociar as suas dívidas no futuro caso índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados pela Companhia sejam descumpridos. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consiga renegociar suas dívidas, o saldo em aberto de seus contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido. Além disso, alguns dos nossos contratos financeiros e títulos de dívida contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa e relevante.

As apólices de seguros mantidas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

Não é possível garantir que as apólices de seguro contratadas pela Companhia sejam suficientes para cobrir todas as modalidades de riscos, responsabilidades da Companhia e os danos decorrentes de um eventual sinistro. Da mesma forma, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, caso fortuito, atos de terrorismo, pandemias, força maior ou interrupção de certas atividades). Na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais para recomposição ou reforma de instalações e equipamentos, pagamento de indenizações, assim como redução de receitas ou geração de custos incrementais indesejados para prestação de serviços.

Não é possível garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, incluindo acidentes de trabalho e erros de projeto, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro considerando, inclusive, a existência de franquias. Além disso, não é possível assegurar que a Companhia será capaz de manter apólices de seguro com as mesmas coberturas a taxas comerciais razoáveis e em termos aceitáveis no futuro ou contratá-las com as mesmas companhias de seguro nas bases atuais, aumentando significativamente seus custos, o que poderia resultar em um impacto adverso em suas operações e resultados operacionais.

Ainda, no caso de eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Caso a Companhia esteja inadimplente com o pagamento do prêmio de uma apólice, na eventualidade de um sinistro, a Companhia estará exposta tendo em vista que a apólice não proporcionará cobertura para esse sinistro.

Decisões desfavoráveis em processos arbitrais, administrativos ou judiciais podem afetar a Companhia de maneira adversa.

A Companhia é, e a Companhia e seus Administradores podem vir a ser parte em diversos processos nas esferas judicial, administrativa e arbitral, incluindo, ações indenizatórias, trabalhistas, tributárias, criminais, ambientais e regulatórias, bem como podemos ser objeto de inquéritos e investigações. Não há como garantir que tais processos, inquéritos e investigações serão julgados ou concluídos, conforme o caso, favoravelmente a Companhia e/ou aos seus administradores, ou, ainda, que os provisionamentos, quando existentes sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem imagem ou impeçam a realização de negócios conforme planejados, bem como decisões contrárias aos interesses dos seus administradores poderão causar um efeito relevante adverso nos nossos negócios, reputação condição financeira e resultados operacionais e, conseqüentemente, na cotação de mercado das ações ordinárias da Companhia.

Na hipótese de processos que discutam valores substanciais, é possível que não tenhamos recursos imediatos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais. Além disso, a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização imediata destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias poderá gerar a aplicação de multa por atraso no pagamento, a formalização de penhora de bens, inclusive de nossos ativos financeiros, penhora de nosso faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de nossas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em nossas operações e no desenvolvimento de nossos negócios, incluindo dificuldades para captação de recursos.

Além disso, a propositura de ações judiciais relacionadas a apuração de atos de negligência, imperícia e imprudência supostamente praticados pela Companhia, poderá afetar financeiramente, de modo adverso, a Companhia, além de afetar significativamente sua reputação, levar a uma diminuição do seu volume de clientes e fontes pagadoras e, conseqüentemente, à redução da receita operacional bruta da Companhia, afetando adversamente seus negócios e resultados.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das unidades da Companhia.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização das nossas unidades e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de não conseguirmos obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários ou, ainda, em caso de descumprimento de condicionantes técnicas das licenças ambientais, podemos vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de nossas unidades, o que pode afetar de forma adversa as operações e resultados da Companhia e, a depender do caso, afetar a sua imagem.

Ademais, eventual não obtenção e/ou não renovação das certificações que venhamos a precisar no futuro ou das quais já dispomos atualmente, pode afetar negativamente a manutenção de contratos de parceria da Companhia. Eventuais acidentes ocorridos com colaboradores da Companhia em unidades que falhem em manter todos os alvarás e licenças tempestivamente válidos, pode impactar de maneira mais severa a Companhia em eventual responsabilização judicial.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

Caso não seja capaz de manter ou renovar os contratos que regulam a ocupação da Companhia nos imóveis locados ou de celebrar novos contratos em condições que sejam comercialmente adequadas, as atividades da Companhia podem ser adversamente afetadas.

A maioria das unidades da Companhia opera em imóveis locados de terceiros. Caso os respectivos contratos de locação não sejam renovados ou sejam rescindidos, ou, por qualquer motivo, os proprietários solicitem a desocupação dos imóveis, a Companhia pode ter suas atividades temporariamente prejudicadas ou pode ser obrigada a locar outro imóvel, com preço de aluguel superior àquele pago em relação aos imóveis anteriores, ou mesmo mudar para endereço que onere seus custos operacionais, o que pode afetar de forma adversa suas operações e resultados operacionais.

De acordo com a legislação aplicável, qualquer uma das partes pode pedir a revisão do valor do aluguel após três anos do início da locação ou da última renegociação. Nesta hipótese, um aumento significativo no valor dos aluguéis dos imóveis em razão de tais ações revisionais podem afetar adversamente a condição financeira da Companhia e seu resultado operacional.

Nesse sentido, ressalta-se que, em relação aos imóveis locados com finalidade comercial, a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (“**Lei de Locações**”), que trata da locação de imóveis urbanos, dispõe que o locatário somente terá direito à renovação compulsória da locação caso, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anteriores à data do término do prazo do contrato de locação em vigor.

Caso a ação renovatória não seja proposta no prazo decadencial acima mencionado, o locador terá a faculdade de, findo o contrato, retomar o imóvel, independentemente de motivação. A observância do prazo para a propositura da ação renovatória é essencial para o regular exercício do direito. Se perdido tal prazo, não será assegurada ao locatário qualquer outra medida judicial que lhe garanta a prorrogação do prazo e a permanência no imóvel.

Assim, os contratos de locação firmados pela Companhia e que estejam vigendo atualmente por prazo indeterminado ou por prazo inferior a 5 anos e que não cumprem os requisitos legais que permitiriam à Companhia a propositura de ação renovatória, bem como os contratos vigendo por prazo indeterminado, poderão ser denunciados imotivadamente pelo respectivo locador, mediante simples aviso prévio de trinta dias, o que sujeitaria a Companhia ao dever de devolução dos imóveis locados, podendo ainda afetar adversamente as operações desta e seus resultados financeiros.

Consequentemente, não há garantia de que os contratos de locação atualmente vigentes serão renovados, ou de que tal renovação ocorrerá em termos considerados adequados para a Companhia e ainda, caso a Companhia deixe de cumprir com suas obrigações nos termos de seus contratos de locação, tais contratos de locação ainda podem ser encerrados antecipadamente.

Caso os imóveis ocupados pela Companhia sejam alienados a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, caso cumulativamente: (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o adquirente poderá solicitar a desocupação do imóvel locado no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido.

Já na hipótese de os imóveis locados serem colocados à venda durante o prazo de vigência da locação, caso a locatária não exerça seu direito de preferência para adquiri-lo, o imóvel locado poderá ser alienado ao terceiro.

Desta forma, se, por qualquer motivo, a Companhia não for capaz de manter seus contratos de locação, celebrar novos contratos ou renová-los em condições que entenda serem adequadas, a Companhia pode ter partes de suas atividades interrompidas e ser adversamente impactada, em razão de: (i) custos decorrentes da realocação de operações; e (ii) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóveis substitutos adequados para suas atividades e/ou se demorar para localizá-los ou se localizá-los a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Por fim, se necessária a rescisão antecipada e imotivada de qualquer contrato de locação, por decisão da Companhia, esta poderá ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação, o que poderá trazer impactos operacionais à Companhia.

b) Seus Acionistas, em especial seus acionistas controladores.

A pulverização do capital social da Companhia poderá sujeitá-la suscetível ao surgimento de acionistas com participações significativas, de alianças entre acionistas, eventuais conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle, e que podem levar a alterações em suas políticas corporativas e estratégias.

A Companhia está sujeita ao surgimento de acionistas controladores, de grupos de controle ou, ainda, de acionistas com participações significativas ou acordos entre acionistas da Companhia, o que poderia, na prática, sujeitar a Companhia a situação análoga à existência de grupo de controle. Ainda, é possível que surjam alianças e/ou eventuais conflitos entre acionistas que podem nos afetar adversamente.

Caso surja um acionista ou grupo de acionistas com participação significativa no capital votante da Companhia que passe a exercer seu poder decisório e preponderar nas assembleias gerais, a Companhia poderá sofrer alterações em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive com relação à composição de seus órgãos de administração.

Qualquer alteração relevante na composição dos órgãos de administração, política empresarial ou direcionamento estratégico da Companhia, bem como eventual processo de aquisição de controle, ou qualquer disputa entre acionistas no tocante aos seus respectivos direitos, podem afetar os negócios, estratégia e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido mediante a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos acionistas no capital social da Companhia.

É possível que a Companhia tenha interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos seus atuais acionistas, poderá acarretar a diluição da participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia, que não terão direito de preferência ou que, caso o tenham, não possuam recursos suficientes para exercer seus respectivos direitos de preferência, conforme o caso. Ademais, mediante aprovação em assembleia geral de acionistas, a Companhia pode futuramente alterar os planos de opção de compras de ações existentes para a emissão de ações adicionais para a Administração e outros funcionários da Companhia (conforme descrito no item 8.18 deste Formulário de Referência), o que pode resultar na diluição imediata dos acionistas da Companhia.

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. O ajuste do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos inclui contribuições à reserva legal e outras deduções que reduzem o valor disponível para a deliberação de dividendos. O lucro líquido também pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos acumulados ou ser retido, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, assim também se tornando indisponível para a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Nesse sentido, a Companhia poderá não pagar dividendos acima da distribuição obrigatória prevista em seu estatuto social, ou mesmo não distribuir quaisquer dividendos aos seus acionistas, em qualquer exercício fiscal, caso gere prejuízo ou, caso gere lucro, o Conselho de Administração da Companhia informe que essas distribuições não sejam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser

tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

O impacto das ações do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia.

O passado da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para os resultados da Companhia.

c) Suas Controladas e Coligadas.

A Companhia depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias, controladas e coligadas.

Além de ter operações próprias, a Companhia detém participações societárias em outras empresas. Portanto, além dos resultados gerados por sua própria operação, a Companhia também depende dos resultados operacionais de suas subsidiárias, controladas e coligadas. A capacidade da Companhia de honrar suas dívidas e outras obrigações depende não apenas de sua geração de fluxo de caixa, mas também da geração de fluxo de caixa de suas subsidiárias, controladas e coligadas, e sua capacidade de disponibilizar caixa para a Companhia na forma de pagamento de juros sobre capital próprio/patrimônio líquido, pagamento de dívidas, dividendos, entre outros.

Tais sociedades podem não pagar dividendos. Não há garantia que tais recursos serão disponibilizados à Companhia ou se serão suficientes para cumprimento das obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos.

Além disso, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos prevista na legislação brasileira vigente poderá ser revista e os dividendos poderão se tornar tributáveis no futuro, impactando negativamente a Companhia, uma vez que os impostos podem ser devidos sobre a distribuição de dividendos por suas subsidiárias, controladas e coligadas para a Companhia.

Qualquer alteração adversa na situação financeira ou nos resultados das operações de suas controladas e coligadas pode afetar significativa e adversamente seus negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Ainda, contratos financeiros celebrados diretamente ou garantidos pelas subsidiárias, controladas e coligadas nas quais a Companhia detém participação podem estabelecer restrições à distribuição de dividendos, em especial em caso de inadimplemento de suas obrigações. Caso subsidiárias, controladas e coligadas nas quais a Companhia detém participação, por algum motivo, estejam impedidas em distribuir dividendos, o fluxo de caixa e o adimplemento com os compromissos financeiros podem ser adversamente afetados.

Além dos riscos mencionados acima, as subsidiárias, controladas e coligadas que realizam as operações relevantes da Companhia estão sujeitas aos mesmos riscos aplicáveis à Companhia.

d) Seus Administradores.

A perda de membros da administração pode ter um efeito substancialmente adverso sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia em manter a posição competitiva depende, em grande escala, da experiência dos membros da Administração nos setores em que atuam, os quais são essenciais para o desenvolvimento e execução das estratégias de negócios da Companhia. Nenhum dos membros da Administração está sujeito a contratos de trabalho de longo prazo ou a acordos de não concorrência. Não há qualquer garantia de que a Companhia conseguirá reter os membros da atual Administração ou atrair e contratar novos membros qualificados. A perda de alguns dos membros da alta Administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair, treinar e reter executivos experientes para administrar e expandir suas operações poderá impactar negativamente a capacidade de conduzir seus negócios com sucesso e implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos resultados operacionais da Companhia.

e) Seus Fornecedores.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não se envolvam com práticas irregulares.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva, condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor da Companhia se envolver com

essas práticas, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente. Ainda, a depender da irregularidade atribuída ao fornecedor, caso tenha agido em benefício da Companhia, de modo exclusivo ou não, poderá haver incidência das sanções previstas na Lei Anticorrupção. Não há garantia de que a Companhia será capaz de identificar e/ou evitar, em tempo hábil, tais violações por seus fornecedores. Adicionalmente, caso o fornecedor seja materialmente afetado, pode vir a inadimplir suas obrigações com a Companhia, o que pode nos impactar financeiramente de maneira negativa.

A variação dos preços de matérias primas, componentes e equipamentos utilizados nas operações ou de commodities podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Determinadas matérias-primas e componentes utilizados nas operações da Companhia estão sujeitas a variações repentinas e significativas de preços, sobre as quais ela não possui controle. Uma parcela relevante dos custos que formam o preço dos componentes, máquinas e equipamentos que a Companhia adquire ou loca de terceiros é representada por commodities, tais como aço e alumínio, entre outros. Um aumento dos preços de tais commodities tende a causar um crescimento equivalente nos custos operacionais dos fornecedores e, consequentemente, reajustes nos preços dos produtos por eles produzidos. Caso tais reajustes venham a ocorrer, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos a seus clientes e estará sujeita a um impacto adverso nos seus custos e resultados operacionais.

O conflito entre Rússia e Ucrânia, em especial em razão da tensão causada nos mercados, possui como consequência direta no aumento de preços de alguns insumos, como por exemplo alumínio. afetados pelo conflito, seja por impossibilidade de importação ou exportação por consequência direta da guerra, ou por restrições impostas pelos países aliados. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade empresarial globalmente e levar a:

- impactos no mercado de crédito e de capitais;
- volatilidade significativa nos preços das commodities;
- aumento das despesas relacionada a materiais diretos e indiretos utilizados no processo produtivo (ou seja, embalagens, logística e insumos, entre outros) da Companhia;
- aumento dos custos de recursos (como energia, por exemplo) para as operações da Companhia;
- desaceleração ou impactos na cadeia de suprimentos global e local, o que pode levar à escassez e falta de materiais, commodities e produtos críticos no mercado;
- potencial valorização do dólar norte-americano;
- aumento das taxas de juros e inflação nos mercados em que a Companhia atua, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços de energia, petróleo e outras commodities; e
- crescimento global mais baixo ou negativo.

Qualquer evento desse tipo pode aumentar os custos e afetar adversamente os negócios da Companhia se não for capaz de repassar esse aumento de custos aos seus clientes.

Os riscos geopolíticos e econômicos também aumentaram nos últimos anos como resultado das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, o Brexit e o aumento do populismo. As crescentes tensões podem levar, entre outros, a uma desglobalização da economia mundial, um aumento do protecionismo ou barreiras à imigração, uma redução geral do comércio internacional de bens e serviços e uma redução na integração dos mercados financeiros,

qualquer um dos quais poderia afetar material e adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, alguns equipamentos utilizados pela Companhia são importados, inexistindo substitutos nacionais com as mesmas características e de qualidade equivalente, e seus preços são definidos em moeda estrangeira. A depreciação do Real em relação à moeda estrangeira utilizada em tais contratos poderá tornar difícil o repasse de diferença cambial para seus clientes, o que poderá aumentar significativamente os custos da Companhia, o que poderia resultar em um impacto adverso em suas operações e resultados operacionais.

A Companhia é dependente de terceiros para fabricar os componentes ou fornecer as máquinas e equipamentos que utiliza.

A fabricação dos componentes das máquinas e dos equipamentos que utiliza é feita por terceiros, da mesma forma os insumos que utiliza na prestação dos serviços são adquiridos de terceiros.

A Companhia não possui por prática manter estoques significativos dos equipamentos utilizados além do nível de ociosidade mínimo que as operações exigem. Dessa forma, a Companhia está sujeita a ter de lidar com atrasos ou aumento de prazos ou preços por parte dos fornecedores, o que pode prejudicar a pontualidade na prestação dos seus serviços e fornecimento dos seus equipamentos a seus clientes. Adicionalmente, caso os fornecedores não sejam capazes de atender a eventual aumento da demanda por seus produtos em prazo satisfatório, a Companhia poderá não conseguir adquirir a quantidade de equipamentos, matérias primas ou insumos necessários ao desenvolvimento de suas operações.

O mesmo cenário pode se configurar caso a Companhia interrompa suas compras com um fornecedor e, por conta de tal interrupção, este fornecedor não a atenda posteriormente, seja por ter reduzido ou alterado sua produção, por ter comprometido sua capacidade com terceiros ou por quaisquer outros motivos. Caso tais atrasos ou falta de produtos sejam recorrentes, a Companhia poderá não conseguir substituir seus fornecedores com a agilidade necessária para atender à demanda de seus clientes. Além disso, eventuais restrições à importação ou aumento de impostos sobre a importação de equipamentos também poderão prejudicar suas atividades.

Caso qualquer dos eventos descritos acima ocorra ou o relacionamento com fornecedores seja interrompido por qualquer motivo, a Companhia poderá sofrer redução de demanda pelos serviços o que, conseqüentemente, poderá afetar seus resultados e situação financeira de forma adversa e relevante, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia.

A Companhia poderá ser responsabilizada por danos ambientais causados por nossos prestadores de serviço, fornecedores e/ou clientes.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária, o que significa que todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo ou culpa, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação. Sendo assim, a responsabilidade civil por danos ambientais pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, direta ou indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais recursos poderá ser demandada a remediar ou pagar indenização, cabendo, posteriormente, direito de regresso por ação judicial própria em relação aos demais envolvidos. Além disso, a Companhia ainda poderá responder criminalmente, em paralelo, por eventuais danos ambientais que causar. Para mais informações, vide o fator de risco *“As leis e os regulamentos ambientais podem vir a exigir mais despesas para conformidade da Companhia e o não cumprimento da legislação ambiental pela Companhia poderá submetê-la à responsabilização nas esferas civil, criminal e administrativa”* acima.

Nesse sentido, caso as empresas que prestam serviços terceirizados para a Companhia (e.g. gerenciamento de resíduos, poda de árvores etc.) ou que lhe forneçam matérias-primas e produtos, causem danos ao meio ambiente nas dependências da Companhia, em decorrência de serviços prestados à Companhia ou com produtos já adquiridos pela Companhia, gerados ou

destinados por essa, a Companhia poderá ser responsabilizada objetiva (sem necessidade de comprovação de dolo ou culpa) e solidariamente com tais prestadores de serviços ou fornecedores. Isso significa que a obrigação de reparar a degradação causada pode afetar todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da culpa dos agentes.

Caso a Companhia seja responsabilizada por tais danos ambientais, diretamente ou solidariamente, pode ter a sua imagem e reputação impactadas, além de incorrer em gastos relacionados à defesa processual e decorrentes de eventual condenação imposta pela autoridade competente, incluindo o pagamento de multas e gastos relacionados à adoção de medidas para reparação do dano causado, o que poderá afetar adversamente aos negócios, resultados operacionais, situação financeira, reputação e valor de nossos valores mobiliários.

A Companhia está exposta ao risco de crédito e inadimplência de fornecedores.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito dos fornecedores. Alguns fornecedores da Companhia podem apresentar restrições financeiras ou problemas de liquidez que podem ter um efeito negativo significativo na sua capacidade de solvência. Problemas financeiros graves enfrentados pelos fornecedores da Companhia podem resultar em redução ou limitação da oferta futura dos produtos e serviços da Companhia, o que pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultado das operações e condição financeira da Companhia.

f) Seus Clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito e inadimplência de clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de crédito dos clientes. Alguns clientes da Companhia podem apresentar restrições financeiras ou problemas de liquidez que podem ter um efeito negativo significativo na sua capacidade de solvência. Problemas financeiros graves enfrentados pelos clientes da Companhia podem resultar em diminuição no fluxo de caixa operacional da Companhia e, ao mesmo tempo, reduzir ou limitar a demanda futura desses clientes pelos produtos e serviços da Companhia, o que pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultado das operações e condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia constitui mensalmente provisões para créditos de liquidação duvidosa, as quais podem não ser corretamente constituídas ou não ser suficientes para fazer frente a eventuais inadimplementos de clientes. Perdas acima das expectativas da Companhia (e, portanto, não refletidas nas provisões) podem impactar adversamente os resultados da Companhia.

Além disso, a Companhia está sujeita a outros riscos relacionados a conduta de seus clientes, incluindo riscos relacionados à reputação de seus clientes, como, por exemplo, descumprimento por parte de seus clientes de leis de combate à corrupção ou lavagem de dinheiro, embargos, violações trabalhistas, dentre outros.

A Companhia possui uma concentração de principais clientes responsáveis por uma parcela significativa de suas receitas.

A Companhia possui um alto nível de concentração de suas receitas em alguns principais clientes. Considerando tal cenário, a perda de clientes pela migração de um ou mais desses principais clientes a algum de seus concorrentes, dificuldades financeiras de tais clientes, ou por quaisquer outras razões, pode afetar de modo adverso os resultados financeiros da Companhia, caso ela não seja bem-sucedida na substituição deste cliente. Para mais informações, ver Seção 1.5 deste Formulário de Referência.

As atividades da Companhia consistem em prover soluções para atender demandas de diversos setores da economia, especialmente óleo e gás, petroquímica, química, papel e celulose, mineração e siderurgia. Consequentemente, suas operações estão sujeitas a riscos semelhantes aos enfrentados pelas empresas que atuam nesses e em outros setores.

A Companhia atende clientes *onshore* e *offshore*, de diversos setores da economia, especialmente óleo e gás, petroquímica, química, papel e celulose, mineração e siderurgia. Consequentemente, suas operações e resultados estão atreladas ao desenvolvimento de tais segmentos industriais, o que torna a Companhia exposta aos riscos enfrentados pelas empresas atuantes nestes segmentos. Eventos que afetem negativamente os negócios desenvolvidos em tais setores, incluindo fatores macroeconômicos, adversidades climáticas, pandemias, degradação das condições sociais brasileiras, redução dos investimentos, alterações adversas introduzidas na regulamentação específica a cada um dos referidos setores, restrição de crédito, problemas com fornecedores, redução do poder de consumo dos clientes e dificuldades dos clientes em gerenciarem seus próprios negócios, entre outros, fogem ao controle da administração da Companhia e poderão causar efeito material adverso nas operações e resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de atender toda a demanda pelos serviços em prazos satisfatórios para seus clientes.

A Companhia tem um número limitado de equipamentos para alocar em cada projeto em que atua. Atrasos e interrupções na fabricação e manutenção de tais equipamentos e de seus respectivos componentes, assim como aumentos repentinos na demanda pelos serviços, podem impedir a Companhia de prestar seus serviços pontualmente e de atender a todos os clientes de forma eficiente, sem prejuízo do disposto acima, a Companhia ainda poderá não ser capaz de atender satisfatoriamente as necessidades dos seus clientes, por qualquer motivo, incluindo por falhas nos equipamentos, carência de mão de obra, greves e disputas trabalhistas, falhas na prestação de serviços públicos, especialmente de energia elétrica, interrupção ou atraso no sistema de transporte dos equipamentos, alterações nas regulamentações de importação, fatores macroeconômicos, crises de saúde pública e catástrofes naturais.

Além de eventuais penalidades pelo descumprimento de contratos vigentes, conforme aplicável, caso a Companhia não seja capaz de cumprir seus prazos, seja por sua responsabilidade ou por motivos que fujam ao controle da administração, poderá perder a confiança dos seus clientes e, consequentemente, sofrer diminuições nas demandas por seus serviços, o que poderá afetar adversamente as operações, resultados operacionais e precificação das ações da Companhia.

Flutuações nos preços de commodities podem afetar as decisões de investimento dos clientes diretos ou finais (e indiretos) da Companhia, bem como os custos dos equipamentos e, consequentemente, sujeitá-la a riscos de cancelamento e atrasos nos projetos, mudanças nas datas e financiamento de novos pedidos ou perda de receita.

Preços de *commodities* podem afetar os clientes diretos ou finais (e indiretos) da Companhia em diversos aspectos. Por exemplo, para clientes que produzem petróleo, gás natural, aço, cobre ou fertilizantes, flutuações nos preços de seus produtos podem gerar impacto direto em suas margens de lucro e fluxo de caixa e, consequentemente, na decisão de manter seus investimentos, realizar novos desembolsos de capital e manter o nível de gastos com manutenção industrial. Caso os clientes adiem novos investimentos, cancelem ou atrasem projetos em andamento e/ou reduzam os gastos com manutenção industrial, a demanda pelos serviços da Companhia sofrerá redução, o que poderá gerar efeito adverso relevante nas suas operações e situação financeira, impactando negativamente o preço de suas ações.

g) Setores da economia nos quais o Emissor atue.

A demanda por serviços da Companhia está relacionada ao crescimento dos setores de engenharia, construção e infraestrutura.

A demanda de parcela dos serviços prestados pela Companhia está relacionada ao volume de investimentos públicos e privados realizados nos setores de engenharia, construção e infraestrutura. De forma geral, grandes projetos de engenharia e infraestrutura conduzidos no Brasil contam, em maior ou menor grau, com a participação do setor público, seja através de investimentos ou de financiamentos.

Historicamente, a realização de investimentos públicos no Brasil é influenciada por fatores macroeconômicos, políticos e legais, os quais fogem inteiramente ao controle da administração da Companhia. Tais fatores podem, inclusive, determinar a suspensão ou o cancelamento de projetos que dependam do setor público, o que poderá afetar de forma relevante as operações dos clientes e, conseqüentemente, a demanda pelos serviços da Companhia. Caso não sejam confirmadas as expectativas acerca dos investimentos públicos a serem realizados nos próximos anos, especialmente nos setores de construção e infraestrutura, as operações dos clientes (e, conseqüentemente, as operações, resultados da Companhia e preços de suas ações) poderão ser afetadas adversamente.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados, do cumprimento das leis trabalhistas e da segurança de suas instalações. Qualquer deterioração dessas relações, aumento dos custos relacionados a questões trabalhistas e lesões nas instalações da Companhia pode afetar adversamente seu negócio.

Após o fim da vigência dos acordos coletivos de trabalho existentes ou outros acordos coletivos de trabalho, a Companhia pode não ser capaz de celebrar novos acordos com os sindicatos. Além disso, alguns desses acordos podem não apresentar condições satisfatórias para a Companhia, como o pagamento de salários ou benefícios maiores aos trabalhadores sindicalizados. Se a Companhia não for capaz de negociar acordos em termos aceitáveis com os sindicatos, estará sujeita a paralisações ou greves, o que poderá afetar adversamente os seus negócios, a exemplo da greve promovida pelo Sindicato dos Empregados na Indústria da Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial de Camaçari-BA, entre junho e julho de 2023, em razão das negociações coletivas ocorridas à época envolvendo a Companhia.

As negociações com os sindicatos podem se tornar mais desafiadoras, e a Companhia pode estar sujeita a salários mais altos e mais paralisações ou greves se o novo Governo Federal for bem-sucedido na implementação de mudanças nas leis trabalhistas e no aumento de fundos para os sindicatos.

A Companhia não pode prever de qual forma as mudanças recentes no Governo Federal aumentarão a polarização no País e se um eleitorado dividido pode continuar a impactar na implementação de políticas e reformas. A instabilidade política e social pode criar uma percepção negativa do mercado, o que pode resultar em aumento da inflação, afetando diretamente a negociação coletiva.

A Companhia também está sujeita a aumento no custo de mão-de-obra, em virtude da inflação no Brasil e do aumento do preço dos seguros de saúde. Aumentos significativos nos custos de mão-de-obra podem apresentar um efeito adverso significativo sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas.

Além disso, a Companhia enfrenta riscos relacionados à segurança de suas instalações. Caso a Companhia falhe em implementar procedimentos de segurança, ou se os procedimentos implementados forem ineficazes ou não forem seguidos por seus empregados ou outras pessoas, tais pessoas podem se ferir, o que poderá resultar em custos e perda de produtividade. Qualquer um dos itens acima mencionados pode ter um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais e a reputação da Companhia.

h) Regulação dos setores nos quais o Emissor atue.

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar a assunção de obrigações de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia pode ter que recorrer a empresas terceirizadas. De acordo com a legislação trabalhista, a Companhia pode ser considerada como responsável subsidiária pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes aos colaboradores terceirizados, pelo período da prestação de serviços do colaborador terceirizado para a Companhia.

Adicionalmente, caso seja verificada existência de elementos da relação de emprego, sobretudo de habitualidade, pessoalidade e subordinação, entre os colaboradores terceirizados e a Companhia, a Justiça do Trabalho pode vir a reconhecer a Companhia como empregadora direta dos colaboradores terceirizados e, assim, responsabilizá-la pelo pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes ao período no qual o colaborador trabalhou para a Companhia.

A ocorrência de eventuais contingências relacionadas aos colaboradores terceirizados é de difícil previsão e quantificação e, se vierem a ocorrer, poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, a edição de regras mais rígidas relativas à terceirização ou que imponham mais responsabilidades ao beneficiário dos serviços poderá acarretar um aumento dos custos com mão-de-obra, impactando negativamente na situação financeira da Companhia.

i) Países estrangeiros nos quais o Emissor atue.

Não aplicável. A Companhia não possui atividades em países estrangeiros.

j) Questões sociais

A Companhia atua em áreas próximas de comunidades em situação de vulnerabilidade social e suas operações podem ser impactadas em razão de confrontos e/ou atos de violência presentes no cotidiano de tais comunidades.

A Companhia atua em áreas próximas a comunidades em situação de vulnerabilidade social, podendo haver presença de grupos criminosos que concorrem com o poder estatal e exercem controle sobre a rotina dos habitantes, impondo regras para a entrada e saída de pessoas e mercadorias, o funcionamento de estabelecimentos comerciais e a prestação de serviços públicos, como o fornecimento de gás e a coleta de lixo.

Tais atividades ilícitas podem dificultar o acesso de funcionários e terceiros aos ativos da Companhia, assim como interferir diretamente em suas operações, dado que eventuais confrontos desses grupos criminosos entre si e/ou contra a polícia podem ocorrer na região em que a Companhia atua. Além disso, os ativos da Companhia podem ter suas operações afetadas diretamente por atos de violência como roubos, esbulhos e/ou turbações, de modo que a Companhia não pode garantir que a integridade de seus colaboradores e/ou de suas instalações será preservada em qualquer das situações descritas acima. Ainda, a Companhia poderá vir a enfrentar processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível e/ou trabalhista em conexão com eventuais danos causados a seus funcionários em razão de tais eventos, o que pode resultar em despesas adicionais para a Companhia.

Nesse sentido, a ocorrência de qualquer dano ao patrimônio e/ou à saúde dos colaboradores da Companhia, bem como a paralisação ou interrupção das operações

nos imóveis em razão das situações descritas acima, pode impactar adversamente os resultados operacionais e/ou a reputação da Companhia, consequentemente, sua condição financeira e seus negócios.

k) Questões ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que abrange, inclusive, os normativos introduzidos no sistema legal em função de acordos e tratados internacionais de que o Brasil é ou venha a ser signatário.

O cumprimento da legislação ambiental no Brasil é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor, entre outras penalidades, sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas. As sanções administrativas podem implicar em multas, cancelamento de autorizações ou a revogação de licenças ambientais e suspensão das atividades da Companhia. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e sobre os resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades, e a disposição irregular dos resíduos das atividades de pintura e reparação de equipamentos, podem implicar a imposição de sanções penais, sanções administrativas, obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados, bem como podem implicar na instauração de investigações e ajuizamento de ações judiciais, especialmente pelo Ministério Público – o que, em ocorrendo, poderá impactar adversamente os resultados operacionais e/ou a reputação da Companhia, consequentemente, sua condição financeira e seus negócios.

A escassez ou falta de água e qualquer descumprimento das regras e dos regulamentos aplicáveis relacionados ao uso e à gestão da água, poderão afetar de forma adversa os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

O uso industrial da água poderá afetar negativamente sua disponibilidade. A escassez ou falta de água, incluindo o aumento do risco de secas nas regiões onde a Companhia opera, e os custos associados para minimizar o impacto nas operações, podem representar um risco crítico para os negócios da Companhia. O uso industrial da água pode afetar a produtividade da Companhia de forma adversa e significativa. A Companhia e sua cadeia de fornecedores também estão sujeitas a restrições no volume de água que podem coletar do meio ambiente de acordo com suas outorgas de uso de água, que podem ser inferiores às demandas reais de água de seus negócios nessas áreas. No caso de não conseguirem coletar água suficiente para atender às suas demandas operacionais, devido a restrições nas outorgas de água ou de outra forma, os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

As leis e os regulamentos ambientais podem vir a exigir mais despesas para conformidade da Companhia e o não cumprimento da legislação ambiental pela Companhia poderá submetê-la à responsabilização nas esferas civil, criminal e administrativa.

A Companhia está sujeita a leis, regulamentos, autorizações e licenças federais, estaduais e municipais no Brasil, relativos, entre outras coisas, à realização de atividades potencialmente poluidoras, à interferência em áreas especialmente protegidas (tais como, unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas, patrimônio de interesse histórico ou arqueológico e áreas de preservação permanente, quando aplicáveis, caso a caso), ao tratamento e eliminação de resíduos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, ruídos, contaminações, entre outros, os quais afetam os seus negócios.

Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos ou qualquer falta de autorizações ou licenças sujeitará a Companhia a sanções administrativas e penais, independente da obrigação de reparar e/ou indenizar os danos na esfera cível, tais como multas, cancelamento de autorizações ou revogação de licenças, além de publicidade negativa. Dentre as sanções administrativas há a imposição de multa de até R\$50.000.000,00. O valor das multas pode variar substancialmente caso a caso, dentro do teto de R\$ 50.000.000,00. As sanções penais incluem multas, perda temporária de direitos e prisão (para pessoas físicas) e multas, suspensão das atividades, interdição ou proibição de contratar com o Poder Público (para pessoas jurídicas). A multa no âmbito penal pode variar de 10 a 360 dias multa, nos termos do artigo 49 do Código Penal, sendo que o valor do dia multa é fixado pelo juiz entre um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos e um quintuplo desse salário considerando a capacidade econômica do réu, nos termos do artigo 49, § 1º do Código Penal. A pena de multa pode ser aumentada até o triplo, em razão da condição econômica do condenado, nos termos do artigo 60, § 1º do Código Penal e, caso se revele ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, a multa pode ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida, conforme determina o artigo 18 da Lei nº 9.605/1998.

Além disso, se a Companhia não cumprir com a legislação de proteção ambiental, ela também poderá estar sujeita à responsabilidade direta e indireta, objetiva e solidária, obrigando-se a reparar danos ambientais, independentemente de culpa. A responsabilidade ambiental das empresas não exclui indivíduos, infratores ou mandantes, muitas vezes estendendo a responsabilidade por esses atos aos membros da administração, por terem participado de decisões ou se omitido, quando poderiam ter evitado ilícitos. Adicionalmente, o artigo 4º da Lei Brasileira de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) prevê a desconsideração da personalidade jurídica sempre que houver obstáculo à reparação de danos ambientais. Nesse caso, os sócios e administradores das empresas tornam-se pessoalmente responsáveis pela reparação dos danos ambientais.

I) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As atividades exercidas pela Companhia são sensíveis a mudanças relevantes no clima.

A ocorrência de mudanças relevantes no clima, incluindo inundações e erosões causadas pelo aumento das chuvas, pode demandar a modificação das especificações técnicas dos projetos e equipamentos, a utilização de insumos adicionais e a introdução de novas práticas na prestação dos serviços. Adicionalmente, condições climáticas adversas interferem no cronograma de execução dos projetos de clientes em geral, o que pode levar ao adiamento de projetos e impactar negativamente os níveis de demanda, bem como a rentabilidade de suas operações. Caso a Companhia não seja capaz de se adaptar de forma satisfatória a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade dos equipamentos e serviços face a condições naturais diferentes das existentes quando da elaboração de cada projeto ou da contratação, é possível que ocorra perda de participação de mercado para os concorrentes e/ou deterioração da produtividade, impactando negativamente o resultado operacional e condição financeira, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia.

Preocupações crescentes com as mudanças climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, novas leis e regulamentos, que podem resultar em aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de gases de efeito estufa (“GEE”).

Nesse contexto, novas regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de adoção de medidas relacionadas, como adoção de novos padrões para melhorar eficiência no uso de energia e recursos hídricos e minimizar a liberação de GEE. Por essa razão, é possível que a Companhia tenha novos gastos substanciais, seja para cumprir com as novas regulamentações ambientais ligadas às mudanças climáticas ou para prevenir ou corrigir os efeitos físicos de eventos climáticos extremos, sendo que qualquer um deles pode ter um efeito adverso relevante sobre seus resultados operacionais.

m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal e como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão realizados de forma correta ou se serão suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional e que não será necessária constituição de reservas adicionais para qualquer exposição fiscal. Um aumento relevante no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais e/ou financeiros da Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, fiscalização tributária, entre outros. Processos judiciais e administrativos relevantes relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF e tribunais administrativos estaduais e municipais, podem afetar negativamente os resultados operacionais e/ou financeiros da Companhia.

Alterações na legislação tributária brasileira ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os tributos que a Companhia é obrigada a pagar.

A União, Estados e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências de tributação, com frequência, avaliam e implementam propostas de alterações nos regimes de tributação, nos benefícios e incentivos fiscais vigentes no País, bem como discutem propostas variadas de reformas tributárias, que podem eventualmente gerar impacto negativo para Companhia.

Referidas alterações e/ou discussões de propostas abrangem variáveis diversas, que podem ir desde a mudança (majoração) de alíquotas de tributos, a suspensão e/ou o cancelamento definitivo de benefícios fiscais atualmente existentes, a instituição de novos tributos em caráter temporário ou definitivo, e, até mesmo, a revogação de tributos para consolidação das cargas tributárias sobre consumo em um único tributo visando supostamente maior eficiência tributária na arrecadação.

Em se tratando de legislação tributária brasileira, quaisquer alterações podem acarretar, direta ou indiretamente, em majoração da carga tributária, e, conseqüentemente, isso pode vir a afetar adversamente a capacidade de geração de receitas e a manutenção das margens de lucratividade da Companhia, em razão de repasses de custos tributários nos preços cobrados por seus produtos e serviços, ou mesmo pode inviabilizar a sua capacidade de fazer negócios em suas áreas de atuação.

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que trouxe alterações significativas no sistema de tributação de bens e serviços, com a extinção de diversos tributos – IPI, PIS, COFINS, ICMS, ISS, para a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS).

A aprovação da reforma tributária com alteração dos tributos incidentes sobre nossas operações e negócios deverá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia. A reforma tributária será implementada de forma gradual a partir de 2027, sendo plenamente aplicada, com substituição integral dos atuais tributos indiretos, apenas em 2033, dando à Companhia tempo para adaptar-se às mudanças.

A análise dos impactos da reforma da Emenda Constitucional nº 132/2023 para a Companhia ainda dependerá da edição de Lei Complementar regulamentando diversos pontos da reforma tributária, e a referida Lei Complementar não foi aprovada até o momento.

Ainda, em dezembro de 2023, foi publicada a Medida Provisória nº 1.202/2023, que em sua redação original (i) revoga o regime da Contribuição Patronal sobre a Receita Bruta disciplinado nos artigos 7º a 10 da Lei nº 12.546/2011 a partir de 1º de abril de 2024 para todos os setores; e (ii) institui hipóteses de redução de alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal ("CPP") incidente sobre a folha de pagamento (artigo 22, I, da Lei nº 8.212/1991) para certos setores, sendo que, a partir de 2028 a alíquota aplicável para a CPP passaria a ser de 20%, incidentes sobre a folha de pagamento.

A Medida Provisória nº 1.202/2023 tem validade de 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, podendo durante esse período sofrer modificações propostas pelo Congresso Nacional no processo de sua conversão em lei ou inclusive ser rejeitada pelo Congresso Nacional, mantendo-se vigente o regime da desoneração da folha de pagamentos até 2027. Se convertida em lei com sua atual redação, a referida Medida Provisória pode impactar os negócios e os resultados da Companhia.

Ainda, em razão da complexidade da interpretação da legislação tributária brasileira, dado a multiplicidade de normas existentes, existe a possibilidade de as autoridades fiscais adotarem interpretação distinta da adotada pela Companhia na realização de suas operações, podendo acarretar efeitos adversos à Companhia.

Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Conseqüentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações. As mudanças na legislação tributária brasileira são frequentes e aumentam durante períodos de instabilidade econômica.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado global de capitais. Qualquer surto no Brasil ou no mundo pode afetar diretamente nossas operações.

O surto de doenças transmissíveis, como o surto de COVID-19 em escala global, pode afetar as decisões de investimento e resultar em altos níveis de volatilidade nos mercados de capitais globais, podendo ter um efeito recessivo na economia brasileira

ou nos países em que atuamos. Além disso, esses surtos podem resultar em restrições às viagens e transportes públicos, bem como no fechamento prolongado de locais de trabalho, o que pode ter um efeito adverso relevante na economia global e/ou na economia brasileira. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos pode afetar material e adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados das operações da Companhia.

Além disso, um surto de doenças transmissíveis no Brasil, como o surto de COVID-19, pode afetar diretamente nossas operações. Por exemplo, se houver suspeita de que algum residente brasileiro, incluindo nossos colaboradores, tenha contraído doenças transmissíveis, como o COVID-19, ele poderá estar sujeito à quarentena. No nível comercial, isso pode significar que as operações da Companhia ou de outras empresas de nossa cadeia produtiva das quais dependemos podem ser suspensas. Qualquer surto futuro desse tipo poderia restringir de maneira geral nossas atividades econômicas nas regiões afetadas, podendo resultar em volume de negócios reduzido, fechamento temporário das nossas instalações ou de outras empresas, ou ainda perturbar nossas operações comerciais e afetar adversamente nossos resultados operacionais, de outras empresas ou clientes e fornecedores com os quais nos relacionamos.

As medidas descritas acima, aliadas às incertezas provocadas pelo surto de doenças transmissíveis como o COVID-19, podem ter um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3. A cotação dos ativos negociados na bolsa de valores pode ser adversamente afetada em razão de um surto de doenças transmissíveis. Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações de nossa emissão, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia em termos aceitáveis no futuro.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante

sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós.

(a) A volatilidade cambial também pode se traduzir em aumento do preço dos produtos que, apesar de serem comprados no mercado doméstico, possuem componentes importados e, portanto, estão sujeitos às alterações na taxa de câmbio. Os repasses realizados pelos fornecedores à Companhia são também repassados ao preço final dos produtos comercializados.

4.2 – 5 principais fatores de risco, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- i. Caso a Companhia seja incapaz de contratar e reter mão de obra qualificada e treinar seus profissionais, o potencial de expansão de negócios pode ser afetado.
- ii. Caso a Companhia não seja capaz de identificar e concluir aquisições estratégicas, seu crescimento inorgânico pode ser prejudicado. Dificuldades na integração de empresas adquiridas pela Companhia podem afetar seus resultados operacionais. O processo de due diligence para aquisições estratégicas pode não ser suficiente para identificar corretamente todos os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, o que poderá ter impactos reputacionais negativos, bem como resultar no ajuizamento de ações judiciais e/ou na instauração de arbitragens.
- iii. A Companhia atua em um segmento que envolve riscos para seus empregados e para os empregados de terceiros, inclusive risco de vida.
- iv. A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de crescimento e negócios.
- v. A perda de membros da administração pode ter um efeito substancialmente adverso sobre a Companhia.

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, constam abaixo os riscos de mercado decorrentes das nossas atividades, que consistem principalmente nos riscos de inflação e mudanças nas taxas de juros.

a) **Risco de inflação**

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (META SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,6% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2019 e 2020, a taxa básica de juros encerrou em 7,0%, 6,50%, 4,50% e 2,0%, respectivamente. Não há qualquer garantia de que eventuais aumentos em nossos custos em razão da inflação serão repassados aos consumidores finais de nossos produtos. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre nossas atividades. Uma maior rigidez das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem afetar negativamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

b) **Risco de taxa de juros**

Apresentamos abaixo quadro com análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, o qual demonstra os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas investidas, com cenário mais provável (cenário I) e cenários de *stress*. Essa análise demonstra os efeitos no resultado antes dos impostos, considerando horizonte de um ano, quando deverão ser divulgadas as próximas demonstrações contábeis individuais e consolidadas contendo tal análise.

		31 de dezembro de 2024 (Consolidado)		
		Mensuração dos riscos		
		Cenário	Cenário	Cenário
<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Provável</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
Aplicações Financeiras	CDI	26.534	33.167	39.800
Aplicações Financeiras	IPCA	541	676	812
Empréstimos	CDI	(55.520)	(69.401)	(83.281)
Contas a pagar por aquisição societária	CDI	(20.598)	(25.747)	(30.896)
Total		(49.043)	(61.304)	(73.565)

A análise de sensibilidade acima apresentada simula alterações na variável chave “CDI” (risco analisado), mantendo constante as demais variáveis, associadas a outros riscos. Conforme demonstrado a seguir, os cenários II e III consideram aumentos de 25% e 50% na variável chave (CDI), respectivamente:

31 de dezembro de 2024

	Cenário	Cenário	Cenário
Indexador	Provável	II	III
		25%	50%
CDI	12,15%	15,19%	18,23%
IPCA	4,83%	6,04%	7,25%

Com relação ao risco de juros e inflação, a Diretoria da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 12,15% para juros e 4,83% para inflação, considerando taxa média anual prevista pelo relatório de projeções macroeconômicas do Banco Santander, de 30 de janeiro de 2025.

(a) 4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e/ou suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados externos, sendo constituídas provisões somente para processos avaliados por seus consultores jurídicos como representando chance de perda provável.

De acordo com as demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2024, de forma consolidada, foi provisionada a importância de R\$ 7.491.858 mil, referente 111 processos judiciais classificados com chance de perda provável e com risco de desembolso de caixa para a Companhia e/ou suas controladas.

(I) Cível, Administrativo e Tributário

A Companhia e/ou suas controladas figuraram como parte em 2 processos cíveis, classificados com prognóstico de perda provável, cujo montante total provisionado é de R\$ 109.618 mil.

Os processos cíveis classificados com prognóstico de perda possível, conforme relatório dos advogados externos, os quais a Companhia e/ou suas controladas figuram no polo passivo, somam o montante total em discussão, aproximado, de R\$ 1.622 mil, referentes a aproximadamente 9 ações judiciais.

Já para os processos tributários, não há processos classificados com prognóstico de perda provável. No entanto, os processos tributários classificados com prognóstico de perda possível, conforme relatório dos advogados externos, os quais a Companhia e/ou suas controladas figuram no polo passivo, somam o montante total em discussão, aproximado, de R\$ 2.671 mil referentes a aproximadamente 18 ações judiciais e administrativas.

Contudo, conforme o entendimento da Administração, nenhum dos processos mencionados acima são relevantes com base no “Critério de Relevância”, qual seja: processos que, individualmente ou, quando tratarem de matérias conexas, conjuntamente, possuam os seguintes critérios: **(i)** representarem impacto financeiro em caso de perda igual ou superior a R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); e/ou **(ii)** possam impactar de forma adversa relevante os negócios ou a imagem da Companhia e/ou de suas controladas.

(II) Trabalhista

A Companhia e/ou suas controladas figuraram como parte em 110 processos trabalhistas, classificados com prognóstico de perda provável, cujo montante provisionado é de R\$ R\$ 7.382.240 mil.

Os processos classificados com prognóstico de perda possível, conforme relatório dos advogados externos, os quais a Companhia e/ou suas controladas figuram no polo passivo, somam o montante total em discussão, aproximado, de R\$ 26.455 mil, referentes a aproximadamente 143 ações judiciais.

O pequeno aumento do número de ações trabalhistas classificadas como possível, conforme relatório dos advogados externos, está diretamente relacionado à aquisição de 100% do capital social da Real Estruturas e Construções Ltda., realizada pela Companhia em 26 de setembro de 2024.

Reportamos a seguir 1 (um) processo que cumpre o “Critério de Relevância” atribuída pela administração.

Processo nº 0101355-18.2020.5.01.0481 (em conexão com 0100330-95.2019.5.01.0483 e 0100576-94.2019.5.01.0482)	
a. juízo	1ª - Vara do Trabalho de Macaé – RJ
b. instância	Tribunal Superior do Trabalho – TST
c. data de instauração	20/11/2020
d. partes no processo	A.L.M.S (Reclamante) X Smartcoat - Serviços Em Revestimentos S.A. (Reclamada) e Light Serviços de Eletricidade S.A. (Reclamada)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.798.826,01 (Risco financeiro envolvido) Valores atualizados conforme relatório dos advogados responsáveis pela demanda em 30.12.2024
f. principais fatos	Reclamação trabalhista ajuizada por familiar de empregado que faleceu, em decorrência de acidente de trabalho (foi acidentalmente atingido por pistola de hidrojato). Os principais pedidos são: (i) o reconhecimento da responsabilidade subsidiária das Reclamadas; (ii) o pagamento de indenização por danos morais em valor não inferior a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); (iii) o pagamento de pensão mensal, em parcela única, com base no valor da remuneração que o <i>de cujus</i> auferia, desde a ocorrência do acidente do trabalho até a expectativa de sobrevida do trabalhador, que totaliza o montante de R\$ 1.628.000,00 (um milhão, seiscentos e vinte e oito mil reais); (iv) o pagamento do plano de seguro/indenização por morte fixada na Cláusula 19ª das Convenções Coletivas de Trabalho da categoria – R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e (v) o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência, no importe de 15%. Em 01/08/2022, foi apresentado laudo pericial que concluiu que o equipamento estava em perfeitas condições de uso antes e após o acidente, que não foi causado por terceiro. O autor possuía todos os treinamentos necessários para operar o equipamento e estava devidamente equipado com os EPIs exigidos. A sentença de primeiro grau julgou o processo improcedente, com base nas provas periciais e testemunhais apresentadas nos autos. Em 02/02/2023, os reclamantes interpuseram recurso ordinário. Em 04/10/2023, a 5ª Turma do TRT conheceu o recurso da parte autora e acolheu a preliminar suscitada pelo MPT, reconhecendo a nulidade processual por falha na intimação. A decisão determinou o retorno dos autos à origem para a reabertura da instrução processual. Em 13/02/2025, a Smartcoat interpôs recurso extraordinário, estando pendente de julgamento pelo STF.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	<u>Sentença:</u> A sentença de primeiro grau julgou o processo improcedente, com base nas provas periciais e testemunhais apresentadas nos autos. <u>Acórdão do TRT:</u> Em 04/10/2023, a 5ª Turma do TRT conheceu o recurso da parte autora e

	acolheu a preliminar suscitada pelo MPT, reconhecendo a nulidade processual por falha na intimação. A decisão determinou o retorno dos autos à origem para a reabertura da instrução processual.
h. estágio do processo	Recurso da Smartcoat, em relação a nulidade processual por ausência da atuação do MPT em ação de menor assistido por representante legal, pendente de julgamento pelo STF.
i. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo considerado relevante	Processo considerado relevante em razão do objeto e montante envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto esperado em caso de perda desta demanda são os custos decorrentes do enquadramento à legislação e o desembolso de caixa da Companhia decorrente do processo.

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Considerando a avaliação dos advogados externos contratados para representar a Companhia e/ou suas controladas, o montante provisionado para os processos descritos no item 4.4, enquadrados no Critério de Relevância definido para fins deste Formulário de Referência, foi de, aproximadamente, R\$ 4.798.826,00.

4.6 – Processos sigilosos relevantes

A Companhia celebrou e cumpriu contrato de prestação de serviços de manutenção de pintura industrial em 2015 a 2016 para determinado cliente, que é uma empresa de economia mista ("**Cliente**").

Entretanto, em 18 de março de 2022, a Companhia foi comunicada sobre a instauração de processo administrativo interno pela Cliente de responsabilização de pessoa jurídica, a fim de apurar a responsabilidade da Companhia, pela prática de atos lesivos no âmbito do referido contrato. Nesse processo a Cliente entende que foi lesada no valor aproximado de R\$37 mil ou 0,24% do valor previsto do contrato. De acordo com o Relatório Final, emitido pela Comissão Processante da Subsidiária em 26/12/2022, recomendou-se a condenação da Companhia (pagamento de multa) e, por entender que haviam sido medidos serviços de preenchimento de isolamento térmico e pintura que não foram prestados no âmbito do contrato, houve, contudo, recomendação pela não publicidade do processo por constatar que "não houve impactos à continuidade da operação nem danos financeiros relevantes para a Cliente, sendo exagerada e desnecessária a eventual publicação da decisão".

O processo tramitado em face da Companhia é administrativo e sob sigilo. A Companhia impugnou o Relatório Final e aguarda julgamento administrativo da Cliente.

Em março de 2024 houve decisão confirmando o entendimento do Relatório Final, ou seja, confirmando o pagamento de multa por parte da Companhia, bem como corroborou a não publicidade do processo, por constatar que não houve impactos à continuidade da operação, e financeiros relevantes para a Cliente. Em 2024, não houve impacto financeiro relevante referente ao processo mencionado, a condenação foi quitada e o processo arquivado.

4.7 - Outras contingências relevantes

A Emissora entende que todos os processos relevantes foram descritos nos itens 4.4 e 4.6 acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia adota uma política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2019 ("Política de Gestão de Riscos") e revisada em 27 de setembro de 2023, a qual é aplicável à Companhia e as suas controladas.

O inteiro teor da Política de Gestão de Riscos da Companhia pode ser acessado no site de relações com investidores (www.ri.priner.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo a implementação de diretrizes para execução do Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos para todo o ambiente de negócios da Priner. A Política de Gestão de Riscos Corporativos determina papéis e responsabilidades na tratativa dos riscos identificados, bem como monitora e analisa a efetividade dos planos de ação como eventuais tratativas dos Riscos junto à Política de Controles Internos.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência e busca proteção para as principais categorias de risco que possa impactar suas atividades e operações, quais sejam:

- **Estratégico:** Riscos associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias, pandemias, guerras e portfólio de produtos e/ou serviços, e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças e operações.
- **Riscos Financeiros:** Riscos associados à falta de transparência nos controles financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais, regulatórios, fiscais, estatutários e de sustentabilidade incompletos, incorretos, inexatos expondo o Grupo Priner a multas, penalidades e outras sanções.
- **Risco Operacional:** Decorre da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação do negócio (gestão de serviços prestados, produção, acidentes, marketing, área comercial etc.); quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio (suprimentos, planejamento financeiro, controladoria, controles internos, tecnologia da informação, treinamento e desenvolvimento etc.).
- **Risco de Sustentabilidade:** Risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade.
- **Risco de Compliance:** Risco de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta e das políticas e procedimentos internos.

- *Risco Cibernético*: Possibilidade de determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação e classificação dos riscos, conforme descritos no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia realiza a avaliação e priorização dos riscos. Esta etapa tem como objetivo avaliar a possibilidade de um risco ocorrer e gerar impacto indesejado nos objetivos de projetos e processos específicos ou atividades da Companhia como um todo, sendo medido em termos de consequências e probabilidade.

O enfoque da nossa gestão de riscos é baseado no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido. O processo é composto por 4 (quatro) etapas:

- *Identificação dos riscos*: identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- *Avaliação*: processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- *Tratamento*: definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- *Monitoramento*: processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

Ademais, visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, em dezembro de 2022, a Companhia contratou os auditores independentes Crowe Macro Auditores Independentes Sociedade Simples, para prestar serviços de auditoria interna, verificação dos controles internos e externos (*compliance*), bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas. Adicionalmente, a Companhia em 2020 e 2021 contratou a empresa UHY Bendoraytes & Cia Auditores.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

São responsáveis pela execução e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos, o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Diretoria e o Auditor Independente contratado pela Companhia para prestação dos serviços de auditoria interna na Companhia (em dezembro de 2022, a Crowe Macro Auditores Independentes Sociedade Simples foi contratada para a prestação destes serviços) ("Auditoria Interna"), os quais possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

Abaixo estão elencadas as principais responsabilidades de cada órgão neste processo:

Competirá ao Conselho de Administração:

- Definir o apetite a riscos da Companhia, com base em matriz de risco, respeitando os princípios e diretrizes estabelecidos nesta Política.
- Acompanhar a evolução da gestão de riscos por meio do enquadramento da

Companhia nos limites estabelecidos.

- Definir prazo para revisão da matriz de risco.
- Aprovar esta Política e suas revisões.
- Apoiar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos;
- Monitorar o Comitê de Auditoria e definir casos de conflitos e impasses nas decisões a serem tomadas; e
- Avaliar e deliberar sobre sugestões e direcionamentos apresentados pelo Comitê de Auditoria.

Competirá ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade.
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos da Companhia, incluso do processo de construção de matriz de risco, e sugerir soluções de aprimoramento dos processos internos de gerenciamento de riscos ao Conselho de Administração.
- Recomendar ao Conselho de Administração a revisão e/ou a implementação de alterações, prioridades e inclusões à matriz de riscos da Companhia.
- Assessorar o conselho de administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação;
- Avaliar e monitorar o cumprimento e a efetividade da política de gerenciamento de riscos da Companhia e recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração.
- Supervisionar as atividades da Área de Controles Internos e Gestão de Riscos.

Competirá aos demais comitês:

- Dentro de suas atividades, monitorar a exposição da Companhia a riscos que possam afetar a sua sustentabilidade.

São atribuições da Diretoria:

- Implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração;
- Analisar a efetividade desta Política, assim como quaisquer revisões desta, submetendo-a à aprovação do Conselho de Administração;
- Sempre que julgar necessário, manifestar-se sobre a avaliação da eficácia das políticas, dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, bem como do programa de compliance da Companhia, encaminhando avaliação para apreciação do Conselho de Administração; e
- Manifestar-se sobre as sugestões de alteração da estrutura operacional de gerenciamento de riscos, e recomendar ao Conselho de Administração sugestões de aprimoramento, caso entenda necessário.

São atribuições da Auditoria Interna:

- Realizar a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia; e
- Atuar de forma independente e objetiva, reportando-se, regularmente, ao Comitê de Auditoria e, no mínimo, anualmente ao Conselho de Administração, ou quando julgar necessário.
- Realizar auditoria nas áreas internas da Companhia, com entrevistas, testes de controle, revisão de processos e normativos e validação de documentação de suporte, com a emissão de relatórios de auditoria interna.

São atribuições de controles internos:

- Realizar e monitorar a matriz de riscos do Grupo Priner;
- Realizar a avaliação crítica das políticas, diretrizes e/ou dos processos quanto as regras internas e externas;
- Preencher e manter atualizados formulários e ferramentas de gestão de riscos;
- Acompanhar e/ou realizar auditorias internas;
- Revisar as políticas, diretrizes e procedimentos em conjunto com a área, quando tiver alteração nos processos e/ou no final do prazo de vigência dos documentos.

Competirá aos *risk owners*:

Diretores responsáveis imediatos pelos riscos.

- a) Avaliar e validar os riscos sob sua responsabilidade;
- b) Gerenciar os riscos e fazer o acompanhamento dos resultados dos indicadores atrelados;
- c) Estabelecer plano de ação e implantar ações necessárias para a mitigação dos riscos juntamente com as demais áreas envolvidas;
- d) Informar à área de Controles Internos as mudanças na Probabilidade e/ou Impacto do Risco ou sobre qualquer alteração na característica do mesmo;
- e) Informar à área de Controles Internos ao identificar riscos não mapeados e tratados.

Compete aos empregados e funcionários da Companhia:

- executar as iniciativas das instâncias responsáveis para implementação dos objetivos estratégicos;
- executar as atividades de controle;
- apoiar as instâncias responsáveis na gestão de riscos, auxiliando na identificação, mapeamento e opinando em eventuais ações de resposta; e
- executar as ações de respostas aos riscos mapeados dentro dos prazos estabelecidos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que sua estrutura operacional possibilita a prevenção e detecção de fraudes e erros, de forma a mitigar os riscos inerentes ao negócio que desenvolve por meio da participação efetiva do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, cuja atuação integrada, conforme atribuições descritas no item (b)(iii) acima, garantem a efetividade da Política de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, conforme mencionado no item 5.1 b (ii), visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou empresa de auditoria interna (na data deste Formulário de Referência, a Crowe Macro Auditores Independentes Sociedade Simples está contratada para a prestação destes serviços) para prestar os serviços, durante o exercício social de 2024, visando avaliar a qualidade e efetividade dos controles internos nos processos, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

5.2 - Descrição dos controles internos

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Visando reforçar as melhores práticas de governança corporativa e fortalecer o gerenciamento dos riscos a que está exposta, a Companhia contratou a Crowe Macro Auditores Independentes Sociedade Simples para prestar os serviços de verificação dos controles internos, bem como a qualidade e efetividade no processo de gestão de riscos corporativos e governança da Companhia, de acordo com as melhores práticas de mercado, fornecendo ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

Além do disposto acima, a Companhia adota diversas políticas, que podem ser acessadas no site de relações com investidores (www.ri.primer.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Adicionalmente, a Companhia possui um sistema de gestão integrada, o ERP da TOTVS, garantindo assim a incorporação das melhores práticas aos processos internos da Companhia.

Os controles internos de divulgação das informações financeiras possuem limitações inerentes, podendo não prevenir ou detectar certos erros. Além disso, as projeções de avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam tornar-se inadequados de acordo com mudanças de condições, ou por alterações no cumprimento de políticas ou procedimentos internos.

A Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos que são adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

b. estruturas organizacionais envolvidas

O gerenciamento dos controles internos é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria, da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

Além do Departamento de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras, participam deste processo as demais áreas da divisão financeira, a saber: fiscal, faturamento, tesouraria e crédito e cobrança. A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela revisão final das demonstrações financeiras.

O gerenciamento de riscos a que está exposta é de responsabilidade do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, da Diretoria e da Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada uma das áreas da nossa Companhia foram definidos fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição, limite de competência e responsabilidade de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada área (diretores ou gerentes), os quais reportam eventual falha identificada nos controles internos diretamente à Diretoria Executiva da Companhia.

A administração da Companhia supervisiona constantemente a eficiência dos controles internos, bem como revisa anualmente, por ocasião da emissão da Comunicação de Deficiências de Controles Internos por parte dos Auditores Independentes.

Em setembro de 2021 foi criada a Gerência de Controles Internos para auxiliar na mitigação de riscos, monitorar e manter a conformidade entre os processos aplicados na organização e, promover maior transparência das informações contribuindo para assessorar a alta administração na tomada de decisões.

Além disso a Auditoria Interna realiza a avaliação e supervisão da aderência e eficácia do processo de gerenciamento de riscos na Companhia. A Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva, reportando-se periodicamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, quando julgar necessário.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtêm um entendimento do sistema de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia específica sobre esses controles internos.

Nesse sentido, os auditores independentes elaboraram um relatório à administração da Companhia, contendo um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o qual tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

Entre as deficiências identificadas no referido relatório, a seguinte foi considerada significativa:

Ausência de evidências de revisão dos controles e procedimentos na gestão dos empréstimos

Situação atual

O controle e a mensuração dos contratos de empréstimos (R\$ 463M em 2024, consolidado) são feitos em planilhas eletrônicas, arquivadas na rede interna da Priner (ferramenta Sharepoint da Microsoft) acessível aos profissionais da tesouraria/financeiro, em um total de 13 pessoas em 31 de dez de 2023, sem que seja possível rastrear modificações de fórmulas e possíveis inputs e/ou alterações de dados, nas referidas planilhas.

Risco

A fragilidade no controle de acesso, de rastreabilidade das modificações, das revisões efetuadas, expõe a Companhia a riscos de erros materiais na rubrica de empréstimos e financiamentos, despesas financeiras e respectivas divulgações e cálculo de covenants.

Recomendação

Recomendamos a automatização do processo de gestão dos contratos de empréstimos e o estabelecimento de uma política de gestão destas transações.

Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Atualmente as planilhas de controle dos empréstimos estão em uma pasta da rede em que apenas o time da Tesouraria pode fazer edição (3 pessoas) e algumas pessoas da Contabilidade possuem acesso apenas de visualização. O time da Contabilidade precisa ter acesso para efetuar os registros contábeis.

Dessa forma a contabilização poderá ser feita com pouco impacto, e as alterações na planilha se restringem a Tesouraria.

Em paralelo a esse movimento, a Companhia tem em mãos uma proposta de

automatização desse processo, que está em avaliação pela Gerência/ Diretoria Financeira.

Ausência de formalização de aprovação dos lançamentos contábeis manuais

Situação atual

A Ausência de formalização da aprovação dos lançamentos contábeis manuais pode ter um impacto significativo na precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras. Isso ocorre porque os lançamentos manuais são mais propensos a erros humanos e fraudes, e são mais difíceis de serem rastreados e revisados do que os lançamentos automatizados.

Risco

A ausência de formalização da revisão e aprovação do lançamento manual expõe a companhia a registros inadequados, já que a contabilização é feita independentemente da evidência de aprovação, bem como, na identificação dos responsáveis pelo registro em caso de questionamento por parte dos acionistas, comitês, etc.

Recomendação

Recomendamos que a administração estabeleça critérios, formas de documentação e aprovação em casos de lançamentos manuais na contabilidade e que trabalhe na automatização sistêmica de rotinas que envolvem lançamentos manuais.

Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No 4º trimestre de 2024, a Controladoria iniciou um projeto de implementação de formalização e aprovação dos lançamentos manuais, utilizando o próprio ERP do Grupo, o RM/TOTVS. Alguns testes já foram concluídos e estamos aguardando a finalização das parametrizações. Nossa expectativa é que o projeto seja implementado até o final do 1º semestre/2025. Com o intuito de mitigar esse risco, a partir do fechamento de janeiro/2025, a Controladoria implementou o processo de formalização das aprovações via e-mail, para àqueles lançamentos manuais que são não recorrentes e que não fazem parte do processo de fechamento habitual, tais como: ajustes de preço, provisões de fornecedores pontuais, dentre outros.

Falha no controle de revogação de acessos aos sistemas

Situação atual

Falha no controle de revogação de acessos:

Dentre as amostras para teste de revogação de acesso, foi identificado que um usuário desligado da Companhia teve os acessos mantidos após a data da sua demissão.

Inexistência de revisão periódica formal de acessos lógicos.

Risco

A falta manutenção de acessos ativos de colaboradores desligados pode levar ao uso indevido de credenciais, aumentando o risco de fraudes, vazamento de informações sensíveis e violações de conformidade.

Recomendação

Reforçar o processo para revogação de acessos, garantindo que as credenciais de colaboradores desligados sejam desativadas imediatamente após a saída.

Realizar uma revisão periódica dos usuários desligados para identificar e corrigir acessos indevidos ou desnecessários.

Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Priner tem um processo automatizado de revogação de processo. O ponto identificado foi solucionado ainda em 2024 a partir da revisão semestral de acessos. Além disso, a Priner fez um ajuste na metodologia, de forma que as revisões de acesso que eram feitas semestralmente, serão feitas mensalmente, reduzindo o tempo de exposição de 180 dias para, no máximo, 30 dias.

A Administração entende que não há necessidade de estabelecer um processo formal de revisão periódica dos acessos lógicos, considerando que toda a estrutura está estabelecida sistemicamente.

5.3 – Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui um Programa de *compliance* vigente formalizado no exercício de 2024, visando estabelecer diretrizes, monitorar seus processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à prevenção, detecção e resposta à fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, ressaltando que tal Programa é liderado pela Gerência de Controles Internos e Conformidade da Companhia com reporte direto ao Diretor Presidente.

Tais sistemas de controles internos e programa de *compliance* estão em constante aperfeiçoamento e são compostos por diversas políticas, procedimentos e diretrizes efetivamente implementadas, os quais são atualizados sempre que necessário, entre os quais destacam-se a Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno ("Política de Integridade") e o Código de Ética e Conduta ("Código de Ética"), nos quais foram aprovados, dentre outros, os mecanismos e procedimentos de integridade a seguir indicados:

- Divulgação para seus funcionários, administradores, prestadores de serviço, fornecedores e parceiros comerciais das Políticas de Compliance;
- Para realizar análises de integridade junto aos fornecedores, a Companhia exige autodeclaração de integridade e conformidade, e realiza due diligence junto aos terceiros que apresentam potencial risco. Caso seja identificada alguma informação sensível relacionada à corrupção, o caso deve ser submetido à análise e aprovação da Diretoria Executiva e do Comitê Interno de Ética;
- Vedação à qualquer contribuição para campanhas ou causas políticas em nome da Companhia;
- Aprovação prévia da equipe de Compliance para a realização de quaisquer doações e patrocínios em nome da Companhia;
- Manutenção de registro, contabilização e controles financeiros da Companhia de acordo com a regulamentação vigente, a Política de Integridade contra Corrupção e Suborno e o Código de Ética;

- Treinamento e comunicação recorrente aos funcionários e administradores da Companhia referente ao Código de Ética e Conduta;
- Canal de denúncia automatizado e exclusivo, gerido por empresa independente, disponível para receber denúncias de infração ao Código de Ética e Conduta e demais políticas do Grupo, o qual pode ser, inclusive, utilizado de forma anônima pelos colaboradores, administradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e qualquer parceiro comercial;
- Adesão dos prestadores de serviço e fornecedores à Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno e ao Código de Ética e Conduta, bem como, as demais Políticas públicas da Companhia;
- A inclusão, em todos os contratos firmados com terceiros, de cláusulas anticorrupção para assegurar o cumprimento da Política de Integridade contra Corrupção e Suborno e do Código de Ética e Conduta ou a assinatura de um termo de adesão à referida política e código;
- Vedação à oferta ou recebimento de brindes e similares na forma de dinheiro e/ou presentes, viagens, cortesias de entretenimento e similares utilizado para satisfazer relacionamento pessoal ou proporcionar vantagem para Colaboradores ou para a Companhia;
- É proibido todo e qualquer pagamento, através do qual uma ação, serviço ou ato governamental possa ser agilizado ou que vise assegurar a execução de uma ação ou serviço em relação às suas condições normais;
- A equipe de Controles Internos e Conformidade, Diretores e Gestores são responsáveis por assegurar o adequado gerenciamento dos riscos de Compliance, bem como assegurar que existem mecanismos adequados que possibilitem seu cumprimento.
- O monitoramento faz parte da estratégia de negócio da Companhia, a fim de validar se as ações planejadas foram colocadas em prática de forma eficiente, visando alcançar os resultados esperados. Periodicamente, são apresentados ao Comitê Interno de Ética e ao Comitê de Auditoria os indicadores referentes às denúncias recebidas e Due Diligence.
- A Companhia possui um Canal de Denúncias, automatizado e exclusivo, independente e gerido por empresa terceirizada, disponível para receber denúncias de violação ao Código de Ética e Conduta e demais políticas da Companhia, bem como sugestões e dúvidas referentes ao Compliance. Incentivamos todos os Colaboradores da Companhia, assim como todos os demais públicos de interesse, a denunciar qualquer situação que indique uma violação ou potencial transgressão de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou quaisquer outras condutas impróprias e/ou ilegais.

O inteiro teor do Programa de Compliance, Política de Integridade Contra Corrupção e Suborno, do Código de Ética e Conduta pode ser acessado no site de relações com investidores (www.ri.priner.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui um Comitê Interno de Ética, formalizado através do Código de Ética e Conduta, composto por membros da Diretoria da Companhia e a Compliance Officer tendo as seguintes principais atribuições:

- Zelar pelo cumprimento da Política de Integridade e do Código de Conduta e esclarecer dúvidas quanto ao seu conteúdo;
- Analisar e deliberar sobre desvios de conduta e conflitos de natureza ética em relação às diretrizes estabelecidas pela Companhia;
- Estimular a adequação das práticas, políticas e procedimentos à Política de Integridade contra Corrupção e Suborno e ao Código de Conduta;
- Garantir a privacidade e a proteção dos temas e pessoas envolvidas em questões éticas;
- Aprovar e garantir a pertinência das Políticas, propondo o aprimoramento do documento;
- Reportar os indicadores das denúncias de conduta para o Comitê de Auditoria, com a finalidade de manter diagnóstico atualizado sobre os temas, as áreas e as funções mais vulneráveis no Grupo Priner; ee
- Apreciar e decidir sobre a aplicação das medidas disciplinares em relação ao Público Elegível para a Política de Integridade e do Código de Ética.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O emissor possui um Código de Ética e Conduta que encontra-se em sua 7ª edição e é aplicado ao seguinte público elegível: colaboradores, terceiros, fornecedores, administradores, prestadores de serviço e demais parceiros comerciais das empresas do Grupo Priner.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A alta administração, gestores e empregados da Companhia são submetidos a treinamentos anuais em relação ao Código de Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê medidas disciplinares aplicáveis em caso de descumprimentos de normas e regras da Companhia, sejam eles cometidos por seus Colaboradores, terceiros, administradores, fornecedores ou prestadores de serviço e terão consequências disciplinares, como:

- Advertência verbal;
- Advertência por escrito;
- Suspensão;
- Demissão sem justa causa;
- Demissão com justa causa;
- Notificação e/ou rescisão para pessoas jurídicas; e
- Medidas judiciais cabíveis.

Ainda, de acordo com o Código de Ética e Conduta as sanções devem ser justas, razoáveis e proporcionais à falta cometida. Faltas semelhantes devem receber sanções semelhantes.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 07 de junho de 2024 a revisão do Código de Ética e Conduta da Companhia, o qual pode ser acessado no site de relações com investidores (www.ri.priner.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.**

A Companhia possui um Canal de Denúncias automatizado e exclusivo, gerido por empresa independente, disponível para receber denúncias de infração ao Código de Ética e demais políticas do Grupo, e, paralelamente, para comportamento inadequado, qualidade de atendimento, ambiente organizacional e falha de processos, é disponibilizado o Canal de Ouvidoria.

Todos os colaboradores, assim como todos os demais públicos de interesse são incentivados a denunciar qualquer situação que indique uma violação ou potencial transgressão de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou quaisquer outras condutas impróprias e/ou ilegais. A denúncia pode ser feita através do endereço eletrônico: <https://contatoseguro.com.br/denunciasgrupopriner> ou através de ligação para o número: [0800 155 0010](tel:08001550010).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal pode receber denúncias dos colaboradores, administradores e qualquer terceiro mediante o envio do relato através do endereço eletrônico: <https://contatoseguro.com.br/denunciasgrupopriner> ou através de ligação para o número: [0800 155 0010](tel:08001550010).

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

Durante o processo de denúncia, o denunciante pode optar por se identificar ou permanecer anônimo. Se escolher o anonimato, o sistema remove ou altera elementos identificáveis dos dados, como gênero ou cargo, identificação para evitar qualquer associação com o indivíduo. Além disso, conforme o Código de Ética e Conduta da Companhia, é terminantemente proibido adotar qualquer medida que represente represália ou qualquer tipo de consequência negativa contra o denunciante em razão da sua denúncia.

A equipe de Compliance da Priner, mediante o canal acima mencionado, recebe relatos anônimos ou identificados. Toda denúncia recebida será tratada com imparcialidade, transparência e confidencialidade e anonimato, para quem desejar.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas e apuradas pela equipe de Compliance e dependendo da natureza e risco do relato, a apuração pode ser realizada por terceiros contratados.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 4.6.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica, pois a Companhia possui Política de Integridade e Código de Ética.

5.4 – Alterações Significativas

Não houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

5.5 – Outras Informações relevantes

Não há outras informações relevantes atinentes a este item 5.